

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

IERO CANDÉ

A EXPANSÃO DO TERRORISMO NA ÁFRICA OCIDENTAL: UMA AVALIAÇÃO
CRITICA DA ATUAÇÃO DE CEDEAO NA LUTA CONTRA TERRORISMO, NO MALI E
NA NIGÉRIA ENTRE 2007 A 2020

CURITIBA

2024

IERO CANDÉ

A EXPANSÃO DO TERRORISMO NA ÁFRICA OCIDENTAL: UMA AVALIAÇÃO
CRÍTICA DA ATUAÇÃO DE CEDEAO NA LUTA CONTRA TERRORISMO, NO MALI E
NA NIGÉRIA ENTRE 2007 A 2020

Dissertação de conclusão de curso submetida ao programa de pós-graduação em ciência política, setor das ciências humanas, da Universidade Federal do Paraná (PPGCP) como parte de requisitos necessários para obtenção do grau de mestre em Ciência Política.

Orientador: Profº Drº Aleksandro Eugênio Pereira

CURITIBA- PR

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
(CIP) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Candé, Iero

A expansão do terrorismo na África Ocidental: uma avaliação crítica da atuação da CEDEAO na luta contra o terrorismo, no Mali e na Nigéria entre 2007 a 2020. / Iero Candé. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line: PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Eugenio Pereira.

1. CEDEAO. 2. Terrorismo. 3. África Ocidental. 4. Mali. 5. Nigéria.
I. Pereira, Alessandro Eugenio. II. Universidade Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. III. Título.

Bibliotecário: Dênis Junio de Almeida CRB-9/2092

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **IERO CANDÉ** intitulada: **A EXPANSÃO DO TERRORISMO NA ÁFRICA OCIDENTAL: UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA DA ATUAÇÃO DA CEDEA NA LUTA CONTRA O TERRORISMO, NO MALI E NA NIGÉRIA ENTRE 2007 E 2020**, sob orientação do Prof. Dr. **ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 24 de Maio de 2024.

Assinatura Eletrônica

24/05/2024

17:56:57.0

ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

24/05/2024

15:47:07.

CLAUDIA STEPHAN

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

24/05/2024

15:27:01.0

RAMON BLANCO DE FREITAS

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal do Paraná- UFPR, especialmente ao programa de pós-graduação em ciência política do UFPR (PPGCP), por ter me proporcionado um ensino da mais alta qualidade em todos os níveis de formação. E gostaria de agradecer ao Estado brasileiro pela bolsa de mestrado que me foi beneficiado. De forma especial, gostaria de agradecer o meu orientador, que é professor doutor Aleksandro Eugênio Pereira, não apenas por ter me orientado nesta pesquisa, mas sobretudo pelo apoio, compreensão e confiança, e por tudo aquilo que me ensinou ao longo dessa trajetória. Foi uma honra para mim trabalhar com ele. E também vou endereçar um agradecimento especial para minha família que foi fundamental em toda minha trajetória acadêmica e sem eles eu não chegaria até aqui. Sou grato todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente na elaboração deste trabalho, especialmente meus colegas da UFPR e não, cada um e cada uma foi importante para mim durante esses 24 meses.

RESUMO

O terrorismo na África Ocidental ganhou uma dimensão global nas últimas décadas, devido à presença dos grupos terroristas internacionais, principalmente Al Qaeda e Estado Islâmico (ISIS) e das suas respectivas filiais na região, onde a Nigéria e o Mali destacaram como principais pontos do terrorismo, no século XXI. O fenômeno é muito complexo nos dois países referidos. Os ataques terroristas ceifaram e continuam ceifando vidas de milhares de pessoas, fazendo vários deslocados e impactando, negativamente, a paz social. Vale salientar que o objetivo geral dessa pesquisa é analisar, de uma forma crítica, a atuação da CEDEAO na luta contra o terrorismo no Mali e na Nigéria, visto que os dois países, sozinhos, não foram capazes de combater os grupos terroristas. A CEDEAO, como principal organização regional, tem-se mostrado preocupada com a expansão de ataques terroristas nos dois países. Em termos metodológicos, a pesquisa se baseou numa abordagem qualitativa e seguida pela técnica de análise crítica. Portanto, constatou-se que a CEDEAO tem atuado apenas diplomaticamente para garantir paz e segurança no dois países. Conclui-se que a organização fracassou com suas políticas de combate ao terrorismo, dado que se depara com várias limitações jurídicas, econômicas e políticas.

Palavra-chave: Terrorismo. Mali e Nigéria. CEDEAO

ABSTRACT

Terrorism in West Africa has gained a global dimension in recent decades, due to the presence of international terrorist groups, mainly Al Qaeda and Islamic State (ISIS) and their respective branches in the region, where Nigeria and Mali have emerged as major hotspots of terrorism in the 21st century. The phenomenon is very complex in both countries. Terrorist attacks have taken and continue to take the lives of thousands of people, making several displaced persons and negatively impacting social peace. It is worth noting that the general objective of this research is to analyze, in a critical way, the ECOWAS action in the fight against terrorism in Mali and Nigeria, since both countries, alone, were not able to fight the terrorist groups. ECOWAS, as the main regional organization, has been concerned about the spread of terrorist attacks in both countries. In methodological terms, the research was based on a qualitative approach and followed by the critical analysis technique. Therefore, it was found that ECOWAS has acted only diplomatically to ensure peace and security in the two countries. It is concluded that the organization has failed with its policies to combat terrorism, since it faces several legal, economic and political limitations.

Keyword: terrorism. Mali and Nigeria. ECOWAS

LISTA DE FIGURAS

Figura1----	Mapa de África Ocidental-----	30
Figura2--	Ataques terroristas em média por mês antes e depois de 11 de setembro de 2001---	43
Figura3----	Ataques terroristas na África Ocidental antes e depois de 11 setembro de 2001--	44
Figura4----	Mapa da Nigéria-----	48
Figura5--...	Mapa de atuação de Boko Haram-----	52
Figura6-----	Principais ataques do Estado Islâmico de África Ocidental ISWA-----	55
Figura7----	O mapa em representação do território Maliano-----	59
Figura8----	Percentagem de níveis de ameaças dos alvos de JNIM-----	66
Figura9----	números das pessoas mortas em cada ano pelo movimento Jaamaat Nusrat al-Islamm Wal Muslimen (JNIM)-----	68
Figura10----	Os principais ataques do MUJAO-----	69

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

CAO -	Comunidade da África Oriental
CGCT -	Comitê de Gabinete para combate ao terrorismo
CEDEAO -	Comunidade econômica dos Estados de África Ocidental
CTTC -	Centro de Formação Antiterrorista da CEDEAO
ECCAS -	Comunidade dos Estados da África Central
ECOMOG-	grupo de monitorização de cessar-fogo de CEDEAO
FLM-	Frente de libertação da Macina
FLN-	Frente de Libertação Nacional
FLNM-	
GIA-	Grupo Islâmico Armado
GIABA-	Grupo intergovernamental de ação contra o branqueamento de capital na África Ocidental
GSPC-	Grupo Salafista de Pregação e Combate
IEP-	Instituto economia e paz
ISIS	Estado Islâmico
ISWA-	Estado Islâmico na África Ocidental
MAJAO-	Movimento pela Unidade e Jihad na África Ocidental
MISMA-	Missão internacional africana de apoio ao Mali
MNLA-	Movimento Nacional de Libertação do Azauade
OI -	Organizações Internacionais
ONU-	Organização das Nações Unidas
OUA-	Organização da Unidade Africana
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
UA-	União africana
UMA	União do Magrebe Árabe
UNODC-	Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crimes

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	8
2.CAPITULO1-O CONCEITO DO TERRORISMO E AS SUAS INTERPRETAÇÕES	14
2.1 DIFERENTES FORMAS DE INTERPRETAÇÃO DO TERRORISMO	21
2.2- TERRORISMO SEGUNDO UNIÃO AFRICANA	24
3.CAPÍTULO 2. CRISES APÓS INDEPENDENCIA E A HISTÓRIA DO TERRORISMO NA ÁFRICA OCIDENTAL	29
3.1 DEBATES SOBRE SURGIMENTO DO TERRORISMO NA ÁFRICA OCIDENTAL	35
3.2.TERRORISMO DEPOIS DE 11 DE SETEMBRO NA ÁFRICA OCIDENTAL	41
4.CAPÍTULO 3: FENÔMENO DO TERRORISMO NO MALI E NA NIGÉRIA	47
4.1 TERRORISMO NA NIGÉRIA	48
4.2 O SURGIMENTO E ATUAÇÃO DE BOKO HARAM NA NIGÉRIA	52
4.3. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM ATAQUES TERRORISTAS NA NIGÉRIA	56
4.4. TERRORISMO NO MALI	58
4.5 AS PRINCIPAIS REBELIÕES NO MALI	62
3.6- OS GRUPOS TERRORISTAS NO MALI	65
5. CAPÍTULO.4- LUTA CONTRA TERRORISMO NA AFRICA OCIDENTAL: UMA REFLEXÃO CRITICA DAS ATUAÇÕES DA CEDEAO NO MALI E NA NIGÉRIA	71
5.1- ATUAÇÃO DA CEDEAO NA LUTA CONTRA TERRORISMO NO MALI E NA NIGÉRIA	74
5.2-CRITICAS AS ATUAÇÃO DA CEDEAO NA LUTA CONTRA TERRORISMO NO MALI	81
5.3- ANALISES CRITICA ATUAÇÃO DA CEDEAO NA LUTA CONTRA TERRORISMO NA NIGÉRIA	85
5.4. ANALISES DE RESULTADOS	89
6-CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
7. REFERÊNCIA	95

1. INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria causou grandes mudanças na arena das relações internacionais, resultando no fim do sistema internacional baseada na bipolaridade, que era vigente até então. Por outro lado, a desintegração da União Soviética aumentou a instabilidade internacional. Isso resultou de igual forma no surgimento de vários movimentos separatistas que buscavam independência dos seus Estados nacionais, guerras transfronteiriças e as intervenções armadas (OLIVEIRA, 2019). Por muitos analistas políticos, internacionalistas, sociólogos entre outros campos de debate e produção de conhecimentos, acreditam que esse momento foi a virada crucial, ou seja, uma nova paradigma para toda a política internacionalista, sobretudo, no que diz respeito às questões securitárias, considerando os países em desenvolvimento.

No continente africano, sobretudo na África Ocidental, o final da Guerra Fria foi marcada por várias transformações sociais que levaram surgimento de conflitos na região. Após o fim da guerra fria, os regimes autoritários da região deixaram de ser apoiados pelos EUA e União Soviética, visto que a região não era mais importante para disputas geopolíticas entre as duas potências. Esse contexto culminou com desemprego e aumento de pobreza, permitindo os questionamentos generalizados aos regimes autoritários da região fazendo eclodir ondas de guerras civis, que acabaram por colapsar os Estados. Assim, esses grupos passaram a ser fontes de extremismo violento contra o Estado e também contra grupos étnicos rivais (SMHIDT, 2013).

Na década de noventa a região era marcado pelas guerras civis que ceifaram milhares de vidas. No século XXI, o terrorismo ocupa um lugar central nos debates sobre segurança na África Ocidental. A região tem sido alvo constante de ataques violentos dos movimentos terroristas, mostrando a sua vulnerabilidade.

De acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UPND, 2023) essas violências causadas pelos ataques terroristas têm provocado os maiores níveis de deslocamento populacional desde a segunda guerra mundial. E o continente africano é um das regiões com maior número de deslocados no mundo. Em 2015 cerca 2 milhões pessoas fugiram dos ataques de Boko Haram na Nigéria, mais de 1 milhão na Somália, cerca de meio milhão de deslocados na República Centro Africana e mais do que 600.000 pessoas deixaram seus lares em toda Sahel.

A expansão do terrorismo nos últimos anos têm provocado consenso dos atores internacionais em relação a necessidade de combatê-lo porém, não há unanimidade sobre que formas de violência devem ser consideradas de atos terroristas. Na África Ocidental, a falta

consenso sobre terrorismo não gira somente em torno do seu conceito, mas também sobre a sua presença na região, isso porque, existe divergência em considerar alguns atos como terroristas. Nkwi (2015) afirma que suas raízes são mais profundas do que tem sido retratado pela literatura que quer concentrar os debates sobre terrorismo após 11 de Setembro de 2001. Neste sentido, a origem do terrorismo nesta região se dá a partir do retorno para a África de alguns dos combatentes extremistas que participaram na guerra do Afeganistão na década de 1990, principalmente na Argélia, Egito e Sudão. Eles começaram a expandir o radicalismo de cunho islâmico em diferentes partes da África, principalmente na África Ocidental (CILLIERS, 2003). Falando da Nigéria e Mali que são o foco desta pesquisa, são dois países da África Ocidental mais afetados pelo terrorismo nas últimas duas décadas, principalmente de 2007 a 2021, segundo índice global de terrorismo, publicado em 2022.

No que refere a Nigéria, o mais afetado pelo terrorismo na sub-região, começou a lidar com grupos insurgentes desde a década de 1990, mas a emergência do Boko Haram, na década dos anos 2000, fez eclodir as violências praticadas pelos grupos extremistas no país. O Estado nigeriano se mostra incapaz de controlar as atividades terroristas em certas regiões do país, devido às fragilidades de suas estruturas de segurança (PATROIPA, 2015). O índice global do terrorismo publicado em 2019 pelo Instituto para Economia e Paz (IEP), mostra que Nigéria já teve mais de 30.000 pessoas mortas e provoca mais 2 milhões de deslocados na sub-região. Além disso, o banco de dados de terrorismo global, de 2020, mostra que de 2013 a 2017, a Nigéria registrou 2.470 incidentes terroristas, 17.751 mortos, 7.345 feridos e 2.811 pessoas foram feitas de reféns. Além disso, houve 318 ataques suicidas de cunho terrorista.

No Mali, a problemática do terrorismo ainda é mais preocupante. Dubuy (2013) mostra que o terrorismo que assola Mali apresenta algumas particularidades em relação ao terrorismo que se verificou no início de século XXI. Este tem sido caracterizado como hiperterrorismo. Isso porque, o Estado Maliano fracassou mediante avanços em grupos terroristas. Segundo Brehima (2018) o terrorismo no Mali começou na década de noventa devido a rebelião de povos Tuaregues que sentiram marginalizados pelo Estado Maliano, ou seja, depois da independência do país não houve a integração deles na vida institucional. Isso levou os Tuaregues a revoltar-se contra o Estado Maliano e utilizá-lo como forma de buscar a sua independência. Em 1992 foi assinado um acordo que durou até 1996. Era um acordo que visava à integração dos Tuaregues, mas com o fracasso desse acordo em 2007, eles retomaram as suas rebeliões no Norte do Mali, que culminou com a queda do governo de Amadou Toumani Touré, em 2012. A derrubada de governo permitiu o surgimento de vários grupos extremistas e que levou o terrorismo a ganhar novos contornos no Mali.

Eizenga e Williams (2020) afirmam que, (hoje), existem vários grupos terroristas que atuam no Mali, entre eles: Jamá at nusral al islam wal meslimeen (JNIM), Frente de Libertação da Macina (FLM), *MAJWA*, *Ansar Al Din*, *Al Mulathamum* e Al-Qeada de Magreb Islâmico (AQIM). Segundo dados de Global Terrorismo de 2020, entre 2013 a 2017, houve 324 atos terroristas que resultaram em 597 mortos, 680 feridos e 387 sequestros.

Esses eventos acima relatados mostram a complexidade deste fenômeno no Mali e na Nigéria. Isso porque os dois Estados demonstraram-se incapazes de contornar a situação. A CEDEAO como principal organização sub-regional comprometeu-se a enfrentar o fenômeno ativando os seus próprios mecanismos de combate. Diante do exposto, a dissertação parte dos seguintes questionamentos, a saber: **Qual é o papel da CEDEAO e de que forma a CEDEAO atua para combater a problemática de terrorismo no Mali e na Nigéria?**

Impende salientar que o objetivo dessa pesquisa é analisar de forma crítica a atuação da CEDEAO na luta contra o terrorismo no Mali e na Nigéria de 2007 a 2020. E de forma específica, a pesquisa busca: mapear as atividades terroristas nos dois países; identificar de que forma a CEDEAO atuou para combater o terrorismo no Mali e na Nigéria; procurar entender em que medida as políticas da intervenção de CEDEAO conseguiu diminuir ou não a propagação do terrorismo nos dois países.

Somente, os períodos entre 2019 a 2020, o Mali e a Nigéria em conjunto tiveram 5.212 mortos pelo terrorismo segundo os dados de Databasse¹. Esses eventos terroristas ocorrem mesmo com a presença na região de 5.000 soldados franceses, 1.000 soldados dos EUA e 15.000 homens das forças de manutenção da paz da ONU na África Ocidental (LAWAL, 2021). Isso evidencia a complexidade e perversidade do fenômeno na região e aumenta a pertinência de pesquisar sobre a temática. Por outro lado, a pesquisa evidencia as fragilidades das estruturas da segurança dos dois Estados citados, principalmente o fracasso das estratégias antiterroristas dos dois países diante de avanço dos grupos terroristas. Isso torna ainda a pesquisa mais pertinente, porque ajuda as populações do Mali e da Nigéria, a procurem outros meios de proteção perante ataques violentos dos movimentos terroristas, uma vez que a maioria das vítimas do terrorismo na África Ocidental são civis, como adverte Lawal (2021).

Por outro lado, a pesquisa analisa atuação da CEDEAO, visto que permitirá a sociedade da região entender o comprometimento da CEDEAO em garantir segurança na sub-região, sobretudo entender que dimensão a CEDEAO dá às questões culturais e socioeconômicas nas suas estratégias de combate ao terrorismo, elementos considerados importantes para melhor

¹Fonte database disponível em: [OurWorldInData.org/terrorism](https://ourworldindata.org/terrorism)

compreender e combater o fenômeno terrorismo. Acredita-se que mostrar essas dimensões, que são menos abordadas, torna essa pesquisa muito relevante em termos acadêmicos.

Por outro lado, a pesquisa compreende que o fenômeno do terrorismo é um assunto premente na agenda internacional. Nota-se que tradicionalmente a academia brasileira centraliza o debate sobre o terrorismo a partir do norte global e o Oriente Médio, dando pouca ênfase a África, principalmente a África Ocidental, tanto que o trabalho se coloca aqui no sentido de diversificar a agenda de pesquisa na academia de Relações Internacionais no Brasil, colocando em voga o caso da África ocidental. Diante disso, acredita-se que os resultados e descobertas desse trabalho ampliarão os conhecimentos teóricos e empíricos sobre terrorismo, particularmente no espaço de CEDEAO.

Em termos cronológicos, escolhemos o período de 2007 a 2020 para analisar, por se tratar de auge de ataques terroristas e o terrorismo na sub-região, eventos que ceifaram vida de milhares de pessoas e impactaram negativamente a paz social na África Ocidental, como será evidenciado nas próximas seções.

Em termos hipotéticos, a pesquisa parte da hipótese de que a CEDEAO tem atuado dentro das suas limitações para prevenir e combater o terrorismo no Mali e na Nigéria. E a organização tem sido ativa nas mediações e nas negociações entre esses Estados e movimentos terroristas buscando garantir segurança nos dois países.

Em termos metodológico, a pesquisa seguiu abordagem qualitativa por acreditar ser a forma mais viável para responder a pergunta da pesquisa, visto que ela permite descrever a interação de certas variáveis, procurando entender e comparar os processos dinâmicos dos grupos sociais (RICHARDSON, 1999 *Apud* MAURY & BUEREN, 2003). Nesse trabalho, essa metodologia nos permitiu traçar uma visão panorâmica na análise pormenorizada da dinâmica do terrorismo no Mali e na Nigéria assim como possibilitou a identificação dos principais atores em conflito.

A técnica que norteou o desenvolvimento desta pesquisa é a análise crítica. Segundo Recmanovic (2014) a técnica de análise de metodologia crítica é aquela que ajuda ao investigador a compreender o desenvolvimento de fenômenos sociais e as suas implicações sociais, assim também permite investigar e revelar os interesses e agendas ocultas que estão atrás dos acontecimentos sociais. Outrossim, a análise crítica abre caminho para questionamentos das estruturas sociais e políticas existentes e propondo as transformações dessas estruturas. Em relação a essa pesquisa, a técnica de análise crítica ajudou a entender de que forma a CEDEAO delineou as suas repostas ao fenômeno do terrorismo nos dois países.

Ainda, permitiu analisar criticamente a atuação da CEDEAO sob diferentes prismas, sobretudo, na identificação das ineficácias dos mecanismos de luta contra terrorismo no Mali e na Nigéria.

No primeiro momento foi feita a revisão bibliográfica nos livros, artigos, teses e outros textos acadêmicos que versam sobre o terrorismo, seja numa perspectiva teórica, como empírica. Isso permitiu a pesquisa para além de apresentar diferentes concepções sobre conceito do terrorismo no cenário internacional, como também permitiu demonstrar como as ambiguidades das definições do terrorismo tem dificultado na criação de políticas de combate ao terrorismo a nível global. Também os dados coletados nesses documentos ajudaram a pesquisa traçar linhas cronológicas da história do terrorismo na África Ocidental. Além disso, os dados permitiram apresentar a dinâmica do terrorismo no Mali e na Nigéria e evidenciar a relação intrínseca entre terrorismo e processo de colonização britânica na Nigéria e francesa no Mali, respectivamente.

No segundo momento do trabalho foram explorados os relatórios anuais sobre terrorismo e os comunicados finais das cúpulas da CEDEAO sobre terrorismo. Vale salientar que todos os documentos da CEDEAO explorados nessa pesquisa, foram retirados no site online da organização.

Através desses documentos, foi possível descrever a forma como a CEDEAO introduziu a agenda antiterrorista nas políticas securitárias, principalmente a partir dos anos 2000 e também analisar como era o contexto geopolítico da região no qual a CEDEAO começou a se debruçar sobre a criação das leis antiterroristas na região. Isso permitiu a pesquisa analisar em profundidade as influências das políticas internas de alguns Estados membros na definição das estratégias de combate ao terrorismo da CEDEAO na África Ocidental, e como essas contradições e a falta do compromisso dos líderes políticos da região da África Ocidental em relação à organização tem implicado no fracasso das missões de paz de CEDEAO nos dois países. Vale salientar que essas análises foram feitas a partir de um processo hermenêutico, isto é através de interpretações e intercalações entre as informações coletadas nos documentos da CEDEAO e os argumentos críticos à atuação da CEDEAO nos dois países apresentados pelos autores nas últimas duas seções do trabalho.

Por um lado, como as pesquisas de viés crítica buscam revelar e superar as restrições tidas como certas, resultantes das relações sociais distorcidas. Ainda, concentra-se nas relações e de poder, nos aspectos micro e macro dos fenômenos, na cultura corporativa e nas formas de dominação e controle sociais (HABERMAS 1989 *apud* RECMANOVIC,2014). Com isso a pesquisa conseguiu evidenciar a maneira como as relações de clientelismo e as disputas pela hegemonia entre os Estados-membros da CEDEAO, têm dificultado as coordenações nas

operações de paz da organização, isso através, a partir dos dados coletados nos livros e artigos selecionados.

Segundo Myers e Kein (2011), existem dois princípios para conduzir uma pesquisa crítica, dentre os quais, o primeiro permite o pesquisador fazer abordagem crítica dos acontecimentos sociais e políticos e o segundo possibilita ao pesquisador apontar possíveis soluções das problemas sociais. O primeiro princípio permitiu a essa pesquisa apresentar as limitações econômicas, institucional, política e jurídica da CEDEAO e como isso tem influenciado as intervenções externas nos problemas da região, principalmente o neocolonialismo que as potências ocidentais exercem sobre Estados-membros da CEDEAO e que acaba impactando negativamente na autonomia da organização. Além disso, o segundo princípio ajudou a pesquisa traçar algumas linhas mestres que CEDEAO deve seguir para garantir a paz e desenvolvimento na África Ocidental.

Acredita-se que, para cumprir os objetivos da pesquisa, a metodologia de análise crítica seria necessária, porque permite o pesquisador explorar e argumentar melhor sobre os fatos socialmente relevantes.

O trabalho está dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo foi problematizado o conceito de terrorismo sob diferentes perspectivas e foi demonstrado como a falta de consenso sobre o fenômeno terrorismo tem dificultado a criação de leis antiterroristas no cenário internacional; no segundo capítulo foram analisados as crises após independência e como essas crises têm influenciado expansão do terrorismo na África Ocidental. Além disso, foi abordado sobre os primeiros passos do terrorismo na região, assim como influência de ataque de 11 de Setembro no aumento do terrorismo África Ocidental; no terceiro a pesquisa analisou o fenômeno do terrorismo no MALI e na NIGÉRIA, sobretudo a dinâmica dos grupos terroristas nos dois países. O quarto que é último capítulo, a pesquisa buscou descrever e analisar criticamente atuação da CEDEAO nos dois países, nos primeiros momentos desse capítulo, a pesquisa buscou descrever a criação da CEDEAO e as formas de atuação no combate ao terrorismo no Mali e na Nigéria, e nas últimas duas seções desse capítulo, foi analisado aspectos negativos e positivos da atuação da CEDEAO nos dois países.

CAPÍTULO 1 - O CONCEITO DO TERRORISMO E AS SUAS INTERPRETAÇÕES

Este capítulo visa discutir a evolução histórica de conceito do terrorismo internacional e as complexidades para definir o fenômeno do terrorismo. Dito isso, os primeiros debates da comunidade internacional sobre terrorismo ocorreram no âmbito da Liga das Nações, isso na década de 1930. Neste contexto, em 1934 foi criado o Comitê da liga das Nações para repressão do terrorismo. O Comitê que, mais tarde, vai criar a convenção de prevenção e punição do terrorismo em 1937. Neste período, os debates sobre terrorismo estavam voltados para os movimentas anarquistas. Porém, havia dificuldades de fazer distinções entre os atos praticados pelos Estados e aqueles efetuados por agentes não-estatais (ACHARYA, 2009). Mas com a emergência da segunda Guerra Mundial, os debates sobre o fenômeno de terrorismo começaram a perder relevância no âmbito da comunidade internacional. O tema voltou a ganhar força, somente depois da Guerra e os discursos sobre terrorismo estavam focados para questões de segurança aérea e da proliferação de materiais nucleares (OLIVEIRA, 2019).

Na década de 1970, os estudos sobre terrorismo foram institucionalizados, ou seja, a partir desse período é que foram criados centros específicos de estudos do terrorismo internacional. Isso devido à invasão do centro de concentração da equipa olímpica do Israel, pelo grupo extremista da palestina denominado Setembro Negro, durante olimpíadas de Munique em 1972, que resultou na morte de 17 pessoas. Esse evento levou muitos pesquisadores a interessarem na tema. E na década de 1970 culminou com a criação de várias revistas acadêmicas sobre estudos de terrorismo ao redor do mundo, por exemplo, nos EUA foi criado o Comitê de Gabinete para combate ao terrorismo (CCCT), e também comitê de inteligência contraterrorismo ligada à Agência Central de Inteligência (CIA), com objetivo de estudar o fenômeno e garantir segurança às populações Norte Americanas (OLIVEIRA 2019). Ainda o autor aponta que, com a institucionalização de estudos do terrorismo, os acadêmicos deixaram de usar o terrorismo, somente para fazer referências as violências promovidas pelos Estados e passaram a ser atribuídas aos grupos insurgentes. E, foi na década de 1970 também que o terrorismo passou a fazer parte da agenda permanente na assembleia geral das nações Unidas.

Nos anos 1980, os debates sobre terrorismo consolidaram-se na arena internacional e tornando um tema de grande relevância, principalmente nos EUA. A temática passou a fazer parte da agenda política do país e suscitou vários debates durante as eleições que levaram Ronald Reagan ao poder. Num contexto da Guerra Fria, os discursos que dominavam o mundo acadêmico, nesse período, era que a União Soviética treinava e financiava os grupos terroristas

(WOORDWARD, 1987). Vários congressos e publicações sobre a temática foram realizados para sustentar as narrativas da época, que estavam pautadas nas disputas entre EUA/ União Soviética ou democracia/comunismo. Segundo Stampnitzky (2013), esse pensamento prejudicou muito os avanços no campo acadêmico sobre temática.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, que culminou com o fim da Guerra Fria e conseqüentemente a queda do Muro de Berlim, isso acabou provocando grandes mudanças nos estudos sobre terrorismo. A primeira mudança que ocorreu é que, por um lado, os EUA reduziram os seus investimentos nas pesquisas sobre a temática. Isso fez com que as produções sobre a temática terrorismo caíssem consideravelmente. Por outro lado, é que o fim da Guerra Fria esvaziou de certa forma a agenda dos estudos sobre o terrorismo, principalmente nos EUA. A segunda mudança que ocorreu é o enfraquecimento da própria ideia que sustentava que União Soviética era o cúmplice dos grupos terroristas. Com o fim da bipolaridade o grande argumento que norteava os debates acadêmicos perdeu peso principal. E também, começou a surgir novo tipo de terrorismo, com características pouco distintas com tipo de terrorismo que havia até então, e que muitos chamam pejorativamente de terrorismo islâmico (OLIVEIRA, 2019). Essas nomenclaturas, como terrorismo islâmico, fazem parecer que terrorismo está ligada à cultura islâmica e aumentando preconceitos contra muçulmanos, principalmente entre os ocidentais. Segundo Said (2007) o Ocidente sempre foi capaz de construir a ideia de outros através de generalizações e distorções criando identidades coletivas para se referir a pessoas com comportamentos muito distintos.

Retomando a sequência, Esposito (2002) mostra que, a partir de anos 2000, o discurso de terrorismo de cunho religioso que começou na década anterior se consolidou, principalmente depois de ataque de *World Trade Center*, ocorrido em 11 de setembro de 2001. Ainda mesmo autor aponta que, com o surgimento do terrorismo de cunho Islâmico, os debates acadêmicos sobre terrorismo mudaram, ou seja, os estudos sobre terrorismo deixaram focar nas disputas entre mundo ocidental e a União Soviética, como apoiador dos terroristas, e passaram concentrar nas relações entre mundo Ocidental e o mundo islâmico.

O surgimento de novas formas do terrorismo fez com que as questões das civilizações passaram a ser um elemento fundamental no campo acadêmico e política, principalmente depois que os EUA começaram a sua agenda de guerra ao terror. Huntington (1997) argumenta que uma ordem mundial baseada na civilização está emergindo, onde as sociedades que compartilham afinidades culturais vão se cooperar umas com as outras para dominar outras civilizações. Os países estão se agrupando no sistema internacional através de núcleos de

civilizações. Portanto, as pretensões universalistas do ocidente levarão para o confronto com outras civilizações, principalmente islâmicas.

1.1 DIFERENTES FORMAS DE INTERPRETAÇÃO DO TERRORISMO

Com relação a definição, como apresentado no segmento anterior, o terrorismo é um conceito complexo e multifacetado, não existe consenso sobre os tipos de ato que podem ser considerados como terroristas ou não. Segundo Galito (2013) mostra que a falta de consenso sobre o terrorismo figura como um dos obstáculos para combatê-lo. O termo terrorismo é utilizado para referenciar atos muito distintos, por vezes antagônicos, provocando divergências entre os Estados, os acadêmicos e até nas organizações internacionais. Portanto, cada país ou organização vai interpretar o terrorismo de acordo com seu entendimento ou interesse político.

Na perspectiva Laqueur (1999), o terrorismo pauta-se no emprego sistemático da violência ou ameaças usadas por parte das entidades menores que o Estado, com a finalidade de instaurar o terror na sociedade para debilitar ou destruir o governo e, assim, produzir uma mudança política. De igual modo, Schmitd & Jongman (1988) apontam que o terrorismo é um método que inspira ansiedade de ação violenta repetida, empregado por indivíduos (semi) clandestinos, grupos ou atores estatais, por razões peculiares, criminosas ou políticas, onde os alvos são escolhidos aleatoriamente ou de forma seletiva. Já para Ganor (1998) o terrorismo é o uso intencional da violência contra populações civis, com intuito de atingir fins políticos. Para. E fim, Rappaport (2022) argumenta que terrorismo é tipo motivadas por religião ou por política que não são aceites moralmente. Esses violências podem ser praticados tanto pelos rebeldes, como também pelos Estados.

No âmbito das Teorias de Relações Internacionais, as discussões e acepções sobre o fenômeno do terrorismo também são diferentes, visto que esse campo de estudo oferece uma leitura e compreensão empírica da realidade internacional sobre a temática. Para ilustrar as concepções sobre o terrorismo dentro da disciplina das Relações Internacionais, apresenta-se como quatro correntes teóricas das RI compreendem esse fenômeno, que são: Realismo, Liberalismo, Construtivismo e Pós-colonialismo.

Burnussi (2013) afirma que o realismo apresenta duas premissas sobre o terrorismo: Estadocentrismo e a racionalidade. A premissa do Estadocentrismo mostra que o terrorismo tem a ver com o fracasso dos Estados nacionais, ou seja, enfraquecimento de poderes dos Estados que levam ao surgimento e fortalecimento dos movimentos terroristas. Já a premissa da racionalidade mostra que o terrorismo é uma estratégia racional com objetivo de causar

algumas mudanças na posição política de um determinado governo, ou seja, é uma tática que procura modificar um determinado comportamento político através da manipulação das opções do oponente, promovendo o terror como um meio para conseguir as mudanças desejadas. Conforme a essa teoria, os terroristas enquanto seres racionais, sempre buscam maximizar os seus resultados (CRENSHAW, 1988; *apud* BERNUSSI, 2017).

Para Waltz (2010), o dualismo de sistema internacional entre âmbito interno e externo é que ajuda os movimentos terroristas se prosperassem, ou seja, enquanto no âmbito nacional se lida com indivíduos que os governos podem exercer violência legítima sobre eles, ao passo que o sistema internacional é formado por Estados não existe um agente superior para pôr ordem. Portanto, está assimetria entre a esfera nacional e internacional que influencia também o surgimento dos grupos terroristas. Na concepção do realismo sobre terrorismo também tem a ver com a anarquia do sistema internacional, é que leva ao surgimento dos grupos terroristas (BERNUSSI 2017).

Para os realistas a segurança deriva do poder, portanto, o poder de cada Estado é que vai determinar a sua capacidade de garantir a sua própria segurança. Segundo Raymond Aron (2002) a vida internacional se desenvolve através do exercício de poder em que cada Estado está inserido, sendo a guerra um fator autonomizador das movimentadas nas relações interestatais. Aron entendeu que a capacidade militar vai ser determinante nas políticas de segurança dos países, isso quer dizer que o que importa é a capacidade da força que um Estado tem para garantir a sua sobrevivência. Para essa visão o terrorismo tem a ver com perda de poder militar por parte dos Estados.

De acordo com Hobbes (*apud* Zahra, 2011), sem a segurança do Estado não haverá a manutenção de contrato social que permita ao Estado garantir o respeito aos direitos humanos e o controle da fronteira nacional. Portanto os Estados fracos sem apoio de uma potência nunca teria sido capaz de lançar uma campanha militar massiva contra terrorismo (ZAHRA, 2011).

Nota-se que, a teoria realista apresenta algumas limitações em explicar o terrorismo. Segundo Suarez (2012), a teoria realista, além de fazer uma separação entre assuntos nacionais e internacionais, é voltada para entender atuação dos Estados e não dando grande relevância os atores não estatais que são fundamentais na explicação de fenômeno do terrorismo na atualidade. Isso porque, a maioria dos ataques terroristas é efetuada por agentes não estatais. Além disso, a realidade internacional é resultado dos acontecimentos internos dos países, por isso não dá para entender o fenômeno de terrorismo com essa visão dicotômica dos realistas.

Bernussi (2013) aponta que a Teoria Liberal apresenta como problema para o fenômeno de terrorismo a fragilidade das instituições internacionais. Isso contrasta com a

supervalorização dos Estados por parte dos Realistas – que não levam em conta a globalização, que tem facilitado a atividade das organizações e redes não-estatais. Além disso, os liberais destacam a incompreensão dos realistas, que negligenciam o fato de que os Estados não são os únicos que detêm os meios de guerra. Segundo Keohane e Nye (2001), os atores não estatais tornaram-se muito relevantes para a política internacional, porque podem influenciar a agenda de discussões sobre conflitos e cooperação no cenário internacional. Para os dois autores existe uma interdependência complexa entre os países, isso leva os países a desenvolverem redes de cooperação que favorecem o surgimento de instituições internacionais que reduzem os riscos de guerra. Para essa visão, o problema do terrorismo tem a ver com falta de instituições internacionais fortes para lidar com as dinâmicas da segurança internacional. A interdependência representa a dependência mútua entre os Estados, a situação na qual os acontecimentos em diferentes partes de um sistema afetam-se mutuamente. Portanto, não podemos falar do terrorismo sem destacar o papel dos atores não estatais no cenário nacional e internacional.

Na mesma senda, a Teoria Construtivista vai analisar, principalmente, a construção social e histórica do conceito do terrorismo no cenário internacional, seja por Estadistas ou pelos acadêmicos, e compreender como este conceito é usado. O terrorismo não é uma categoria fixa, mas que sofre diversas alterações conceituais. Isso porque alguns eventos que hoje são considerados de terrorismo dantes não eram. Além disso, o Construtivismo mostra que o terrorismo é utilizado para demonizar inimigos e tirar a tensão do próprio uso que o Estado faz da violência (BURNUSSI, 2013). Segundo Onuf (1989), a realidade internacional não é dada, mas socialmente concebida por meio da construção de discursos. Portanto, existe uma disputa para construção de narrativas hegemônicas sobre o fenômeno do terrorismo. Além disso, Wendt (2014) mostra que para entender o terrorismo é importante compreender a construção social dos Estados no sistema internacional.

Já no pensamento pós-colonial, segundo Burnussi (2013), a abordagem pós-colonial traz à tona as vozes excluídas e subalternas nos debates internacionais. Para teorias pós-coloniais, o terrorismo é uma forma de revolta à exploração colonial por parte dos povos colonizados. Além disso, o terrorismo é fruto de revoltas dos povos que são submetidos as dominações política, econômica, social e cultural. Sison (2003) aponta que o imperialismo é responsável pela ruína econômica e social dos países subdesenvolvidos e perturba a produção e o consumo das populações. Além disso, ele instiga os conflitos étnicos e religiosos, gerando rivalidades e massacres civis. Não obstante, não se podem fazer críticas ao terrorismo e ignorar o imperialismo (SISON, 2003). De igual modo, Said (2007) mostra que o discurso colonial é um

discurso de poder, que resultou numa estrutura que promove oposições binárias entre “eu” e o “outro”, mas que também produziu intercâmbios desiguais com vários tipos de poderes: poder político, intelectual, cultural e o moral. Portanto, para esse pensamento o terrorismo é resultado de dominação.

No entanto, o grande problema de abordagem Pós-Colonial sobre o fenômeno de terrorismo é que ela centraliza suas análises sobre rivalidades entre colonizador e colonizado e ignora outros acontecimentos. Por exemplo, os movimentos terroristas oriundos de povos colonizadores. Dito isso, dá para perceber que a CEDEAO que é foco dessa pesquisa não dá grande relevância ao fator colonização para os problemas de terrorismo que a sub-região depara.

Vale salientar que os autores realistas, liberais e construtivistas, destacados anteriormente, não abordaram diretamente o fenômeno terrorismo. Apesar disso, entende-se que os argumentos que constituem as interpretações de suas visões do mundo por outros autores podem possibilitar a compreensão de como eles explicariam o fenômeno terrorismo.

As disputas conceituais sobre o terrorismo não ficam limitadas somente ao campo acadêmico, se estendem aos Estados. Ou seja, os Estados apresentam entendimentos diferentes sobre o que é terrorismo (CANDE,2023). Por exemplo, o Departamento de Segurança dos Estados Unidos da América (AID) define o terrorismo como uma violência premeditada e politicamente motivada contra alvos combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos (SOUZA, 2017). O Brasil, por meio da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), define o terrorismo como uma ação premeditada e motivada, seja ideologicamente ou politicamente, com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo o perigo as pessoas, patrimônio e a paz pública, como mostra a lei 13.260/16 no seu artigo 2º publicada em 2016. E, por fim, para África do Sul adotou nova definição, onde definiu o terrorismo como uso sistemático, repetido ou arbitrário da violência com intenções de ameaçar a integridade territorial de um Estado, intimidar ou causar insegurança nas populações indevidamente e induzir as pessoas e o governo a abastecer de qualquer ato (OXTOBY & POWELL, 2017 apud CANDE,2023).

Percebe-se que todas essas definições apontam que o terrorismo pode estar ligado a motivações políticas e econômicas, diferentemente da mídia que faz parecer que terrorismo sempre é motivado por extremismo religioso.

Falando das Organizações Internacionais, especificamente a ONU, as divergências em torno da definição do terrorismo é um grande desafio. Segundo Sarambe (2018), o fenômeno sempre foi uma grande preocupação para ONU desde sua criação e isso motivou a criação de várias estratégias institucionais, que buscam enfrentar esse fenômeno a nível global. Apesar

disso, a ONU não foi capaz de criar consenso em torno do conceito de terrorismo. No âmbito da ONU, percebe-se que o terrorismo possui duas abordagens antagônicas, uma jurídica, ligada aos países ocidentais, e outra política, ligada aos países não ocidentais (alguns países do Movimento dos não Alinhados). No que tange à abordagem jurídica, esta busca construir um consenso em torno das diretrizes universais da Organização sobre o fenômeno em questão, porque os países ocidentais entendem o fenômeno como ilícito e que precisa ser julgado e condenado. No que diz respeito à abordagem política, esta tem uma visão política sobre o fenômeno e procura entender as causas e os acontecimentos históricos que levam aos ataques terroristas. Esse antagonismo possibilitou o fracasso de todas as tentativas da ONU na criação de um entendimento comum sobre terrorismo a nível internacional (SOUSA, 2019).

Nota-se que a ONU não consegue criar um consenso sobre terrorismo. Há ausência de uma definição geral a nível global capaz de sobrepor as definições individuais dos países e das organizações regionais para harmonizar as lutas contra o terrorismo. Isto tem beneficiado os movimentos terroristas a expandirem as suas ações ao redor do mundo.

Percebe-se que a distinção entre atos terroristas e lutas legítimas dos povos submetidos a dominação figura como um dos pontos de divergências para a ONU definir o terrorismo. Os países que foram colonizados pelo ocidente, principalmente os da Organização para Cooperação Islâmica, tendem a opor as definições do terrorismo que incluem os movimentos independentistas. Exemplo disso, em 2013, um representante do Egito na CCIC afirmou que era necessário distinguir entre ataques terroristas e lutas legítimas das populações contra invasões estrangeiras (SOUSA, 2019).

Apesar das divergências acima referidas, Shmid (2023) afirma que a organização tem criado convenções para tentar harmonizar as suas políticas antiterroristas a nível global. Autor destaca que, de 1963 a 2023, a ONU criou cerca de 19 convenções e tratados que buscam um entendimento comum sobre terrorismo, entre eles, a convenção de 16 de dezembro de 1970, sobre ataques de aviações, contou com a participação de 188 Estados, dos quais, somente 175 ratificaram a convenção. Na convenção da ONU sobre proteção de materiais nucleares de 1980, só teve a participação de 155 países, entre Estados-membros da ONU, inclusive quatro países da CEDEAO não fizeram parte dessa convenção (SARAMBE, 2019). Isto demonstra que a ONU se depara com dificuldades para criar consenso em torno de debates sobre o fenômeno em questão. Constata-se que as definições do terrorismo envolvem questões políticas, econômicas, étnicas, históricas e geográficas, e esses elementos variam conforme cada sociedade. Por isso, torna difícil a obtenção de um consenso sobre o conceito do terrorismo.

Somente após 11 de setembro que a Organização das Nações Unidas (ONU)² conseguiu um certo consenso sobre terrorismo. Segundo Shmid (2023), depois de reuniões de comitê ad hoc, a ONU conseguiu formular uma definição provisória em 2005, através do seu Departamento de Prevenção do Terrorismo (UNODC). No seu texto provisório a ONU definiu o terrorismo como:

“1. Qualquer pessoa comete um delito na acepção da presente Convenção se essa pessoa, por qualquer meio, ilegal e intencionalmente, causar: (a) Morte ou lesão corporal grave de qualquer pessoa; ou (b) Danos graves à propriedade pública ou privada, incluindo um local de uso público, uma Instalação estatal ou governamental, sistema de transporte público, instalação de infraestrutura ou meio ambiente; ou c) Danos a bens, locais, instalações ou sistemas referidos na alínea b) do n.º 1 do presente artigo, que resultem ou possam resultar em perdas económicas importantes; quando o objetivo da conduta, pela sua natureza ou contexto, for intimidar uma população, ou obrigar um Governo ou uma organização internacional a praticar ou a abster-se de praticar qualquer ato (SHMID,2023; p.19).

Vale destacar que essa definição é provisória e não é consensual. Portanto, apesar de alguns avanços sobre terrorismo a nível da ONU, a definição consensual do terrorismo continua pendente ainda nessa organização.

Entende-se, portanto, que os principais problemas das definições do terrorismo é que elas não fornecem elementos suficientes para distinguirmos o terrorismo de outras formas de violência política. Segundo Waight (2009), outro problema que vai marcar a definição de terrorismo é a falta de consciência histórica, em que a maioria dos autores foca as suas análises no terrorismo de cunho islâmico contemporâneo, negligenciando o processo histórico que originou as formas contemporâneas de ações terroristas. O terrorismo é um processo social, portanto, não pode ser compreendido fora do seu contexto histórico e geográfico.

Portanto, para combater o terrorismo as suas definições devem estar bem claras, assim como devem ser explícitos os critérios da aplicação dessa definição e discutir os meios mais eficazes de combater tal fenômeno.

1.2 TERRORISMO SEGUNDO UNIÃO AFRICANA

O terrorismo sempre foi uma ameaça à segurança no continente africano. Vale destacar que não existe consenso sobre os primeiros passos desse fenômeno na África. Segundo English (2021), o terrorismo em África começou com tráfico de escravizados pelo atlântico, a partir do século XV. Para Ventura (1996), o terrorismo começou na África no século XX, em 1955,

2 Fonte sobre resolução de ONU de 2004 disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/n0454282.pdf>

quando um movimento radical islâmico conhecido como irmandade muçulmana (Gamaa`t al islamiya) desencadeou um atentado terrorista contra o antigo primeiro-ministro Egípcio Gamaal Nasser. Por um lado, Milián (2018) afirma que a presença do terrorismo no continente africano tem a ver com o retorno para África de alguns dos combatentes extremistas que participaram na guerra de Afeganistão na década de 1990, principalmente na Argélia e Egito.

Percebe-se que os três autores, acima citados, apontam períodos bem distintos como início do terrorismo no continente. Essas divergências têm dificultado a compreensão do fenômeno em questão, pois muitos dos eventos deixaram de ser considerados de terroristas por causa das controversas. Exemplo disso, até o início dos anos de 1990 somente três eventos reuniram certo consenso como atos terroristas entre os estudiosos, sendo eles: A crise de reféns de 1976 em Uganda; Ataques terroristas ao Boeing 747-121, envolvendo a Líbia, na década de 1980; as violências praticados pelos radicais islâmicos nos anos 1990 em Argélia (EWI & DU PLESSIS, 2014). Ao contrário dos acadêmicos, aos atos acima elencados não foram atribuídos o termo terrorismo pela OUA, visto que o termo estava associado à política colonial. Os colonizadores chamavam os movimentos independentistas e os seus comandantes de terroristas. Por isso, os líderes africanos resistiram ao uso do termo terrorista para atribuir aos atos de violência cometidos por um africano (ALLISON, 2015). Isto é um dos motivos que levou a OUA a começar as políticas antiterroristas, somente, a partir da década de 1990.

A Organização da Unidade Africana (OUA) esteve sempre ativa em combater outros tipos de ameaças à segurança no continente desde sua criação em 1963. Contudo, somente na década de 1990 que o terrorismo passou a figurar no centro das agendas urgentes da OUA, principalmente depois de ataques terroristas às embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia em Agosto de 1998. Esses ataques alertaram a Organização da Unidade Africana que o terrorismo é grande ameaça à segurança humana no continente. A partir disso, a referida organização percebeu que o aumento do fenômeno, num mundo globalizado e de próprio desenvolvimento da ciência e tecnologia e da comunicação, é um desafio para a organização. Tornou-se claro para os líderes africanos que o problema do terrorismo não dependia apenas das realidades internas, mas também do ambiente internacional (AWEI & ANING, 2015). Essa preocupação crescente com a situação da segurança, devido ao aumento da violência e do extremismo na África, levou a OUA a redobrar o esforço e começou a implementar medidas de combate ao terrorismo transnacional no continente (UA, 2014).

Vale salientar que antes de acontecimentos de 1998, o terrorismo foi mencionado em algumas resoluções da OUA da década de 1990, mas nunca figurou no centro dos debates. Por exemplo, na Resolução de Dakar, em 1992, os Estados-membros africanos se comprometeram

a não disponibilizar seus territórios para atividades terroristas. Assim, na Conferência dos Chefes de Estados e dos Governos da Organização Africana, realizada em Tunes de 13 a 15 de Junho de 1994, os líderes africanos buscaram estreitar as relações das cooperações entre os Estados-Membros com vistas a prevenir o terrorismo no continente (UA, 1994).

Nas declarações acima mencionadas, percebe-se que o terrorismo ainda não era grande preocupação para OUA. Isso porque o fenômeno parecia ser visto como exógeno ao continente africano. Mesmo assim, os líderes africanos não deixaram de estreitar suas cooperações como forma de impedir a propagação do fenômeno em questão.

A partir do impacto dos ataques terroristas no Quênia e na Tanzânia, em 1998, os países da OUA colocaram os problemas do terrorismo como uma das questões mais urgentes na agenda da segurança. Todos os países se comprometeram a não se envolver nem viabilizar atos ou práticas terroristas. A OUA começou a formular várias políticas para investigar, legislar, prevenir e combater o fenômeno (OLIVEIRA, 2019).

Posto isso, a questão de terrorismo passou a dominar as conferências da OUA. Isso ficou evidente na conferência de Ouagadougou de 1998, onde os líderes africanos reforçaram a necessidade de cooperação entre os Estados, bem como a criação e o fortalecimento de estruturas interestatais responsáveis por combater a venda de armamentos ilegais e o terrorismo no continente. Neste sentido, a OUA precisava de um mecanismo mais eficaz para combater tal fenômeno. Sendo assim, criou-se a Declaração de Argel, com intuito de formular leis antiterroristas no continente. Na Declaração de Argel, de 1999, os Estados-membros da OUA adotaram convenção para a prevenção e combate ao terrorismo, tráfico de drogas e de armas e lavagens de dinheiro (OUA, 1999). Nota-se que cada vez que OUA faz menção ao terrorismo aparecem nomes, como tráfico de drogas e de armas, visto que a organização acredita que são atividades interligadas.

É importante salientar que, a partir da convenção de Argel de 1999, a OUA adotou uma definição de terrorismo, no artigo 3º, sobre a prevenção e o combate ao terrorismo. Segundo a OUA, a definição de terrorismo consiste em:

- a) todo o ato que é uma violação da legislação criminal do Estado Parte e desta Convenção e que pode pôr em perigo a vida, a integridade física e a liberdade ou causar graves danos ou morte a uma pessoa ou grupo de pessoas, destruir a propriedade pública ou privada, os recursos naturais, o património cultural ambiental, cometido deliberadamente ou com a intenção de: (i) intimidar, provocar uma situação de terror, forçar, exercer pressão ou levar qualquer governo, organismo, instituição e seus membros a realizar qualquer iniciativa ou a abster-se dela, bem como adotar, renunciar a uma determinada posição ou agir de acordo com certos princípios; (ii) perturbar o funcionamento normal dos serviços públicos essenciais ou criar uma situação pública de emergência; ou (iii) criar uma situação de insurreição geral num Estado. (b) qualquer promoção, patrocínio, contribuição, ordem, ajuda, incitação,

encorajamento, tentativa, ameaça, conspiração, organização ou suborno de qualquer pessoa com a intenção de cometer qualquer ato referido no parágrafo (a) (i) a (iii).

Para além dessa definição, a OUA no artigo 2 da convenção de Argel criou o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS), que passou, desde então, a coordenar e harmonizar todas as estratégias continentais de combate ao terrorismo em todas as suas formas, bem como a implementação das diretrizes internacionais de combate ao terrorismo na África (UA, 2004). Por isso, é possível afirmar que a convenção de Argel de 1999 é o marco mais importante quando se trata de políticas antiterroristas no continente. A OUA não só criou um entendimento comum sobre que tipos de violências podem ser consideradas atos terroristas, também criou um órgão específico para coordenar e facilitar as políticas antiterroristas na África.

Vale ressaltar que a definição do terrorismo, proferida na convenção de Argel pela OUA, não surgiu num vácuo. Ela foi baseada num olhar africano do fenômeno do terrorismo, observando a história política do continente. A OUA procurou trazer uma definição do terrorismo que é capaz de acabar com a forma ambígua de como o termo era utilizado desde o período da colonização, no sentido de não permitir que sejam chamados de terroristas os movimentos independentistas e os seus líderes (AWEI & ANING, 2015). Percebe-se que a preocupação da OUA não foi só de definir o terrorismo, como também de legitimar as lutas anticoloniais e evitar a utilização do termo da mesma forma que o Ocidente o utilizou para desmerecer os movimentos independentistas no continente. Isto tornou a definição da OUA muito interessante, apesar de ser muito ampla e complexa em termos da compreensão, tendo em conta a tentativa de incluir vários elementos.

Posto isso, a preocupação da OUA com a questão do terrorismo não cessou com a declaração de Argel. Segundo Mensah (2020), a Organização de Unidade Africana (OUA), atual União Africana (UA), continuou a combater o fenômeno em diferentes esferas. Por exemplo, em outubro de 2001, UA adotou uma declaração contra terrorismo, durante a cimeira da União Africana realizada em Dakar. E em 2002, a UA criou plano de ação para prevenção e combate ao terrorismo na reunião intergovernamental dos Estados-membros da UA realizada na Argélia, reforçando a necessidade de um esforço comum na erradicação do terrorismo na África (AU, 2004). Tudo isso foi a tentativa de responder as novas dinâmicas do terrorismo que os ataques de 11 de Setembro de 2001 em Nova York introduziram no cenário internacional, principalmente no continente africano, tornando-o a maior ameaça a segurança humana no continente (MENSAH, 2020). Esse contexto levou a UA a redobrar seus esforços de combate ao terrorismo.

Em 2004, a União Africana criou o Centro Africano para Estudos e Pesquisa Sobre Terrorismo (ACSRT), buscando harmonizar as políticas de luta contra terrorismo com as pesquisas desenvolvidas pelo ACSRT e os mecanismos continentais de alerta (CEWS). O objetivo da UA é a criação de uma missão de avaliação com conhecimentos abrangentes para descobrir o *modus operandi* e as estruturas dos grupos terroristas. Isso levou a criação de um fórum anual da União Africana para combate ao terrorismo, que seria responsável de apresentar e avaliar os relatórios das operações de combate ao terrorismo em cada sub-região do continente (UA, 2004).

Vale salientar que as metas antiterroristas da UA, vigentes até então, foram esvaziadas por causa da Primavera Árabe em 2010. A Primavera Árabe foi uma série de protestos e rebeliões armadas antigovernamentais que ocorreram no Norte da África em 2011. As revoltas foram expressão de ressentimento profundo face às ditaduras envelhecidas e o aumento de custo de vida na região. No entanto, as revoltas da Primavera Árabe provocaram agitações sociais e instabilidade, que acabaram influenciando o surgimento e o fortalecimento de vários movimentos extremistas em vários países (UA, 2014).

Tendo em conta os acontecimentos da Primavera Árabe e o fortalecimento dos afiliados de Al Qaeda e Estado Islâmico em várias regiões do continente, a UA, durante a declaração solene no 50º aniversário da União Africana, em 25 de maio de 2013, constatou que havia a necessidade de criar um documento estratégico, que teria finalidade de acabar com os conflitos, principalmente o terrorismo na África até 2020, através de fornecimento de apoios legislativo, logístico e operacional aos Estados-membros para realizarem as operações conjuntas e trocas de informação, que visam impedir o financiamento do terrorismo e, também, acabar com acesso fácil de armamento por parte dos grupos terroristas (UA, 2013).

Devido a nova dinâmica que o fenômeno terrorismo introduziu no cenário continental, no século XXI, a União Africana colocou as políticas antiterroristas como uma das prioridades na sua agenda 2063 do desenvolvimento estratégico e de transformação socioeconômica do continente. Por exemplo, a quarta aspiração da agenda 2063 tem como meta erradicar o terrorismo e todos tipos de violência no continente nas próximas cinco décadas, através de gestão e resolução pacífica dos conflitos, com vistas a garantir silenciamento das armas no continente africano (UA, 2016).

Para facilitar a implementação das políticas antiterroristas da agenda 2063, a União Africana criou em 2015 um espaço de diálogo que reúne os chefes dos Estados e os representantes da União africana. Os participantes desse espaço têm papel de procurar trazer uma abordagem mais holística sobre o fenômeno no continente, levando em consideração as

suas complexidades na região. Isto permitiu a organização compreender que o terrorismo exige uma abordagem abrangente e multidimensional, visto que as causas de radicalização e de extremismo estão ligadas aos contextos sociopolíticos, históricos e geográficos de cada país ou região (AU, 2015). Além disso, esse espaço permitiu a União Africana chegar à conclusão de que as causas e agravantes do terrorismo são as seguintes:

A marginalização socioeconômica, política e identitária, a distribuição desigual de recursos, a privação e a pobreza, o analfabetismo, a má governação e as fraquezas institucionais, incluindo no sector da lei e da ordem, a existência de longas extensões de áreas porosas, em grande parte mal monitorizadas e mal fronteiras controladas, entre outros, foram consideradas como fatores subjacentes chave. Os fatores agravantes incluem as elevadas taxas de desemprego entre os jovens e a população em geral, tornando-os vulneráveis às mensagens manipuladoras de grupos terroristas e às suas promessas de ganhos rápidos, ao crime organizado e à proliferação de armas, e aos efeitos de uma ideologia mobilizadora, que, às vezes, coloca a religião no seu centro. É importante ressaltar que as respostas militarizadas a algumas situações também podem ser consideradas como fatores que contribuem para a proliferação do terrorismo e extremismo violento (UA, 2015; p.3).

A compreensão dos fatores que causam terrorismo e seus agravantes são vistas, pela própria organização, como grande avanço dado para o fortalecimento das políticas antiterroristas na África (UA, 2015). Nota-se que a União Africana tem vários mecanismos de combate ao terrorismo em sua Agenda 2063, sendo isso muito importante, tendo em conta o aumento dos ataques terroristas e seu impacto na paz social no continente.

Embora é preciso reconhecer o esforço da UA no enfrentamento do terrorismo, assim como na criação de um quadro jurídico comum para ajudar os países no seu combate, porém a organização não consegue ser efetiva na implementação dos instrumentos antiterroristas (AWEI & ANING, 2015). Constata-se que UA não consegue dar seguimento na efetivação dos mecanismos antiterroristas nos Estados-membros. Talvez isso se deve à falta de recursos humanos e financeiros para implementação das suas políticas antiterroristas (MENSAH 2020). Também, nota-se que a União Africana, como principal organização continental, tem a sua definição do terrorismo, demasiadamente, abrangente. Isto acaba não só por dificultar a compreensão do fenômeno, mas também impacta nas formas de combate ao terrorismo na região.

1.3 Considerações Parciais

Percebe-se que a organização tem entendimento ou definição do que é terrorismo, sendo isso muito importante tendo em conta a necessidade de combater o fenômeno terrorismo no continente. Contudo, essa definição são muito genérica e que acaba atrapalhando as políticas de combate ao terrorismo. Percebe-se que essa definição coloca todos os tipos de violência

como um ato terrorista, o que não só dificulta a compreensão e combate ao fenômeno, mas também acaba legitimando as violências que os Estados cometem contra civis, sobretudo, quando consideram como atos terroristas a destruição dos objetos ou meio ambiente e dano a propriedade pública e privada.

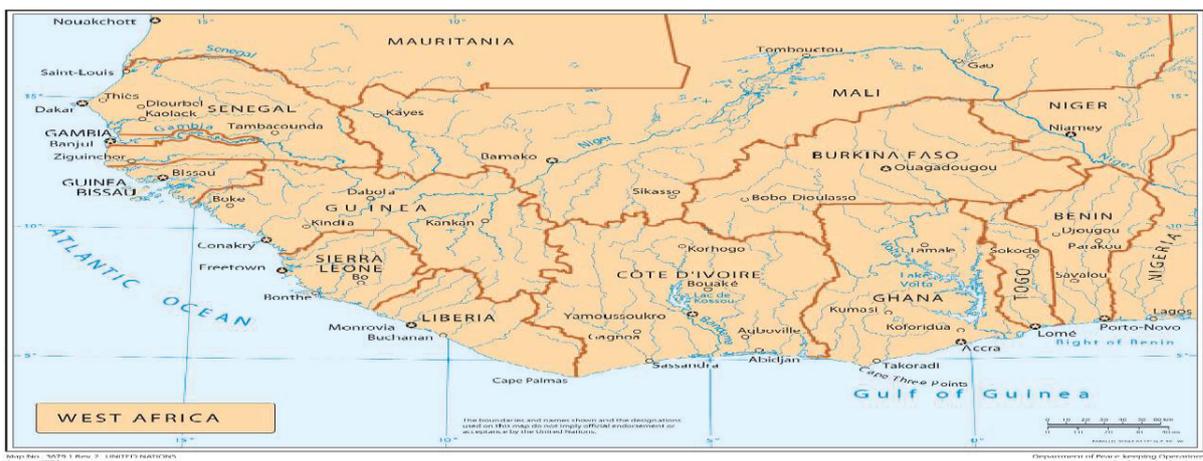
Posto isso, os debates sobre fenômeno do terrorismo no cenário internacional continuam sendo sensíveis, porque o terrorismo sempre é associado às questões culturais, principalmente a cultura islâmica. Nota-se que não existe consenso do ponto vista político muito menos jurídico sobre que tipos de atos ou violência podem ser considerados terroristas. Os acadêmicos e próprios Estados nomeiam atos como terroristas de acordo com suas conveniências políticas, econômicas e culturais. Isso tornou as suas definições muito genéricas e tendenciosas, o que tem sido obstáculo na criação de leis antiterroristas, principalmente a nível da ONU. Percebe-se que há uma falta de objetividade em relação a definição do terrorismo. Algumas pessoas ou grupos são considerados terroristas para alguns e, ao mesmo tempo, vistos por outros como combatentes que lutam pela liberdade e autodeterminação dos seus povos.

Portanto, para resolver problema de um tema tão complexo como terrorismo é preciso que haja minimamente um consenso, mesmo que fosse em nível de cada região para permitir a criação de uma agenda antiterrorista efetiva em cada região, porque é quase impossível uma agenda global coordenada sobre o fenômeno, tendo em conta as divergências entre os ex-colonizados e os ex-colonizadores.

CAPÍTULO 2. CRISES APÓS INDEPENDÊNCIA E A HISTÓRIA DO TERRORISMO NA ÁFRICA OCIDENTAL

Como já discorrido no capítulo anterior sobre várias interpretações do terrorismo e as complexidades de obter consenso em torno do seu conceito, neste capítulo, procura-se abordar o processo histórico e sociopolítico que levou a expansão do terrorismo no contexto da África Ocidental. Vale salientar que esta região não é só vasta, mas também complexa com enormes diversidades culturais, políticas e econômicas. Historicamente, é conhecida pelos seus famosos impérios, com o de Gana, Mali e Songhai. Segundo Onuaha (2013), a África Ocidental, além da sua complexidade, também se encontra entre riquezas e aflição. É uma região composta por 16 países ou Estados Soberanos, entre eles: Bénin, Burkina Faso, Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Ghana, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Mauritânia e Togo. A maior parte desses países é membro da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, com exceção da Mauritânia. Em termos de dimensão, a região da África Ocidental cobre todos os territórios costeiros do Norte de golfo da Guiné e até Rio Senegal, assim como áreas abrangidas pela bacia do Rio Níger e os do interior do Sahel. Segue em representação o mapa da África Ocidental.

Figura1. Mapa de África Ocidental



Fonte: ONU, 200

Os países da região em questão são diferentes em relação ao processo histórico colonial, tamanho territorial, densidade populacional, força econômica e coesão social. No entanto, por mais que existam as diferenças, esses países partilham também uma experiência comum. Todos foram colonizados pelos países ocidentais (França, Inglaterra e Portugal). Entre esses países, a Libéria foi o único país que foi ocupado por imigrantes (ex-escravizados) vindos dos Estados Unidos. O país conseguiu o reconhecimento da sua própria república em 1847, diferentemente

dos demais Estados da África ocidental, que conquistaram as suas independências, somente, a partir da segunda metade do século XX, começando com Gana em 1957 (ONU, 2005).

Vale enaltecer que, quando se fala da “independência” dos países da África Ocidental, está se referindo à desocupação física desses países, pois a independência exige autodeterminação dos povos, ao contrário do que se verificou no caso da África Ocidental. Segundo ALI (2018), os interesses políticos e econômicos dos colonizadores continuam a prevalecer na região. Para Mbembe (2010), a descolonização da África não resultou na liberdade dos povos, ou seja, a independência não se traduziu na autonomia dos países, pois na experiência da África Ocidental a descolonização significou a redistribuição de forma de Estado e das instituições herdadas da colonização.

Nessa perspectiva Nkrumah (1967) a essência do neocolonialismo nos Estados em que ele está presente, teoricamente, estes parecem independentes, mas na realidade, os seus sistemas político e econômico são definidos no exterior por ex-colonizadores. Para o autor, o neocolonialismo representa o imperialismo em sua forma mais avançada e, talvez, é mais perigoso que o próprio processo da colonização. Isto quer dizer que o impacto do neocolonialismo está sendo tão negativo para a região como foi o próprio processo da colonização.

Acredita-se que o grande problema dos países da região tem a ver com a falta de autonomia, principalmente a dificuldade de superar o neocolonialismo. Na atualidade, a grande parte das políticas de desenvolvimento e securitária é definida ou sofre interferência das potências ocidentais.

No entanto, os primeiros anos, após as “independências”, os países da África Ocidental adotaram políticas que visavam estimular o desenvolvimento socioeconômico, pois parecia que a independência criou um sentimento de orgulho nacional de realizações e das esperanças para futuro na África Ocidental (ONU, 2005). As políticas implementadas pelos países, depois das independências, trouxeram avanços em termos econômicos, onde a Nigéria e Cote d'Ivoire emergiram como grandes players entre os países francófonos e anglófonos, respectivamente. Contudo, esses avanços foram interrompidos por golpes de Estado e guerras civis. Gana, o primeiro país a conquistar sua independência na região, experimentou um golpe de estado em 1966, em seguida Nigéria, Níger, Mali, Serra Leoa, Togo e Benin. Todos se envolveram nas tensões sociais nos anos que seguiram suas independências. Estes acontecimentos colapsaram as estruturas desses Estados, conseqüentemente facilitaram a expansão dos movimentos criminosos (ONU, 2005).

Nota-se que os países da África Ocidental experimentaram uma série de turbulência sociopolítica após independência, sobretudo, Golpes de Estado, guerras civis, disputas regionais e rivalidades étnico-religiosas, que acabaram por impactar a ideia de construção de Estado-Nação coesa e capaz de garantir segurança, assim como a melhoria de condições de vida para as populações da região.

Além dos conflitos acima apontados, outros problemas que afetaram os projetos de desenvolvimento dos países da região, devem-se às consequências da crise do petróleo da década de 1970, que provocou grandes mudanças na economia global. A crise impactou o comércio internacional, alterando os sistemas de taxas de câmbio monetário vigente até então. Tal acontecimento acabou provocando inflação internacional, que levou os países em desenvolvimento, principalmente os da África ocidental, a recorrerem aos empréstimos das organizações internacionais (Banco Mundial e FMI), como forma de superar os desafios socioeconômicos provocados. Esta realidade inaugurou a era de sistema dos ajustes estruturais, nome dado às políticas de favorecimento das instituições financeiras internacionais (IFIs). Políticas essas que, mais tarde, todos os países da África ocidental foram submetidos. O sistema de ajustes buscava um realinhamento total das economias da região, com intuito de torná-las internacionalmente mais competitivas (MACUANE, 2005).

O programa de Ajuste Estrutural tinha como um dos objetivos garantir a retomada de crescimento e redução do déficit dos países. Entretanto, o efeito foi contrário, porque a maioria dos países da região eram de baixa renda planejada e controlada pelos estados e sem preparação prévia para lidar com o novo sistema. O programa acabou sufocando a capacidade produtiva e de poupanças dos países e sem lhes proporcionar meios reais de recuperação (YAHAYA, 2010). Além disso, as diretrizes desse sistema levaram os países a abandonarem os postulados nascidos da luta pela independência e que eram baseados no desenvolvimento endógeno, adotando uma doutrina liberal controlada pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. O resultado dessas políticas foi o desmantelamento das pretensões de industrialização dos países e que teve como consequência a desvalorização cambial, o declínio do emprego e a redução no financiamento dos Estados nos serviços sociais (ONU, 2005). Outrossim, o endividamento dos países cresceu numa escala nunca antes vista na região. Assim, o programa que era visto como cura para os problemas econômicos da região se tornou a pior doença.

Segundo Calgan (2001 apud Macuane 2005), na África Subsaariana, a região que engloba os países da África Ocidental, as dívidas desses países tomaram contornos críticos nos anos 80, devido ao sistema de ajuste estrutural em que eles eram submetidos. Verifica-se que o

crescimento do rácio das dívidas de alguns países em relação ao PIB saiu de 51% em 1982 para 100% em 1992. Essas dívidas impactaram negativamente os projetos de desenvolvimento dos países da região.

O programa recomendava a privatização e redução de investimento nas áreas de saúde, educação e segurança, isso resultou no aumento da pobreza e da marginalização de grande parte das populações africanas, pois muitas das comunidades deixaram de ter acesso à educação e saúde, também houve um aumento do nível de desemprego na região (Yahaya, 2010). Esses conjuntos de fatores ajudaram a corroer as estruturas da segurança dos Estados e permitindo o surgimento de vários conflitos e, conseqüentemente, a expansão do crime organizado na região (ONU, 2005).

Observa-se que os países desenvolvidos detêm o monopólio sobre as organizações financeiras internacionais. Isso transformou essas instituições em meios para veicular os interesses das potências internacionais. O sistema de ajuste estrutural foi implementado na África ocidental sem levar em conta as especificidades dos países, isso acabou afastando as próprias populações nos debates sobre a agenda de desenvolvimento dos países. Por isso, o Programa acabou dando mais lucro para as IFIs, do que ajudar na recuperação econômica e no desenvolvimento dos países devedores.

De acordo com Lopes e George (2019), o programa de ajustamento estrutural fracassou no continente africano, porque desmantelou as estruturas de desenvolvimento e impedindo o aumento de produtividade na agricultura e na economia no seu sentido mais amplo. Mesmos autores apontam que qualquer abordagem sobre desenvolvimento tem de estar ancorada nas realidades dos países e não no favorecimento das instituições financeiras internacionais. Para Nkrumah (1967), o sistema neocolonial utiliza o capital estrangeiro para explorar as partes menos desenvolvidas do mundo. Os investimentos, sob o neocolonialismo, aumentam, em vez de diminuir as diferenças entre as nações ricas e pobres. O imperialismo ocidental na África, hoje, é mantido pelas burguesias internacionais usando as instituições multinacionais. O FMI passou a funcionar como ministério da economia das potências internacionais (Thiong'o, 2021). Em 1962, estima-se que somente os juros extraídos nas dívidas das nações em desenvolvimento foram mais de 15 bilhões de libras (NKRUMAH, 1967).

Nessa perspectiva, Ki-Zerbo (2009) aponta que, os primeiros contatos entre africanos e europeus foram marcados pela manipulação e utilização dos africanos como mercadoria. Atualmente, os países africanos são potências planetárias que mantêm sistema de corrupção ocidental e dão mais rendimentos econômicos para os colonizadores do que nos tempos dos navios negreiros. Conforme o olhar do autor, a África precisa abandonar o economicismo

neoliberal para adotar um modelo econômico humanista, baseado no desenvolvimento endógeno, onde os valores terão lugar. Também salienta que o desenvolvimento tem de ser de dentro para dentro e não de fora para dentro, ou seja, cada povo tem que ter a autonomia para definir seu tipo de desenvolvimento.

De fato, a falta de autonomia devido ao neocolonialismo figura como um dos grandes obstáculos para a estabilidade na região, dado que as potências ocidentais utilizam as instituições financeiras internacionais para controlar e definir que tipos de políticas públicas devem ser implementadas nesses países. Isso tem causado ressentimentos de várias comunidades contra os governos na região. Vale salientar que, o neocolonialismo não é único fator de instabilidade na região, a corrupção do sistema político e o autoritarismo de vários líderes políticos também são fatores de surgimento vários conflitos na África Ocidental.

Outrossim, o desafio que os países da África Ocidental tiveram depois das suas independências deve-se às dificuldades de lidar com as fronteiras definidas na conferência de Berlim em 1885. Ventura (1998) fala que o atual mapa administrativo do continente africano foi criado na Conferência de Berlim, em 1885, sem levar em conta os aspectos culturais e de organização política dos povos locais. Isso acabou provocando uma grande segmentação de vários povos, fazendo com que os que eram rivais passassem a conviver no mesmo território, assim aumentando as probabilidades dos conflitos internos e, conseqüentemente, a formação de grupos extremistas.

A maioria dos ataques ocorre na tríplice fronteira do Mali, Burkina-Faso e Níger, e na do Níger, Nigéria e Chade, São resultados de Tratado de Berlim de 1885, isso porque, as fronteiras africanas representam um sério problema para garantir a estabilidade na região, pois sua criação pelas potências europeias não levou em conta os grupos tribais e étnicos pré-existentes espalhados pela região, forçando e criando nações com pouca afinidade cultural (JIMÉNEZ, et al; 2021, p.10).

Acredita-se que as políticas corriqueiras dos europeus, de dividir para reinar, são fontes para os conflitos em muitos países africanos, sobretudo, da região ocidental. Segundo Edgerly (2023) houve imposições desordenadas do Ocidente para implementação de modelos de Estados coloniais que visavam garantir a consolidação de um Estado-Nação baseado na união das identidades nacionais, no sentido de facilitar a sua máquina política de exploração.

Percebe-se que essas imposições dos colonizadores tiraram a autonomia das comunidades na organização dos poderes nos seus territórios e fizeram com que muitas comunidades passassem a não se identificar com as autoridades do Estado, tendo como

consequências o surgimento de vários grupos que utilizam violências como forma de reivindicar as suas autonomias.

Portanto, todos esses acontecimentos, acima elencados, constituem uma série de condicionantes políticos, econômicos e securitários que os países da África Ocidental tiveram que atravessar, nas três primeiras décadas, depois das suas independências. Esses condicionantes apontados não só dificultaram na implementação das políticas objetivas para o desenvolvimento da região, mas também serviram como um veículo para surgimento dos conflitos sangrentos e, que mais tarde, tornaram fontes do terrorismo na África ocidental. Dessa forma, não tem como compreender os problemas securitários atuais sem levar em consideração o contexto histórico e geopolítico da região em questão. Assim, para combater o terrorismo, os países da África ocidental têm que ser capazes de definir políticas coesas que deem norte para um desenvolvimento duradouro às suas populações.

2.1 DEBATES SOBRE SURGIMENTO DO TERRORISMO NA ÁFRICA OCIDENTAL

Na África Ocidental, a prática do terrorismo não é algo novo. Considerando os debates sobre a presença do terrorismo na região, percebe-se que há várias interpretações em relação ao surgimento desse fenômeno. Cronologicamente, não existe um consenso sobre o início do terrorismo na região da África Ocidental. No entanto, muitos o associam, equivocadamente, com o surgimento do grupo Boko Haram na década de 2000 após o ataque de 11 de Setembro. Talvez essa associação deve-se em grande parte a sua notoriedade no cenário internacional. Assim, os pesquisadores utilizam eventos distintos para referenciar o início do terrorismo na África ocidental.

De acordo com Ewi (2012), o uso de terror como estratégia para atingir alguns objetivos não é novidade na região. Exemplo disso, uma bomba foi explodida no ano de 1964, em Acra, anos antes de o ex-presidente Kwame Nkrumah sofrer golpe. Outrossim, um carro-bomba matou um renomado jornalista, Dele Giwa, em 19 de outubro de 1986; também em 30 de maio de 1995, uma bomba explodiu no estádio Ilorin, na Nigéria. Para Yoroms (2007), a presença do terrorismo na África Ocidental não é recente, mas essa presença ficou por muito tempo subentendido. O autor ainda afirma que a região funcionava como um lugar de refúgio dos grupos extremistas e era usada como base operacional desses grupos, mas sem realizar nenhum ataque na altura. É só para enaltecer que não existe ainda nenhum dado que comprove que a região foi utilizada, por muito tempo, como base estratégico para os movimentos terroristas internacionais.

Conforme a ONU, o crime organizado de moldes contemporâneos começou na África Ocidental na década de 1970 relacionado aos impactos da crise de petróleo na economia mundial, que aumentou a pobreza e as desigualdades sociais na região. Os problemas sociais provocados pela crise levaram algumas pessoas a optarem pelo caminho de crime como forma de lidar com as dificuldades. Assim, constata-se o aumento exponencial das atividades criminosas na região. Por um lado, a crise provocou revoltas contra os líderes políticos na região. Conquanto, o próprio surgimento do fenômeno terrorismo na região pode estar relacionado com a guerra civil libanesa em 1980, quando os comerciantes libaneses na África Ocidental começaram a usar os seus dinheiros ganhos com comércio de diamantes para apoiar as milícias no Líbano. E nos últimos anos, esses diamantes da África ocidental foram usados para financiar a Al-Qaeda (ONU,2005).

Vale salientar que, na África ocidental, existe uma correlação de uso indevido dos recursos naturais e o crime organizado, ou seja, os recursos são utilizados para financiar atividades criminosas na região. Segundo o relatório da CEDEAO de 2019 sobre mineração na África Ocidental, os campos de refúgio de Boko Haram estão cheios de petróleo refinado que é utilizado para abastecer os maquinários e suprir necessidade financeira do grupo. Assim, os grupos terroristas utilizam os recursos de minérios para fortalecer as suas atividades criminosas.

Behera (2022) aponta que, se partirmos da lógica colonial, vamos colocar os primeiros passos do terrorismo na África ocidental a partir da década de 1950, isso porque os colonos consideravam terroristas os Movimentos independentistas no continente. Entretanto, é muito difícil sustentar os argumentos das potências ocidentais que os movimentos independentistas eram terroristas. Segundo Makinda (2007), as populações africanas, majoritariamente, viam essas ações dos movimentos independentistas como legítimas e libertadoras. Assim sendo, não é possível explicar a presença do terrorismo no continente africano, sobretudo na África ocidental, a partir dos movimentos independentistas.

Posto isso, não é surpresa para muitos pensadores africanos, as ideologias ocidentais que chamam os movimentos anticoloniais de terroristas, isso porque o nome de uma das figuras mais importantes da democracia no mundo no século XXI, que é o Nelson Mandela, só deixou de figurar na lista de terroristas da CIA, a partir de 2008.

Voltando para os debates sobre o surgimento de terrorismo na região, Cilliers (2002) afirma que as origens dos movimentos terroristas, na África ocidental, remontam da Revolução Iraniana de 1979, a resistência antissoviética no Afeganistão e também a criação de rede Al-Qaeda por Osama Bin Laden no Paquistão, em 1988. Esses eventos ajudaram a expandir o extremismo em diferentes países da região. Isso aconteceu devido a ligação do Grupo Salafista

para Pregação e Combate (GSPC) da Argélia com três acontecimentos acima destacados. Criado na Argélia na década de 1990, a partir de 2003 GSPC se fortaleceu ainda mais na região, isso devido às conexões do grupo com algumas comunidades, principalmente no Norte do Mali.

Acredita-se que o Grupo Salafista para Pregação e Combate (GSPC) é um dos grandes precursores do terrorismo na África ocidental. Em 2006, o grupo declarou lealdade ao Al-Qaeda e passou a se chamar Al-Qaeda do Magreb Islâmico (AQIM). O movimento aproveita as revoltas dos povos nômades contra os Estados de Mali e da Mauritânia, para expandir as suas atividades terroristas. Após se consolidar a sua presença no Mali e na Mauritânia, o grupo se expandiu para Níger e Burkina Faso.

Conforme Desrosiers e Dakuyo (2016), a história do terrorismo na África Ocidental está ligada aos dois acontecimentos com períodos diferentes: primeiro evento está ligado a Guerra Fria, principalmente entre anos de 1980 a 1990. Este período foi marcado pelo apoio para a formação das forças clandestinas por parte dos Estados Unidos e da União Soviética, como forma de garantir aliados. Por exemplo, durante a Guerra Fria, a CIA apoiou os regimes autocráticos do Médio Oriente, com intuito de impedir o fortalecimento dos grupos nacionalistas da região e para que esses não aliassem a União Soviética que era considerada grande ameaça aos EUA. Os nacionalistas foram reprimidos, alguns presos e outros forçados a fugirem dos seus países.

Os Estados Unidos da América aproveitaram-se desse contexto de disputas para fortalecer a sua influência no Oriente Médio, principalmente na Arábia Saudita, no Afeganistão e no Paquistão. Isso permitiu os EUA a criar alianças multinacionais com intuito de recrutar, treinar, armar e financiar vários grupos de militantes islâmicos, para combater a invasão Soviética ao Afeganistão em 1979, e também impedir avanço do comunismo no Oriente Médio. Após retirada dos Soviéticos em 1989, os militantes treinados pelos EUA espalharam para outras regiões do mundo, principalmente na África, onde formaram rede de grupos criminosos, liderando várias insurreições e tornando, assim, fonte para o terrorismo contemporâneas na África Ocidental (Schmidt, 2021).

O segundo momento começa a partir do ano 2000, que abriu nova dinâmica para as atividades terroristas na região, principalmente após os ataques de 11 de setembro de 2001. A globalização e desenvolvimento de meios de comunicação no início de século XXI fez com que a prática de terrorismo passou a ser vista por parte das organizações criminosas, como meio de contestar a influência ocidental na região (DESROSIERS & DAKUYO, 2016).

Percebe-se que, quando se fala do terrorismo, muitas vezes, não se menciona o papel que as potências internacionais desempenharam, ao longo do tempo, no surgimento e

fortalecimento dos movimentos terroristas. As disputas ideológicas, durante a Guerra Fria entre EUA e União Soviética, são fundamentais para explicar o surgimento de alguns extremistas, como evidenciado acima.

Para Kubai (2010), as transformações sociopolíticas e econômicas ocorridas no fim da Guerra Fria, podem estar relacionadas com o surgimento do terrorismo na África ocidental. O autor argumenta que, apesar de existirem grupos armados não estatais na região desde período colonial e pós-colonial, porém o contexto internacional e doméstico dos anos 1990 facilitou a prática e a difusão das violências por parte dos grupos armados. No âmbito doméstico, foi marcado por falta de mão de obra qualificada para lidar com as burocracias institucionais e alto índice de pobreza. Todas essas variáveis são propícias para a entrada do terrorismo num determinado contexto ou região.

No âmbito internacional, após o fim da guerra fria, os regimes autoritários da região deixaram de ser apoiados pelos EUA e União Soviética, visto que a região não era mais importante para disputas geopolíticas entre as duas potências. Esse abandono das potências internacionais a região culminou com desemprego e aumento de pobreza, permitindo os questionamentos generalizados aos regimes autoritários fazendo eclodir ondas de guerras civis, que acabaram por colapsar esses Estados. Isso fez surgir vários grupos que lutavam pelo controle do poder, como por exemplo: grupos de rebeldes, soldados renegados, gangues criminosas e mercenários estrangeiros. Assim, esses grupos passaram a ser fontes de extremismo violento contra o Estado e também contra grupos étnicos rivais (SMHIDT, 2013). Este era o contexto em que se encontrava a maioria dos países da África Ocidental no fim da Guerra Fria.

Para Ndulu e O'connell (1999), o fim da Guerra Fria culminou com a consolidação dos regimes autoritários. Por exemplo, até final dos anos de 1980, somente 5 países tinham sistema multipartidarismo na África subsaariana (Gâmbia, Maurício, Botsuana, Senegal e Zimbábue). Entre 42 países restantes, 11 eram oligarquias militares, 16 eram oligarquias plebiscitárias, 13 eram sistema de partido únicos competitivos e duas oligarquias colônias. De acordo com Przeworski (2019) a melhor forma de gerir os conflitos e os antagonismos sociais sem ameaçar a ordem pública e respeitando as diferenças é através dos regimes democráticos. Para Mill (1981), a democracia permite a participação de todos na vida política, isso ajuda a reduzir possíveis exageros. Talvez isso que explica as incapacidades dos regimes autoritários de gerirem as tensões sociais na África ocidental depois da Guerra Fria.

Percebe-se que o final da Guerra Fria foi marcado pelo surgimento de várias crises políticas, econômicas e sociais, isso levou à eclosão de conflitos militares na região, como

foram evidenciados pelos autores. Acredita-se que essas tensões sociais ajudaram na formação de vários dos grupos armados e, que mais tarde, alimentaram os movimentos terroristas, principalmente a partir dos anos 2000. Entretanto, não existe nenhum evento que corrobore com argumento de que o terrorismo de moldes contemporâneos começaram com das transformações políticas e sociais ocorridas no final da Guerra Fria.

Também existem argumentos de que, o começo do terrorismo na África ocidental tem tudo a ver com a expansão de vários grupos extremistas criados na África do norte na década de 1990. Esses grupos aproveitaram a ausência de autoridade do Estado em várias comunidades para expandirem as suas políticas de terror. Para fundamentar isso, Nkwi (2015), argumenta que as raízes do terrorismo, na região ocidental do continente africano, são mais profundas do que tem sido retratado pela literatura, que quer concentrar os debates sobre terrorismo após 11 de Setembro de 2001. Para o autor, a origem do terrorismo nesta região se dá a partir dos grupos provenientes de Norte da África na década de 1990, principalmente na Argélia, Egito e Sudão. Eles começaram a expandir o radicalismo de cunho islâmico em diferentes partes da África, principalmente na África Ocidental.

Historicamente, o terrorismo de cunho islâmico foi preocupação dos países do Norte de África, principalmente no final do século XX, e em particular a Argélia (Grupo Islâmico Armado (GIA) que se tornou Grupo Salafista de Pregação e Combate (GSPC)), Marrocos (Grupo Islâmico combatente marroquino (GICM)), Tunísia (Grupo de Combatentes Islâmicos da Tunísia (GICT)), Líbia (Grupo de Combate Islâmico na Líbia (GICL)), é lealdade à Al-Qaeda do GSPC que se tornou em janeiro de 2007 “Al-Qaeda no Magrebe Islâmico” (AQIM). Este último marcará uma mudança lenta e gradual, no estabelecimento e nas ações terroristas na África Ocidental, começando pela Mauritânia e Mali (ONU DC, 2018, p. 4).

Só para enaltecer que a maior parte dos integrantes desses grupos são formados por combatentes que participaram em várias guerras no oriente médio e que retornaram para a África e são oriundos do Egito, Argélia, Líbia e Tunísia. Talvez seja por isso que os primeiros grupos a expandiram o terrorismo para grande parte da África ocidental são provenientes dos países acima citados. Porém, entre todos esses grupos acima citados, somente um é que atua na África ocidental. Portanto, um desses grupos talvez poderia explicar a presença do terrorismo na região, mas não de uma forma tão generalizado como foi apresentado pelos autores.

O terrorismo na África subsaariana apresenta algumas características pouco diferentes do terrorismo que se verifica no Oriente Médio. Na África subsaariana, que inclui os países da África Ocidental, o terrorismo é visto por muitos como um fenômeno externo, exógeno as realidades africanas, isso acabou dificultando a sua rápida expansão na região por muito tempo (GONZALEZ, 2020). Talvez tenha sido isso que leva os grupos na região a começarem as suas ações de mobilizações abraçando as reivindicações sociopolíticas das suas comunidades, como

forma de ganharem seguidores, antes de começarem seus atos terroristas, pois muitas comunidades não se identificam com as violências dos grupos extremistas. Trata-se de uma das estratégias utilizadas por grupos extremistas para ganhar seguidores.

Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, em Nova York, não só remodelou e ampliou as formas de atuação dos grupos na região, mas trouxe também consigo novas respostas ao terrorismo global e novas narrativas sobre ameaça jihadista na África Ocidental. Apesar de introdução desses novos elementos, a prática de terrorismo por parte dos atores Estatais e não Estatais na região não é algo novo. As raízes do terror estão ligadas às várias violências que a região foi submetida ao longo dos tempos, desde processo de escravidão, a partição imperial e excesso brutal dos sistemas de governos autoritários em que várias comunidades foram submetidas num passado recente (ENGLISH, 2021). As violências praticadas durante o processo de escravidão são distintas com os moldes do terrorismo contemporâneo. No entanto, fica difícil contextualizar a presença do terrorismo a partir da escravidão na África ocidental.

Acredita-se que, colocar a ideia de violências e as atrocidades que os povos africanos sofreram durante o processo de escravidão como início do terrorismo, só evidencia a complexidade de contextualizar a presença do terrorismo internacional na África ocidental, o que essa pesquisa buscou esclarecer ao longo dessa seção. Por outro lado, não se trata de menosprezar os atos bárbaros que os povos africanos sofreram durante o processo de escravidão, mas fica difícil de contextualizar o início do terrorismo através desse processo, pois a escravidão era um sistema e não atos pontuais realizados pelos grupos como se verifica na contemporaneidade.

Compreende-se que não existe consenso sobre os primeiros atos terroristas na África ocidental. Todos esses argumentos apresentados são importantes para refletir sobre surgimento dos grupos criminosos e o fortalecimento do terrorismo na região. Contudo, acredita-se, nessa pesquisa, que existem dois acontecimentos diferentes que são fundamentais para explicar a presença do terrorismo na África Ocidental. O primeiro tem a ver com o retorno, para África, dos combatentes que participaram na guerra de Afeganistão e que encontraram no Mali e na Mauritânia um terreno fértil para expandirem as suas ideologias extremistas, segundo trata-se do ataque de 11 setembro de 2001, pois depois desse acontecimento, os grupos terroristas internacionais, principalmente Al-Qaeda e Estado Islâmico (ISIS), começaram a recrutar aliados na África ocidental. Esses eventos são fundamentais para explicar a presença e a expansão do terrorismo na África ocidental.

2.2. TERRORISMO DEPOIS DE 11 DE SETEMBRO NA ÁFRICA OCIDENTAL

O terrorismo convencional, como era conhecido anteriormente, mudou-se tendo como marco simbólico e temporal os atentados as Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001. Após esse ataque, diversos ataques similares de pequenas e grandes proporções passaram a ser frequentes nas ruas e nas cidades em diferentes partes do mundo, deixando as populações com suas liberdades ameaçadas. Segundo o Relatório de Instituto para Economia e Paz, 51 países no mundo sofreram pelo menos uma morte por terrorismo em 2001.

Conforme Smith e M. Ziegler (2017), ataques de 11 de setembro inauguram um tipo do terrorismo baseado nas ideologias religiosas fundamentalistas. Essa transformação teve um impacto muito grande nos números de ataques, de mortes e de deslocados no continente africano e na África Ocidental especificamente. Segundo Warner & Bacon, (2000), na África, os ataques terroristas eram algo pontual, antes dos ataques de 11 de setembro de 2001, em Nova York. Exemplo disso, a Nigéria registrou 8 ataques terroristas de 1970 a 1998, mas após esse evento, conhecido como 11 de Setembro, os ataques aumentaram consideravelmente, somente em 2007, o país registrou 61 ataques terroristas, como consta nos dados de Database³.

Nessa perspectiva, Sigsworth (2019) argumenta que os países da África Ocidental registraram mais de 3.500 ataques terroristas entre 2000 a 2015. Esses incidentes resultaram nas dezenas de milhares de mortes e milhões de pessoas deslocadas na sub-região. Além disso, em 2019 sete dos 10 países que mais registraram o aumento do terrorismo no mundo estavam localizados na região da África subsaariana. Em 2020, mais de 22 países da África, ou seja, quase metade dos países do continente lidaram com problemas de terrorismo (WARNER e BACON 2021). Além disso, entre 2002 e 2018 a África subsaariana, região que engloba os países da África ocidental, representou 10,973% de todos os ataques terroristas no mundo, segundo os dados de relatório do Instituto para Economia e Paz publicado em 2019.

Os dados acima mostram um aumento exponencial de atos do terrorismo na região, nos últimos anos. Isso porque depois dos ataques de 11 de setembro vários grupos elegeram a região para realização das suas atividades terroristas. Passando pouco mais de duas décadas desse acontecimento, a África ocidental passou a ser um dos grandes epicentros do terrorismo no mundo. Atualmente, muitos Estados da África ocidental se revelam incapazes de combater os avanços dos grupos extremistas.

³Global Terrorism Database (2022) – processed by Our World in Data <https://www.start.umd.edu/gtd/>

Por outro lado, Stanicek & Rasmussen (2021) afirmam que após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, as redes terroristas de Al-Qaeda e do Estado Islâmico/Da'esh representam uma grave ameaça à paz e à segurança para as regiões mais frágeis do mundo, como África ocidental. A tendência do terrorismo nesta região é preocupante, os jihadistas exploram amplamente as inseguranças causadas por movimentos separatistas, tensões intercomunitárias e a fraca presença do governo para tomar controle de certas áreas, principalmente no norte do Mali, onde as filiais de Al-Qaeda aproveitaram as desavenças que estão vigentes desde período de colonização para se expandirem as suas ideologias extremistas.

Após 11 de setembro, o fenômeno terrorismo vem flertando significativamente com o tráfico de armas e de drogas, tornando-se ainda maior o desafio dos Estados no combate contra os grupos terroristas. Onuoha e Ezirim (2013) sublinham que, em 2004 havia cerca de 100 milhões de armas em circulação na África, muitas delas eram ilegais. E estima-se que cerca de 10 milhões dessas armas circulavam e continuam a circular na parte Ocidental do continente.

Destarte, isso mostra a complexidade da situação de insegurança nos países da África ocidental, uma vez que boa parte dessas armas se encontra nas mãos dos grupos extremistas. No Sahel, por exemplo, o preço de uma Kalashnikov varia entre 150 a 1000 dólares, dependendo da qualidade da arma (UNODC 2013). A facilidade de acesso às armas por parte dos grupos extremistas e a própria falência dos sistemas de segurança dos países, principalmente no controle das fronteiras, tudo isso transformou a região num lugar fértil para propagação das atividades terroristas.

Atualmente, ataques jihadistas fazem parte da conjuntura política da África Ocidental, dado que os extremistas conseguem resistir às várias campanhas de combate ao terrorismo. Em 2021, dentre dez países mais afetados por terrorismo no mundo, três se encontravam na região em questão. Da mesma forma, os dez dos 20 ataques mais mortais ocorreram nos países da África Ocidental (SULEIMAN, 2022). Segundo Walther (2020), as ondas de violência perpetradas por crime organizado na África ocidental aumentaram consideravelmente nos últimos 20 anos. Todavia, os momentos mais marcantes de ondas terroristas na região são caracterizados pelo surgimento de vários movimentos terroristas, como por exemplo: Boko Haram na Nigéria, AQIM e MNLA no Mali.

As ondas de violência não são novidades, como foi destacado ao longo do texto. Porém, o surgimento dos grupos acima mencionados transformou a região num dos lugares mais sensíveis do mundo, quando se trata do terrorismo internacional. Vários novos grupos terroristas surgiram na região. Estima-se que existem mais de dez grupos terroristas na África Ocidental.

Posto isso, o quadro a seguir mostra números de ataques terroristas em média por mês em cada região do mundo, de 1981 a 2019. Isso ajuda a evidenciar a evolução de fenômeno terrorismo antes e depois de 11 de setembro de 2001 na África ocidental.

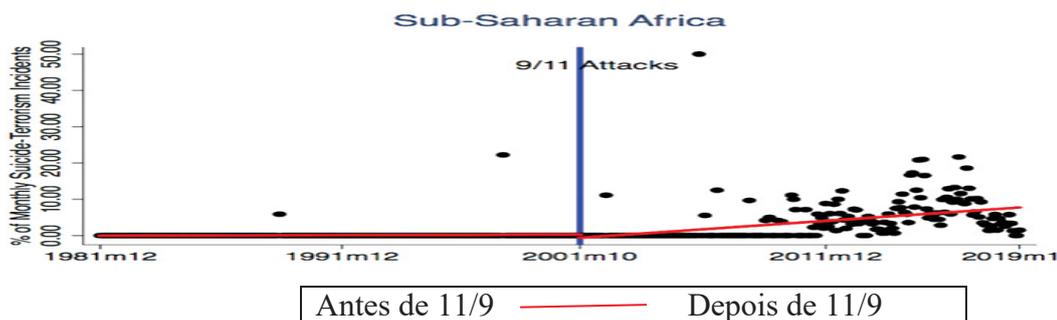
Figura2. Ataques terroristas em média por mês antes e depois de 11 de setembro de 2001

Regiões	Ataques suicidas por mês antes de 11/09/2001	Ataques suicidas por mês depois de 11/09/2001
Austrália e Oceania	0,0	1
América Central, caribe e América Sul	3	3
América do Norte	6	9
Leste Asiático e Ásia Central	2	25
Sudoeste Asiático	4	35
Sul da Ásia	50	1.809
Médio Oriente e África do Norte	85	2.904
África Subsaariana	3	784
Europa	7	106
Total	160	5.676

Fonte: Mustafa Demir, 2021

Os dados da África subsaariana mostram que os ataques de 11 setembro tiveram um impacto significativo na região. Os ataques suicidas saíram de 3 em média por mês, antes do evento de 11 setembro, para 784 por mês depois desse acontecimento. Percebe-se que, após esse acontecimento, os incidentes globais do terrorismo aumentaram mais. No caso da África Ocidental, esse evento resultou na proliferação das organizações terroristas, fazendo com que os ataques aumentassem numa velocidade nunca vista na região. Vale destacar que os dados utilizados neste quadro foram de dezembro de 1981 a dezembro de 2019.

Figura 3. Ataques terroristas na África subsaariana antes e depois de 11 de setembro de 2001



Fonte: Mustafa Demir, 2002; p.222

O gráfico acima apresenta aquilo que foi destacado ao longo do texto. Constata-se que após ataques de 11 de setembro, o índice do terrorismo aumentou bruscamente na região. Isto tirou a África subsaariana de região com pouca presença do terrorismo para um dos grandes epicentros de ataques terroristas internacionais. A região ficou, apenas, atrás de médio Oriente, África do Norte e Sul da Ásia, em termos de quantidades de ataques terroristas, sendo estas três as regiões que representaram mais de 70% dos ataques em 2014. Mas se formos fazer a comparação de números dos ataques antes e depois de 11 de setembro, veremos que a África subsaariana, região que engloba países da África Ocidental, é um dos lugares que teve maior salto quantitativo no aumento dos ataques no mundo. A região representava apenas 3% dos ataques anuais em 2004, esse número subiu 65 vezes em 2014, onde 14% dos ataques globais ocorreram nesta região no mesmo ano. Portanto, a África subsaariana tornou-se a região com maior crescimento de ataques terroristas e também se tornou o lugar mais propenso aos conflitos armados (SMITH & M. ZIEGLER, 2017).

Posto isso, a expansão de terrorismo na região após 11 de setembro 2001 levou, não só aumentou o número de grupos terroristas, mas houve também a participação das mulheres na promoção de violência armada, através de crime organizado, coisa que era pouco verificada antes na África ocidental. Isto não quer dizer que, antes, as mulheres não participavam nos atos violentos (BHATTACHAYA, 2019). Para autor, a participação feminina em atos de violência no mundo não é algo recente na história. A violência feminina sempre é vista como algo anormal para sociedade.

Na África Ocidental, historicamente, a participação das mulheres nas violências armadas têm sido vista como símbolo de resistência, visto que as mulheres desempenharam um papel muito importante nas guerras contra os colonos. Elas são vistas pelas populações africanas como heroínas (Le Balque e Boutron, 2019). Também afirmam que sucesso que as mulheres tiveram nas lutas pelas independências, fez com muitos pensassem que elas só participam nas lutas pelas causas legítimas, durante muito tempo. Segundo Le Balque e Boutron (2019), por mais que as mulheres participem da violência, porém a prática continua sendo associada aos homens, visto que o envolvimento delas na violência armada é visto como um fenômeno excepcional e não como um resultado de uma escolha racional.

No século XXI, as mulheres passaram a ser atores estratégicos na realização de ataques terroristas na África Ocidental, pois elas não provocam desconfianças à agente de segurança. Além disso, elas são utilizadas como pretexto para legitimar as políticas de guerra ao terror, ou seja, o discurso de proteção às mulheres é utilizado pelos estados para legitimar as violências

cometidas no combate ao terrorismo (Kim e Sara, 2009). Na África ocidental, as mulheres integram vários grupos criminosos. Walther (2020) aponta que as mulheres estão no centro dos ataques terroristas, não só como vítimas, mas também como autores. Atuando como membros do Boko Haram, elas têm feito vários ataques suicidas na região, principalmente na Nigéria, estima que cerca de 238 foram cometidos pelas mulheres no período entre 2011 a 2017.

O envolvimento das mulheres nos atos terroristas mostra quão complexo as dinâmicas da violência que o período pós 11 de Setembro introduziu na África ocidental. A África Ocidental é uma região desigual, quando se trata de gênero, onde muitas mulheres são marginalizadas e, conseqüentemente, acabam sendo presas fáceis para os grupos terroristas.

A expansão do terrorismo na África Ocidental, após 11 de setembro de 2001, tem a ver com vários elementos a saber: Conflitos armados, agravamento de disputas por território, devido acesso aos recursos naturais, a corrupção generalizada do sistema político que assola grande maioria dos países da África Ocidental e o extremismo religioso. Além disso, o processo de colonização contribui também nos problemas de terrorismo na sub-região. Os conflitos, na maioria das vezes, são provocados por estruturas dos Estados que foram herdadas da colonização. Isso devido à natureza distorcida do Estado que os colonos deixaram na região (VENTURA 1998; BUASIAKO, 2010; EMEKA NJOKU, 2011; Dandurand, CHAIRE RAOUL, 2016; IDEAWOR, 2020). Esse conjunto de fatores acabou por facilitar a aderência aos grupos terroristas por parte de alguns jovens e tornando a região um dos epicentros do terrorismo internacional.

2.3 Considerações Parciais

Ao longo desse capítulo, nota-se que, na África Ocidental, a independência tinha criado uma grande expectativa de desenvolvimento no seio da população da região, assim como motivou a criação de vários projetos de desenvolvimento. Infelizmente, essa ânsia do desenvolvimento não durou muito e foi interrompida por conflitos prolongados, agitações sociais e instabilidades. Essas turbulências sociopolíticas, após a independência, acompanhadas por neocolonialismo impossibilitaram qualquer tentativa de construção de um Estado-nação em vários países da região. O falhanço de construção de Estado-nação capaz de controlar seus territórios e a corrosão das estruturas sociais, devido também aos processos de colonização, tornaram a região um lugar fértil para formação e fortalecimento dos grupos terroristas.

Nos últimos vinte anos, o aumento do terrorismo e seus efeitos adversos sobre a paz, segurança e desenvolvimento constituem um dos grandes desafios na região. A frequência e a

natureza letal dos ataques em alguns países da África Ocidental nos últimos anos são indicações de crescente sofisticação de grupos terroristas na sub-região, principalmente após os ataques terroristas de 11 setembro. Percebe-se que, após esse evento, a África Ocidental passou a ser um dos grandes epicentros do terrorismo no mundo, isso porque, Al-Qaeda e Estado Islâmico (ISIS), através das suas respectivas filiais, escolheram a região para desenvolver as suas atividades terroristas. Considerando isso, atualmente, muitos Estados da África Ocidental se revelam incapazes de combater os avanços dos grupos extremistas.

Do ponto de vista cronológico, compreende-se que não há consenso sobre os primeiros atos terroristas na África ocidental. Cada pesquisador escolheu um evento específico para sustentar o seu argumento como início de terrorismo na região. Por mais que não exista consenso, nessa pesquisa, conclui-se que a presença do terrorismo na região tem a ver com o retorno, para a África, dos combatentes que participaram na Guerra do Afeganistão e que encontraram no Mali e na Mauritânia um terreno fértil para expandirem as suas ideologias extremistas e também pelo ataque de 11 setembro de 2001, pois depois desses acontecimentos, os grupos terroristas internacionais, principalmente Al-Qaeda e Estado Islâmico (ISIS), começaram a recrutar aliados na África Ocidental e tornando alguns territórios da região num lugar sombrio nas últimas duas décadas.

CAPÍTULO 3: FENÔMENO DO TERRORISMO NO MALI E NA NIGÉRIA

A África ocidental tem sido base da radicalização e do extremismo violento nos últimos vinte anos. A questão tem estado no centro da amarga guerra civil na Libéria e permearam os conflitos intergrupais na Costa de Marfim, na Nigéria, no Mali entre outros conflitos nessa região. Todos esses acontecimentos tornaram-se incubadores das insurgências e do terrorismo na região (GOW; OLONISAKIN; DIJXHOORN 2013). Desde 1945, foram registrados em 16 Estados da África Ocidental, 44 golpes de Estado. Isso evidencia o nível de instabilidade nessa região (SOLOMON 2013). Todavia, a partir de anos 2000, o terrorismo ganhou enorme dimensão global, isso devido à presença dos grupos terroristas internacionais na África Ocidental, como por exemplo, Al-Qaeda e Estado Islâmico (ISIS) e o surgimento de vários movimentos terroristas na região onde Nigéria e Mali destacaram como principais pontos do terrorismo, no século XXI, na África ocidental, como mostra índice global de terrorismo, publicado em 2022 do Instituto de Economia e Paz (IEP).

Quando se fala, todavia, da Nigéria e Mali como países mais afetados pelo terrorismo, não está se referindo somente número de ataques e quantidade de mortes e de pessoas deslocadas, mas sim, do impacto que o terrorismo teve nas estruturas políticas e sociais nos dois países como também a quantidade e a capacidade dos grupos terroristas que atuam nesses países e o impacto que o terrorismo teve nesses territórios.

Nas próximas seções, seguir-se-á com mais detalhe sobre a presença do fenômeno terrorismo e as suas dinâmicas ao longo dos tempos na Nigéria e no Mali, começando com a Nigéria. Também sobre o envolvimento das mulheres nos atos terroristas nos últimos anos, principalmente na Nigéria.

3.1 TERRORISMO NA NIGÉRIA

A república federativa da Nigéria é um país com mais de 200 milhões de habitantes divididos em aproximadamente 350 grupos étnicos que falam cerca de quatro centenas de línguas. Na Nigéria, estima-se que 50% da população é muçulmana, 40% são cristãos e 10% seguem religiões africanas. A Nigéria é um dos maiores países da África ocidental, estendendo-se por 923.768 KM quadrados. O país faz fronteira ao Sul com as baías do Benin, que fica no Golfo da Guiné, no Oceano Atlântico, ao norte, faz fronteira com Níger e ao leste, a faz fronteira com Camarões e Chade e Oeste com Benin (BASSIDI, 2022). A Nigéria possui um sistema

federativo composto por 37 Estados (AAMOUM, 2010). Segue uma representação contendo o mapa da República Federativa da Nigéria.

Figura 4. Mapa da Nigéria



Fonte: Relatório N°273 do Crisis Group África, 16 de maio de 2019

A Nigéria foi colonizada pelos britânicos que ocuparam os seus territórios em 1852. O país só conseguiu sua independência em 1960. Durante todo esse período, os britânicos adotaram políticas baseadas nas divisões étnicas, religiosas e regionais, isso acabou provocando disputas interétnicas e religiosas nunca antes vistas no país (SALAMÃO, 2013). Mesmo autor aponta que, na Nigéria, devido a essas rivalidades étnicas sempre que um grupo étnico monopoliza o poder político, acaba apropriando dos recursos para benefícios próprios. Isso leva os grupos que não estão no poder a organizarem através de linhas identitárias para contrapor os que estão no poder. Essas disputas tornaram fonte de instabilidade para o país.

No entanto, os interesses dos britânicos na região não são recentes. Segundo Carvalho (2019, p.18), o interesse dos britânicos pela atual Nigéria não começou com o processo da colonização, mas sim, com o tráfico de escravizados no século XVI. A partir de 1861, os britânicos passaram não só a traficar pessoas e matérias primas como também começaram a estabelecer uma colônia na região dos lagos onde fica situada a atual Nigéria, com objetivo de explorar melhor os recursos naturais ali existentes. Em 1886, os britânicos estabeleceram uma empresa chamada The Royal Níger Company para explorar os recursos naturais, principalmente, o óleo de palma. Em 1862, após vencerem várias resistências dos nativos, os

britânicos passaram a controlar as terras dos Iorubás. Em 1897, Frederick Lugard foi nomeado para ser comissário britânico na região e dirigir a companhia. A justificativa dos britânicos de ocuparem a atual Nigéria era para desenvolver o comércio e proteger os nativos dos traficantes de escravos (BASSIDI, 2022).

Nota-se que o processo de colonização sempre foi carregado de preconceitos e menosprezo para com povos africanos. Os britânicos viam os povos nigerianos como inferiores e incapazes de se defender. É por isso que eles tentaram usar a defesa aos nigerianos como pretexto para legitimar a sua ocupação às terras áleas e de toda barbárie que cometeram no país. A justificativa dos britânicos chega a ser até petulante, isso se levarmos em consideração o papel que os britânicos desempenharam para viabilizar o comércio dos escravizados ao redor do mundo. Essa justificativa não passa de uma falácia que tenta escamotear a ideologia racista que atrelava o processo da colonização.

Historicamente, a atual Nigéria era formada por reinos independentes antes de chegada dos colonizadores. De acordo com Bassidi (2022), no período pré-colonial, as terras que pertenciam a atual Nigéria eram organizadas em três reinos, o Reino Yorubá, o Reino Sokoto e as sociedades sem Estado como dos Ibó. Falando deste último, os Ibó tinham um sistema político fragmentado e não havia centralização de poder na figura de uma autoridade, o termo acéfalo era usado para caracterizar a organização política dos Ibó no qual todos os cidadãos desempenham papel importante nas tomadas de decisões. Por outro lado, o Reino Yorubá tinha um sistema governamental que era baseado numa estrutura monárquica frouxa republicana. Os cargos eram hereditários da mesma linhagem, mas, não de pai para filho. O líder dos iorubás era uma figura política conhecida pelo nome de Óbá. O Reino de Sokoto tinha um sistema de governo centralizado em forma de califado. O califado era dividido em Emirados liderados por um Emir. O líder (Califa) tinha direitos divinos de governar e de fazer valer as leis islâmicas. Esses reinos só foram unificados por completo em 1900, período em que o reino de Sokoto foi dominado e todas as regiões da Nigéria foram unificadas (CARVALHO, 2019). Vale salientar que a formação do reino de Sokoto está ligado à colonização árabe na região, que não é o foco dessa pesquisa.

Segundo Ajai (2022), a colonização Britânica no século XIX criou na Nigéria duas regiões com tradições diferentes. A região norte era formada por um califado muçulmano liderado por Utman Dan Fodio e a região Sul era formada por missões cristãs que transformaram fortemente aquela sociedade. Essas duas visões de mundo antagônicas influenciaram muito na falta de uma coesão nacional que se tem verificado no país ao longo da sua existência.

Percebe-se que, os colonizadores não só exploraram pessoas, roubaram recursos e destruíram as formas de organização política dos nativos, mas também levaram para atual Nigéria visões de mundo antagônicas as realidades dos povos locais. Está se referindo a religião islâmica e cristã, provocando mudanças na forma de organização social existente até então, isso acabou transformando a Nigéria em um dos países mais instáveis da região.

Na Nigéria, as consequências da colonização foram devastadoras. Isso porque, a segregação étnica, religiosa e regional, acabam levando o país a uma guerra civil sangrenta, conhecida com nome de Guerra Biafra, depois da independência, entre 1967 a 1970, esse conflito teve grande impacto nas tensões sociais não só na Nigéria, mas também em toda a sub-região (AAMOUM, 2010). Depois desse conflito, intensificou as reivindicações dos movimentos separatista e fundamentalistas islâmicos, devido a forma como a estrutura do Estado que colonizadores deixaram no país. Segundo Ismail (2013), depois da independência os cristãos monopolizaram o Estado nigeriano principalmente os do Sul. Isso levou os muçulmanos a questionarem a laicidade do próprio Estado e começaram a reivindicar a autonomia dos seus territórios. As reivindicações deram origem a vários movimentos separatistas e, conseqüentemente, o surgimento dos grupos terroristas de atualidade (AAMOUM, 2010).

Contudo, Balha e Tar (2021) afirmam que na Nigéria, a história das insurgências e do terrorismo se remonta ao início da década de 1980, isso quando um grupo islamita conhecido por Yan Maitatsine liderado por Mohammed Marwa, que era famoso por seu ódio a cultura ocidental conduziu um ciclo de ataques violentos entre 1980 a 1985 nas cidades de Kano, Yola e Borno. Estima-se que os confrontos entre policiais e o movimento separatista em 1980 deixou mais de 4.000 mortos.

Acredita-se que as crises resultantes de guerra de Biafra é que deram início às violências de inspiração religiosa na Nigéria. Impende salientar que, na Nigéria, a legitimidade do Estado sempre foi questionada devido a sua construção histórica. A forma dúbia como são distribuídos as benesses econômicas e políticas no país sempre é contestado.

Depois de vários conflitos nas décadas de setenta e oitenta, a partir da década de noventa começou a verificar alguma instabilidade política no país. Segundo Aamoum (2010), em 1999, houve grandes mudanças políticas na Nigéria, o país deixou de ser um Estado militarizado para regime democrático. O país adotou nova constituição, onde os Estados receberam mais poderes. Mas, o efeito esperado não aconteceu que era a estabilidade social e política e o rumo ao desenvolvimento. O novo sistema político levou ao poder vários políticos corruptos apoiadores do separatismo e favoráveis a implementação da lei sharia, principalmente nos Estados do norte.

Ibhaim (1998) afirma que, na Nigéria, a própria elite política aproveita os movimentos extremistas para barganhar politicamente. Por exemplo, em 2011, um dos porta-vozes do Boko Haram, Ali Sanda Umar Konduga, confessou que tinha recebido apoio de altos membros do Partido Democrático Popular, incluindo embaixadores e senadores (SALAMÃO, 2013). Portanto, os movimentos são usados como forças políticas em algumas regiões do país.

Percebe-se que a democratização da Nigéria não trouxe grandes mudanças ao país. O modelo da democratização que o país adotou perdeu aquilo que era essencial para o país, que é acabar com as divisões étnicas e religiosas para garantir coesão nacional e restaurar os valores culturais dos povos locais que esvaíram devido ao processo de colonização e também procurar substituir a elite política corrupta herdada do sistema colonial. Mas, aconteceu o contrário, as segregações aumentaram depois desse processo.

Atualmente, a Nigéria é um dos epicentros do terrorismo na África Ocidental, tendo Boko Haram e Al-Musulmina Fi Bilad al-Sudan (Ansaru) como principais grupos que atuam no país. O Estado Nigeriano mostrou-se incapaz de controlar as atividades terroristas desses grupos em certas regiões do país devido às fragilidades de suas estruturas de segurança (PATROIPA, 2015). O banco de dados de terrorismo global⁴ de 2020 mostra que, de 2013 a 2017, a Nigéria registrou 2.470 incidentes terroristas, 17.751 mortos, 7.345 feridos e 2.811 pessoas foram feitas de reféns. Os dados acima mostram que o problema do terrorismo na Nigéria é um caso muito sério. É por isso que a CEDEAO está preocupada com a situação da Nigéria.

No entanto, para essa pesquisa as análises estão assentadas somente na atuação de Boko Haram. Isso porque o grupo é responsável pela maior parte das atividades terroristas no país. Por exemplo, entre 2011 a 2022, as duas facções Boko Haram já causaram cerca de 30.000 mortes e deslocamento de 2 milhões de pessoas (HASSAN, 2022).

3.2. O SURGIMENTO E ATUAÇÃO DE BOKO HARAM NA NIGÉRIA

Existem várias interpretações sobre o surgimento do Boko Haram. De acordo com Fasure e Omiidan (2009), Boko Haram já existia cerca de quinze anos antes de ser conhecido mundialmente em 2009. O grupo operava com nomes diferentes como, por exemplo, Ahlusunna wal'Jamma Hijra, o Talibã da Nigéria e a Yusufiyya. Mas, Hassan (2022) afirma que o Boko

⁴Fonte: Terroris meu Nigéria. Disponível em: <https://www.donneesmondiales.com/afrique/nigeria/terrorisme.php>. Acessado no dia 25 de Julho de 2022

Haram tem origem no movimento Jamaat Ahlulsunah Li-Dawa Wal-Jihad (JASDJ). Para Abimbola (2010), o próprio líder do grupo, o Yusuf, afirmou que inicialmente fazia parte de um grupo xiita chamado Jama'atul Tajdidi Islam, sediado no Estado kano cujo líder era Ibrahim El-Zakzakky. Este grupo surgiu na Nigéria na década de 1970, cujo objetivo era estabelecer um Estado islâmico na região. Nion Uke (2022) argumenta que Boko Haram tem origem de uma seita conhecida por Ahlulsunna Wal' Jama'ah Hijra (organização de Juventude Muçulmana) fundada por Abubakar Lawan em 1995.

Acredita-se que a origem de Boko Haram está ligada a esses movimentos separatistas fundamentalistas islâmicos da década de 1990, principalmente de Ahlulsunna Wal' Jama'ah Hijra, fundado em 1995. Isso devido a ligação histórica desse grupo com as lideranças do Boko Haram. Os dois primeiros líderes do Boko Haram eram integrantes Ahlulsunna Wal' Jama'ah Hijra.

Segundo Ismail (2013), muitos ainda acreditam que o início do Boko Haram ocorreu em 2002, com um grupo de jovens membros de uma mesquita em Maiduguri, Noroeste da Nigéria, que contestavam a presença da cultura ocidental naquela região. Isso porque, nos últimos 30 anos, houve grande propagação dos movimentos pentecostais nas regiões onde a maioria das populações é muçulmana. Isso influenciou no aumento da radicalização dos grupos extremistas.

Todavia, o grupo começou usar violência em Junho de 2009, isso quando alguns membros Boko Haram foram mortos numa investigação policial (ABIMBOLA, 2010). Revoltados com a situação, os membros do grupo começaram a atacar as instalações policiais, mas a revolta foi reprimida com violência por parte das forças policiais onde vários membros foram mortos, incluindo o líder do grupo Ustaz Mohammed Yusuf (ADEDEJI, 2009). Segundo Nwankwo e Falola (2009), mais de 700 membros do Boko Haram foram mortos pela polícia. O grupo jurou vingar a morte de seus companheiros.

Percebe-se que, na maioria das vezes, as violências que os Estados utilizam para combater fenômeno do terrorismo é pouco destacada, principalmente pela mídia. Os ataques terroristas são utilizados como pretexto para legitimar o uso excessivo da violência por parte dos agentes do Estado. Talvez isso fique mais evidente na atuação do Israel em Gaza. Parece que o ataques do Hamas de dia 7 de outubro de 2023 são utilizados para justificar as ações violentas de Israel contra os civis em Gaza.

Voltando para atuação do Boko Haram, Sales (2016) mostra que, com a morte do líder do grupo, Mohammed Yusuf, em 2009, o Abubacar Shekau assumiu a liderança. A chegada do Khekau ao poder coincidiu com a fase de transição de uma ideologia religiosa não totalmente

radical para uma posição ideológica extremista, de vertente salafista. Assim, Boko Haram passou a ser a maior ameaça à segurança na região. O objetivo principal do Boko Haram é estabelecer um Estado islâmico governado por leis de sharia na região. Isso porque, o Boko Haram não reconhece a validade do Estado Nigeriano, o grupo vê o país como uma continuação do colonialismo britânico (HASSAN, 2022).

O Boko Haram lidera as insurgências na Bacia do Lago Chade (BLT) desde 2009, associada a uma onda de violência que deixou mais de 40.000 mortos. A insurgência começou no nordeste da Nigéria, particularmente nos estados de Borno, Adamawa e Yobe. Desde então, espalhou-se pelas regiões Norte e Extremo Norte dos Camarões (dezembro de 2013), pela região de Diffa no Níger (fevereiro de 2015) e pelas províncias de Lac e Hadjer-Lamis no Chade (junho de 2015). As áreas afectadas albergam uma população de aproximadamente 30 milhões de pessoas. A insurreição perturbou os seus meios de subsistência, empurrando as populações locais para a vulnerabilidade económica e causando uma grave catástrofe humanitária (SAMUEL, 2020, p. 03).

O mapa a seguir apresenta os territórios que tem a presença do grupo Boko Haram.

Figura 5. Mapa de atuação de Boko Haram



Fonte: Relatório de África ocidental sobre Terrorismo, 2022

Desde sua criação, o Boko Haram tem feito vários ataques que deixaram milhares de pessoas mortas e feridas, e, mais de 2 milhões de deslocados. Os ataques do Boko Haram que tiveram maior notoriedade são: ataques coordenados às delegacias de polícia, em 20 de janeiro de 2012 que resultou em 187 mortos, 50 feridos na cidade de Kano; em 17 de setembro de 2013, Boko Haram invade a cidade de Benisheik matando 142 pessoas; 14 de abril de 2014 Boko Haram sequestrou mais de 300 meninas de 16 a 18 anos de uma escola secundária em Chibok;

em 12 de janeiro de 2015, o governo nigeriano informou que Boko Haram tinha matado 150 pessoas nos ataques realizados nas cidades de Baga e Doron Baga, Borno.

Esses ataques acima mencionados são aqueles que tiveram grande notoriedade não só pelo número vítimas, mas também pela cobertura mediática que tiveram, principalmente sequestro de 300 meninas que tornou-se um acontecimento singular na história da África ocidental. Entretanto, o Boko Haram assumiu lealdade ao Estado Islâmico (ISIS) em 2015, e, um ano depois, o grupo se dividiu em duas facções devido à falta de consenso das suas principais lideranças. As duas facções do Boko Haram são: Estado Islâmico na Província da África Ocidental (ISWAP); Jama'atu Ahlis-Sunnah Lidada'Awati Wal Jihad (JAS), mas mesmo com essas divisões, as facções do grupo ainda se prevalece muito forte e atuante (SAMUEL, 2020).

Falando de Estado Islâmico na província da África Ocidental (ISWAP) é um movimento extremista wabista que foi criado em 2016, depois que Boko Haram assumiu lealdade ao Estado Islâmico (ISIS). Isso aconteceu devido a um desentendimento entre o líder do Daesh Abubakr al-Baghdadi e o Shekau líder de ISWAP e Shekau foi afastado na liderança. O afastamento do Shekau provocou a divisão do grupo. O Abu Musab al-Barnawi passou a liderar Estado Islâmico na Província da África Ocidental (ISWAP). Revoltado com a situação, o Shekau criou uma facção do Boko Haram que recebeu o nome de JASDJ ou JAS, o antigo nome do movimento que deu origem ao Boko Haram. A partir desse momento, o Boko Haram passou a ser duas facções concorrentes com ideologias opostas em termos de alvos táticas e até mesmo a interpretação de conceito de djihad (BASSIDI, 2022). Mas, entre essa facções, a pesquisa somente aborda sobre o ISWAP, por ser mais atuante.

O ISWAP conseguiu recrutar jovens seguidores através de extorsão, coerção e o grupo aproveita carisma dos seus líderes para atrair seguidores, estima-se que ISWAP possui entre 3.000 e 5.000 membros. O grupo atua nos vastos territórios de Lago de Chade, principalmente na Nigéria, Níger, Camarões e Chade, como mostra o relatório de Grupo Crises Internacional de 2019. O mesmo relatório aponta que o ISWAP tem uma relativa aceitação das comunidades que se encontram nos territórios controlados pelo grupo. Isso devido a sua atuação para atender os serviços básicos às populações, algo que o Estado nigeriano não fazia como, por exemplo, educação e saúde gratuita e também o grupo tem criado um programa de construção de latrinas nas comunidades. As pessoas entrevistadas para relatório, afirmaram que as políticas públicas do ISWAP são melhores que as dos governos.

A aceitação do ISWAP nessas regiões, evidencia as incapacidades dos Estados ao garantir necessidades básicas para essa comunidade. Isso acaba sendo um grande obstáculo para

o Estado a combater esses insurgentes. Visto que as pessoas nessas regiões acreditam que as suas vidas podem melhorar com atuação do ISWAP, do que do próprio Estado nigeriano. Portanto, a ISWAP continua estreitando relações com as comunidades de Bacia Lago Chade, aproveitando as marginalizações a que esses povos foram submetidos pelos seus Estados desde o processo da colonização. Por isso, está fortalecendo nessas regiões.

O quadro a seguir evidencia os principais ataques realizados pelo Estado Islâmico na Província da África Ocidental.

Figura 6. Principais ataques do Estado Islâmico de África Ocidental (ISWAP).

Datas	Ataques ISWAP
Julho de 2022	O grupo fez ataque numa prisão de segurança máxima para libertar prisioneiro, na capital da Nigéria.
Junho 2022	O grupo realizou ataque a uma igreja no Estado de Owo, matando 50 pessoas.
Maio de 2021	O grupo atacou o esconderijo do Boko Haram no Estado do Borno, matando o seu líder Abubacar Kekhau.
Junho de 2020	O grupo atacou uma instalação militar e a sede da ONU no Estado do Borno, matando 20 pessoas e deixou centenas de feridos.
Novembro de 2018	O realizou ataque a uma instalação militar no Estado de Borno, matando 118 soldados
Fevereiro de 2018	O grupo sequestrou 110 estudantes no estado de Yobe.

Fonte: Centro⁵ nacional contraterrorismo de EUA (NCTC)

Vale salientar que vários ataques do grupo são atribuídos ao Boko Haram como um todo, ou seja, cada vez que um Estado ou organização tiver a dificuldade de determinar que facção de Boko Haram é responsável por um ataque, acabam atribuindo a todo grupo a responsabilidade de ataque. Isso acaba dificultando a compreensão das dimensões reais das atividades do ISWAP. Portanto, as duas facções do Boko Haram continuam sendo um grande obstáculo para o Estado nigeriano.

Na Nigéria, a falta de coesão social e nacional continua sendo um grande desafio para insegurança no país, isso porque, de um lado, as identidades étnicas e religiosas continuam sendo exploradas por parte das figuras políticas corruptas para mobilizar as pessoas para protegerem os seus privilégios econômicos e políticos, e, por outro lado, as mesmas identidades são usadas por partes das comunidades marginalizadas e negligenciadas para reivindicarem os seus direitos. Os grupos terroristas têm aproveitado esses antagonismos sociais para se

⁵https://www.dni.gov/nctc/ftos/isis_west_africa_fto.html

fortalecerem, principalmente, as facções do Boko Haram. No tópico a seguir será abordado sobre participação das mulheres nas atividades terroristas na Nigéria.

3.3. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM ATAQUES TERRORISTAS NA NIGÉRIA

Historicamente, ataques terroristas são vistos como prática dos homens e não das mulheres (Bhattachaya, 2019). Isso porque, as violências sempre são associadas aos homens e as mulheres são vistas como pacificadoras. Mas, na Nigéria, segundo Walter (2020), as mulheres têm papel ativo nos ataques terroristas perpetrados contra as populações civis e os agentes do Estado. As mulheres que atuam pelo Boko Haram foram responsáveis por 21,5% dos ataques suicidas efetuados pelo grupo e esses ataques foram responsáveis por 20% de todas as vítimas mortais do grupo de 2011 a 2017. Isso enfraqueceu o argumento de que elas são pacíficas.

As mulheres aderem os grupos terroristas na Nigéria por vários motivos a saber: Elas juntam aos grupos para preservarem as suas vidas e dos seus entes queridos, algumas aderiram voluntariamente ao Boko Haram e outros grupos extremistas seguindo os seus maridos ou por desejo de praticar violências; algumas outras mulheres são obrigadas a juntarem aos grupos extremistas por ameaças ou através de raptos e outras ainda aderiram ao Boko Haram porque foram convencidas pelas lideranças do grupo de que se morrem pelas causas do grupo encontrarão no paraíso com os seus maridos que também foram mortos pelo terrorismo. Além disso, algumas juntaram-se aos terroristas para fugir de casamento forçado e abusivo (ABATAN E SANGARE, 2021). Percebe-se que, devido à incapacidade de Estado nigeriano em garantir a segurança para as populações que vivem nas zonas rurais, principalmente no norte e noroeste de país, as mulheres tendem aderir aos grupos terroristas para não serem vítimas deles.

O papel das mulheres torna-se cada vez imprescindível nos movimentos extremistas. Segundo Walter (2020), na Nigéria, os grupos extremistas precisam das mulheres para desempenharem várias funções, entre elas – pegar os seus alvos desprevenidos, porque as mulheres não causam suspeitas nos alvos; os extremistas acreditam que as mulheres são educadoras das gerações futuras, por isso precisam delas para preservar as ideologias extremistas para que sejam continuadas pelas gerações vindouras; os terroristas entendem que as mulheres são mais discretas e por isso que elas são usadas para troca de informações e nas movimentações econômicas do grupo, os membros de Boko Haram precisam das mulheres para as tarefas domésticas e também as mulheres são usadas como moeda de troca para libertação

dos membros do grupo que estão presos. E, por fim, os grupos terroristas na Nigéria recrutam as mulheres para atuarem como enfermeiras. Portanto, é razoável afirmar que é quase impossível que um grupo terrorista sobreviver por muito tempo sem a presença das mulheres, talvez isso explica o sequestro de 300 meninas em 2014, por parte de Boko Haram.

De acordo com Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes (UNODC) de 2019, entre junho de 2014 a fevereiro de 2018 o Boko Haram mobilizou 469 mulheres-bomba em 240 incidentes terroristas, que resultaram na morte de 1.259 pessoas. A maior parte dessas mulheres-bomba mobilizadas pelo Boko Haram são menores de idade. Entre Janeiro de 2014 a Fevereiro de 2016 cerca de 70% de mulheres-bomba do grupo eram adolescentes e crianças. Na Nigéria, Boko Haram ocupa uma das regiões mais pobres do país, e, em termos de índice de desenvolvimento humano, os grupos aproveitam as vulnerabilidades das famílias para aliciar as jovens. Segundo o mesmo relatório, as mulheres que fazem transporte de armas para Boko Haram recebem de 20 a 312 dólares para cada missão concluída com sucesso.

Vale enaltecer que nem todas as mulheres envolvidas nos ataques suicidas fazem isso por própria escolha. Muitas delas são coagidas a realizarem esses ataques. Infelizmente, na Nigéria as mulheres são vítimas da situação de marginalização desde o processo da colonização, o que as leva a aderirem aos movimentos terroristas. De acordo com Garcia (2018) entre 2000 e 7000 mulheres passaram nos cativeiros do Boko Haram desde 2009. Essas mulheres tornaram um elemento de barganha para o grupo, principalmente nas negociações com Estado nigeriano. Além disso, elas são usadas como prendas para novos integrantes do grupo, ou seja, as mulheres são usadas como recompensa para novos membros que mostraram a realidade ao grupo.

O mais absurdo nesse processo, é a rejeição que as mulheres vítimas do Boko Haram sofrem, por parte das suas comunidades, ou seja, depois de fugirem ou resgatadas nos cativeiros do grupo, elas são estigmatizadas e rejeitadas pelas populações onde se encontram. Essas mulheres vítimas não conseguem maridos nas suas comunidades, porque são consideradas impuras (GARCIA, 2018).

Nota-se que na Nigéria, as mulheres que vivem nos lugares controlados pelo Boko Haram estão sujeitas vários tipos violências, mas o Estado nigeriano e o próprio CEDEAO pouco fazem para inverter essa realidade.

Portanto, na Nigéria, o terrorismo continua sendo um grande desafio, isso porque o Estado nigeriano não consegue criar políticas públicas de segurança que são capazes de proteger todos os lugares habitados, muitas comunidades continuam desprotegidas e estão mercê dos grupos terroristas. Portanto, não tem como falar de combate ao terrorismo sem antes o Estado nigeriano garantir a sua presença em todos os territórios.

3.4 TERRORISMO NO MALI

A república do Mali⁶ é formado por oito regiões, as fronteiras do país ao norte chegam ao meio do Saara, e ao Sul as fronteiras do Mali vão de Rio Níger até Rio Senegal. A economia do país é baseada na agricultura, pesca e na exploração de recursos naturais. Mali figura na terceira posição entre os maiores produtores de ouro no continente. Porém, o Mali também está entre os 25 países mais pobres do mundo, a metade da população do país vive com cerca de 1,25 dólar por dia (POUDIOUGOU 2015).

A população total do Mali é de cerca de 17 milhões de pessoas que se identificam com vários grupos étnicos diferentes. O principal grupo étnico é Mandé (por exemplo, Bamana, Jula, Malinke que representa 50% da população, 17% da população é composta por Peul, 12% por Voltaica, 6% por Songhai, 10% por Tuaregs e Mouros e 5% por outros. O francês é a língua oficial. 3% dos malianos falam bambara, 19,4% falam Peul (conhecido como Foulfoulbe ou Fulas em alguns países), 7,2% falam Dogon, 26,4% falam Maraka ou Soninke, 5,6% falam Malinke, 5,6% falam Songhai ou Djer-ma, 4,3 falam Minianka, 3,5% Tamacheq, 2,6% Senoufo e 8,5% falam outras línguas. O Mali é um país secular; no entanto, 94,8% da sua população é muçulmana. Os cristãos representam 2,4% da população, enquanto os animistas representam 2% (Sangaré e J.Mcs Parren, 2018, p. 17).

Figura 7.O mapa em representação do território Maliano



Fonte: A. Harmon.2014

Mali é um herdeiro das culturas dos antigos impérios africanos – Gana, Malinke e Songhai - que ocuparam a savana da África Ocidental. O império de Gana, dominado pelo povo Sonimké ou Saracole e centrado na área ao longo da fronteira Mali-Mauritânia, foi um poderoso

6 Nome Mali significa na língua fulani (trazer boa sorte)

estado comercial entre os anos 700 a 1075 DC. O império Malinké de Mali teve suas origens no alto Níger no século XI. Mas a sua expansão ocorreu no século XIII sob a liderança de Soundiata Keita, ele atingiu o seu auge por volta dos anos 1325, altura em que controlaram as cidades de Tumbuktu e Gao, tornando-as centros do comércio e da cultura na região. E depois que o império entrou em declínio no século XV, altura em que o perdeu grande parte do seu território (LOISEAU, 1993, Pike 2021).

Durante todo período de expansão do império Mali, a região norte era mais influente em termos política e econômica, mas com a ocupação dos franceses essa dinâmica se inverteu, o sul passou a ser o centro do país e relegou ao norte um lugar periférico (PIKE 2021). Perceba que os colonos não só acabaram com os grandes impérios africanos, mas também destruíram a forma da organização política dos nativos. Porque a melhor forma de apagar a memória de um povo é esvaziar os seus espaços simbólicos.

Os povos de atual Mali viviam numa relativa paz até a chegada dos colonizadores. Com a chegada dos colonos, grande parte do povo maliano foi obrigada a abandonarem as religiões tradicionais locais e converteu-se ao islão e ao cristianismo, isso acabou provocando a divisão no seio das comunidades malianas não só entre os mestiços árabes muçulmanos e os negros não muçulmanos, como também entre católicos e não católicos (POUDIOUGOU, 2015). Essas divisões ficaram mais profundas a partir de 1880, quando a colonização francesa criou classe de elites privilegiadas (BUASIAKO, 2010).

Todavia, o domínio militar francesa no Sudão, nome que os franceses deram às terras de atual Mali, começou por volta de 1880. Dez anos mais tarde, em 1893, grande parte deste território estava ocupado pelos franceses e eles nomearam governadores para administrarem os territórios conquistados. Eles dominaram a região até 1960, altura em que o Mali se tornou independente (ANDREW E IMPERATO 2012).

Nota-se que no Mali, os processos de colonização tanto árabe como francesa foram baseadas em divisões étnicas. Sob domínio árabe, a divisão era entre mulatas muçulmanos e negros não muçulmanos, mas, com os franceses, as divisões étnicas e religiosas somaram as divisões regionais entre norte e sul. Essas divisões têm sido o grande pulverizador das violências no país.

No que se refere a independência do Mali, segundo Alastir (2020), em 1898, o guerreiro Malinke Samory Touré liderou a resistência contra os franceses, mas foi derrotado após sete anos de guerra. O Mali continuou sendo administrado junto com outras colônias da França, como a Federação. A federação era chamada de Federação da África Ocidental Francesa. O mesmo autor fala que em janeiro de 1959, Sudan juntou-se ao Senegal para formar a Federação

do Mali (homenageando o antigo império do Mali). A federação ajudou a fortalecer as ideias anticoloniais na região. A federação do Mali passou a exigir soberania dos territórios ocupados pela França. Em 20 de junho de 1960, o Mali tornou-se independente do domínio francês.

Os ideais que norteavam a independência do Mali eram baseadas na busca pela autonomia e trazer prosperidade para o povo Maliano, porém o que se verificou é aumento das divisões étnicas no país. De acordo com Sangaré e Parren (2018), após independência, o Estado maliano não conseguiu sanear as mazelas sociais deixadas pela colonização para solidificar o pacto nacional entre Estado e sociedade. O que caracterizou sucessivas admirações é a manutenção de um sistema de redistribuição neopatrimonial e clientelista para garantir a manutenção do poder de uma elite política vinda da colonização. Isso fez com que muitos malianos não se identificassem com o Estado.

Conforme Solomon (2013), a falta de identificação dos povos Tuaregues com Estado maliano tem a ver com a forma como eles foram incorporados no atual Mali no século XIX pelos colonialistas franceses. Em 28 de Dezembro de 1893, os franceses invadiram a cidade desértica Tumbuctu derrotando a resistência Tuaregues e forçando os povos da região a integrarem o atual Mali. A colonização desintegrou os Tuaregues de Mali dos seus parentes, os Tuaregues do Níger, Burkina Faso, Argélia e Mauritânia. Os Tuaregues não integraram porque têm pouco laço cultural e familiar com a maior parte dos povos de atual Mali. Além disso, devido à miscigenação com os árabes, muitos tuaregues se acharam superiores aos povos não mulatos. Essa ideia de supremacia levou os Tuaregues a recusarem a submeter ao poder dos negros após a independência do país em 1960. Por outro lado, muito malianos negros do Sul viam os Tuaregues como bando de nômades brancos atrasados, preguiçosos e belicosos. E até hoje, a ideia de que os Tuaregues são atrasados é muito difundida no Sul do país.

Percebe-se que as hierarquias étnicas e sociais implementadas pelo sistema colonial provocaram desigualdades econômicas e de representação política, isso alimentou ressentimentos históricos entre várias comunidades e consequentemente dando força aos movimentos separatistas no norte do país. Segundo Cabrera (2014) o sistema colonial francês marginalizou os povos do norte e privilegiou os do Sul. Isso porque várias comunidades do norte resistiram em submeter ao domínio colonial como resposta eles foram negligenciados pelo poder colonial (THIAM, 2017).

Note-se que a resistência ao colonialismo representa grande marcador social no Mali. As comunidades do norte que opuseram o processo de colonização são marcadas pela pobreza, falta de participação política, insegurança, rebeliões e formação de movimentos terroristas. Esses marcadores também passaram a definir a forma como os recursos do país são destinados,

e que geralmente são usados para atender as necessidades das comunidades do sul. Mas isso não quer dizer que os sulistas aceitaram pacificamente o domínio colonial e que os de norte nunca aceitaram submeter-se à colonização francesa.

Segundo Chauzal & Vam Damme (2015), ignorar as aspirações de desenvolvimento do Norte por parte do Estado maliano, abriu caminho para contestações violentas e fortalecimentos dos grupos separatistas. Vale salientar que essas reivindicações de autonomia do norte de Mali começaram muito antes da independência. Para ilustrar isso, Morgan (2012) afirma que, durante o processo de colonização alguns líderes tradicionais dos povos Tuaregues, Fulani e Songhoi enviaram uma carta ao general De Gaulle implorando que não queriam fazer parte de atual Estado maliano, mas os franceses ignoraram esse desejo. Isso mostra que a falta de identificação desses povos ao Estado maliano é algo histórico. A recusa de autonomia dos povos de norte por parte dos colonos abriu caminho para uma série de rebeliões violentas como será evidenciado a seguir.

3.5 AS PRINCIPAIS REBELIÕES NO MALI

Após a independência, o Estado maliano não soube lidar com as segregações sociais causadas pelo processo de colonização, isso acabou aumentando as divisões étnicas e regionais no país, que levou muitas comunidades a contestarem o poder do Bamako e procurarem autonomia dos seus territórios. Rapidamente, essas contestações se transformaram em rebeliões. Segundo Poudiougou (2015), a primeira rebelião no norte contra o Estado do Mali aconteceu em 1963.

A rebelião de 1963 aconteceu quando os Tuaregues, apoiados por outros povos muçulmanos do norte de Mali, lançaram ofensiva para garantir autonomia dos seus territórios, mas a rebelião foi reprimida com uma brutalidade nunca antes vista. O Estado maliano mobilizou mais de 2.200 soldados com veículos blindados para reprimir os rebeldes. A maior parte desses soldados eram do povo Bambara do Sul que tinham rivalidades históricas com os povos do norte. As operações militares contra os rebeldes resultaram em milhares de mortes, até os gados não escaparam da brutalidade do exército. Cerca de 40% dos rebanhos da região de Kidal foram abatidos de uma forma deliberada pelos militares. Um comandante do exército (capitão Deby Sallas Diarra) passou a ser apelidado de açougueiro de Kidal, devido ao número de civis e gados que ele executou na operação. Além disso, os poços de água foram envenenados pelo exército (MONTECLOS, 2021).

Nota-se que o Estado maliano adotou violência para lidar com a primeira rebelião após independência, que acabou acirrando as tensões entre o Estado e grupos rebeldes. Isso acaba dificultando as negociações de um possível acordo de Paz entre os Tuaregues e o Estado maliano. As atrocidades do Estado geraram revoltas generalizadas no Norte e no centro do país que acabam fortalecendo os grupos separatistas.

Durante as décadas de 1970 e 1980 o norte do Mali foi marcado por secas extremas e que geraram muitos sofrimentos para as populações da região. As condições climáticas fizeram com que muitas pessoas fugissem para os países vizinhos, e os Tuaregues passaram a preocupar mais as suas sobrevivências do que a busca pela autonomia dos seus territórios. Tudo isso arrefeceu as rebeliões durante as décadas setenta e oitenta (MORGAN,2012). Somente a partir da década de noventa que as rebeliões voltaram a ganhar força no norte do país.

A segunda rebelião ocorreu na década de 1990, com a liderança do povo Tuaregue. Depois da repressão que os Tuaregues sofreram na rebelião de 63, muitos deles fugiram para Argélia e Líbia, onde receberam treinamentos. Na década de noventa, os Tuaregues que receberam treinamento no exterior retornaram para Mali e juntaram aos movimentos rebeldes extremistas e lançaram a segunda onda de rebeliões (A.HARMON,2014). Ainda, o mesmo autor aponta que em junho de 1990, os rebeldes Tuaregues armados atacaram a cidade de Menaka, no norte do Mali, libertaram os seus membros que foram presos, além disso, roubaram armas e os veículos do exército maliano. As conquistas dos rebeldes fizeram com que o Movimento Popular para a Libertação de Azawad (MPLA) destacasse. O movimento é uma congregação liderada pelos Tuaregues em busca de autonomia dos seus territórios.

Para reprimir o ataque MPLA, o exército maliano cometeu uma série de massacres. Segundo Monteclos (2021), na resposta à nova insurgência, em 29 julho de 1990, os soldados obrigaram 94 civis a cavarem as suas sepulturas antes de serem mortos. Estima-se que nos primeiros dois meses da insurgência de 1990 cerca de 200 pessoas foram mortas pelo exército maliano. Depois de vários confrontos, em abril de 1992, o exército maliano assinou um acordo com os rebeldes, com a mediação da França e da Mauritânia. O acordo visava a integração dos rebeldes nas forças armadas do Mali e a criação de programas econômicos especiais para o norte do Mali. Mas, infelizmente, o acordo não foi cumprido por parte do Estado de Mali.

Em 1994, agravando a situação, os Tuaregues nômades entraram em conflito com os Songhai, ou seja, o movimento MPLA se dividiu em três facções, aumentando as violências e paralisando as negociações de Paz (LECOCQ & KLUTE, 2013; P.427). Para combater essas facções, em maio de 1994, o povo Songhai e os Fulani apoiados pelo exército maliano criaram um grupo clandestino armado conhecido como Movimento Patriótico Ganda Koy (Mestres da

Terra). O movimento tinha como finalidade ajudar o governo a reprimir as rebeliões dos povos nômades, principalmente os Tuaregues. Esse movimento atacou indiscriminadamente os civis e um mês após a sua criação já tinha deixado cerca 500 mortos (LECOCQ E KLUTE, 2013).

A ideia de colocar um povo contra outro como forma de combater extremismo evidencia a incapacidade do Estado maliano em lidar com problemas de insegurança no país. O Estado acabou contribuindo para o aumento da instabilidade no norte do país. Estima-se que a rebelião de 1992 deixou mais de 3.000 mortos. Devido ao fracasso dos acordos assinados até então, os movimentos rebeldes voltaram às suas ações violentas, levando à terceira rebelião (JAMES et al. 2000 apud SANGARÉ E J.MCS PARREN, 2018, p. 17).

A terceira rebelião aconteceu em 2006, com o fracasso dos acordos assinados devido à falta de comprometimento do Estado maliano, os Tuaregues e os outros invadiram um quartelamento militar na região de Kidal exigindo autonomia dos seus territórios. Mas esta revolta não teve grande sucesso porque havia grande divisão entre as lideranças rebeldes (POUDIOUGOU, 2015). Vale salientar que a rebelião de 2006 foi resolvida por negociações lideradas por Argélia, que resultaram num acordo conhecido como acordo de Argel. O acordo buscava diminuir as diferenças entre Sul e Norte, para isso, foi criado o fórum Kidal, com objetivo de implementar planos de desenvolvimento específicos para o norte, principalmente nas áreas de saúde, educação, cultura, transporte e pecuária (BREHIMA, 2018).

Todas essas iniciativas/tentativas não conseguiram trazer uma paz duradoura para o país, pois é evidente a falta da vontade política por parte do Estado maliano. Além disso, existem vários interesses obscuros atrás desses conflitos, ou seja, os políticos estavam aproveitando as desavenças étnicas para se barganhar politicamente. Por um lado, havia desentendimento no seio dos movimentos insurgentes, dado que muitas das suas lideranças que estavam à frente das negociações foram acusadas da falta de lealdades aos ideais dos movimentos (THIAM, 2017).

Entende-se que a ausência do Estado no norte país são principais causas de insegurança no Mali. Segundo Whitehouse e Strazzari (2015), o abandono do Estado ao norte levaram os movimentos separatistas aliassem grupo terrorista Al-Qaeda de Magreb Islâmico (AQIM) e essa aproximação levou ao surgimento de vários grupos terroristas nos inícios de 2000. E esses grupos deram início a uma crise de segurança nunca vista na história do país.

A quarta e última rebelião aconteceu em 2012. Depois da primavera árabe, os combatentes que participaram na guerra da Líbia voltaram para Mali bem treinados e armados. Percebendo as vulnerabilidades das forças malianas, os grupos extremistas uniram-se e lançaram uma ofensiva sem precedentes no norte do país e saíram vitoriosos. Os grupos

declararam unilateralmente a independência de várias cidades do norte (Tumbuctu, Gao e Kidal). Isso motivou a grande parte de exército Maliano a ficarem revoltados com o fracasso do Estado perante avanço dos grupos terroristas, os militares declaram golpe do Estado e derrubaram o governo de Amadu Tumane Turre em março de 2012 (BREHIMA, 2018; p.12).

De acordo com Nkwi (2015), a derrubada do governo maliano de Amadou Toumani por um golpe liderado pelo capitão Amadou Sanogo, em 22 de março de 2012, deixou um vácuo de poder. Isso permitiu o fortalecimento dos grupos terroristas já existentes e facilitou o surgimento de vários grupos extremistas no país. Com o fracasso do Estado maliano em combater os movimentos terroristas, em 2016, os grupos terroristas dividiram o norte e o centro do país em áreas de operações especiais delineadas, como por exemplo: AQIM ficou com o comando de Tumbuctu; Ansar Dine controlava a Kidal; Sedjo e Mopi ficaram sob comando da FLM; e Al-Mourabitoune e um desconhecido controlavam as fronteiras com Costa de Marfim e Burkina Faso (BREHIMA, 2018; p.20).

Os principais grupos terroristas que atuam no Mali, são: Jamá at nusral al islam wal musliméen (JNIM), Frente de Libertação da Macina (FLM), *MAJWA*, *Ansar Al Din*, *Al Mulathamum*, Movimento Patriótico de Mali Ganday Koy (MPMGK) e Movimento Nacional para Libertação de Azawad (MNLA) entre outros (EIZENGA e WILLIAMS 2020, CABRERA, 2014, CHAUZAL E VAM DAMME 2015). Vale enaltecer que, muitas pessoas não consideram esses grupos terroristas, pois, acreditam que as violências praticadas pelos mesmos são legítimas. Impende salientar que todos esses grupos são originários do Norte e centro do Mali, lugares com pouca presença do Estado. Devido à ausência do Estado nessas regiões, esses movimentos também servem de meios de autodefesa aos ataques de comunidades rivais.

Segundo dados de Global Terrorismo de 2020, entre 2013 a 2017, os grupos terroristas acima elencados, em conjunto, fizeram mais 324 atos terroristas que resultaram em mais 597 mortos, 680 feridos e 387 sequestros no Mali. Dubuy (2013) mostra que o terrorismo que assola Mali é preocupante isso porque o Estado maliano sucumbiu perante o avanço dos terroristas no país e precisando apoio exterior para enfrenta-los. A próxima seção vai discorrer sobre grupos terroristas no Mali, com intuito de ilustrar melhor as atividades terroristas no país.

3.6- OS GRUPOS TERRORISTAS NO MALI

No Mali existem vários grupos terroristas, mas para esta pesquisa analisa-se as formas de atuação de dois grupos no Mali, que são: Movimento de Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJOA) e *Jaamaat Nusrat al-Islamm Wal Muslimen* (JNIM). Os dois grupos foram

escolhidos, porque um deles, JNIM, integra todos afiliados do grupo internacional Al Qaeda no Mali e, outro, o MUJAO foi escolhido, porque é único representante de grupo internacional Estado Islâmico (ISIS) no Mali. Acredita-se que estudar esses dois grupos permitirá compreender melhor as dinâmicas do terrorismo no Mali.

Falando de grupo Jaamaat Nusrat al-Islamm Wal Muslimen (JNIM) ou *I' Islam et aux Musulmans* (GSIM), foi criado em 2 de março 2017, através de alianças de vários grupos, entre eles: Al-Qaeda de Magreb Islâmico (AQIM), Ansar Al-Sharia, Al-morabitu, Ansar Al-Din, Al-Shabab e FLM. O movimento é liderado por Lyad Ag Ghali que é um combatente pertencente ao povo Tuaregue, o fundador da ansar Al-Din (MOREIRA e SILVA, 2017).

A JNIM partilha das mesmas ideologias de todos os afiliados da Al Qaeda ao redor do mundo. O grupo prega antipatia contra a cultura ocidental, ou seja, ele busca livrar os povos muçulmanos de qualquer influência ocidental e declarar inimizade aos governos locais que têm boas relações com países ocidentais. No contexto da África ocidentais, isso se traduz em uma oposição feroz às missões das forças estrangeiras presentes na região, principalmente, a missão francesa de Barkene e a MINUSMA e também derrubar os governos locais para implementar governos justos baseados nas leis da sharia (ZIMMERER 2019).

Vale ressaltar que as ideologias do grupo não costumam sofrer muitas resistências por parte das comunidades onde o grupo se opera, isso devido aos infinitos conflitos inter-étnicos e a própria influência neocolonial na região. Segundo Anbar (2019), as populações do norte Mali sempre estão sujeitas aos sofrimentos a vida inteira, onde a noção de Estado-nação não tem sentido, além disso, nessa região as práticas de rebeliões são transmitidas para geração. Tudo isso facilitou as aderências aos grupos extremistas, como o JNIM.

Conforme Zimmerer (2019), os alvos principais do JNIM são: forças de segurança do Mali, instalações da ONU e os seus representantes, forças francesas na região, forças da Burkina Faso e as forças do Níger. Os civis não são alvos principais do grupo, os mortos dos civis são tidos como efeitos colaterais pelo grupo. Mas, na realidade, isso não se sustenta porque os civis continuam sendo vítimas dos ataques dos grupos, por exemplo, os civis estrangeiros são capturados como reféns, e pedem dinheiro para resgate. Entretanto, o quadro a seguir ilustrará quem são os principais alvos da Jaamaat Nusrat al-Islamm Wal Muslimen (JNIM) em 2017.

Figura 9: Percentagem de níveis de ameaças alvos de JNIM

Alvos	Níveis de ameaças
Operação Barkhane	25%
MINUSMA	25%

Forças de segurança da África Ocidental	25%
Civis	20%

Fonte: adaptação nossa a partir de Zimmerer (2019)

Uma das coisas que a tabela evidenciou, são as contradições do grupo de que os civis não são alvos. Na prática, o grupo é um grande ameaça para civis. Por exemplo, somente em 2018, cerca de 29% dos ataques realizados pelo grupo foram contra os civis (POLLICHIENI, 2021). O quadro também evidenciou o ódio da presença ocidental na região. Esse ódio talvez possa ser explicado por dois motivos: de um lado, o grupo acredita-se que o neocolonialismo ou sistema neocolonialista é culpado por todas as dificuldades que a região enfrenta, e por outro lado, a presença ocidental na região é uma ameaça para o grupo, pois ajuda a desvendar e combater as atividades criminosas do grupo.

No que tange à liderança do movimento, os líderes do JNIM são escolhidos levando em consideração a lealdade da pessoa ao Al Qaeda. Mas também os líderes devem ser pessoas carismáticas que conseguem inspirar os apoiadores. Podem ser líderes espirituais, combatentes ou indivíduos que podem garantir coesão do movimento. Por isso, os atuais líderes do grupo são pessoas com grandes aceitações dentro das suas comunidades, por exemplo, Al-Libi era um dos líderes AQIM e é falante de várias línguas locais, isso lhe permite comunicar com várias comunidades da região e Hamadou Kouffia já foi responsável por uma mesquita (WEISS, 2017).

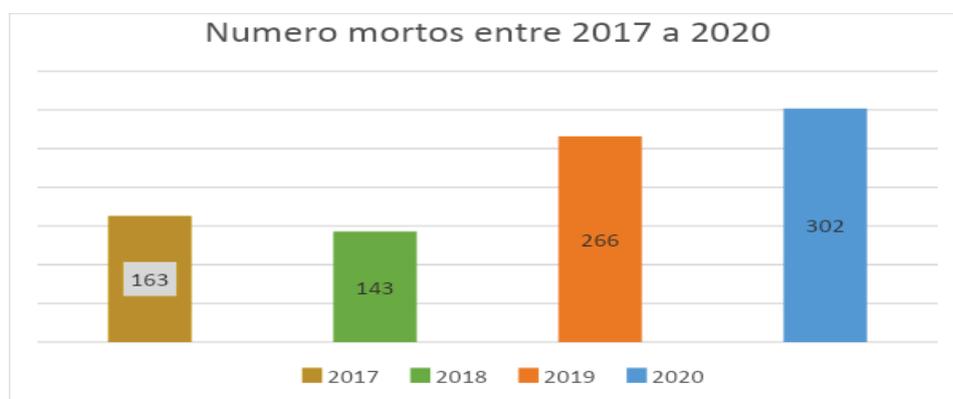
No que diz respeito à forma de recrutamento dos seguidores, segundo Lyammouri (2016), a JNIM aproveita os conflitos étnicos e as revoltas contra governos locais, principalmente no Mali e no Níger para recrutar seguidores. Além disso, o grupo utiliza dinheiro para aliciar jovens seguidores. O grupo também tem a sua própria emissora para se comunicar com seus públicos e passar as suas propagandas. A emissora também é usada para mobilizar jovens a aderirem ao movimento.

Sobre os treinamentos dos novos membros do grupo, Zimbre (2019, p.500) aponta que:

O JNIM controla um grande território no qual podem treinar novos agentes, e muitos combatentes entram no grupo já endurecidos pela batalha e com experiência em conflitos anteriores. As operações de treino consistem em exercícios físicos e propaganda, e os formandos recebem um manual de instruções abrangentes para a condução de operações terroristas. Num vídeo de março de 2018, foram mostrados pelo menos dois campos de treino da JNIM, um localizado no centro do Mali e outro no norte.

O grupo desde a sua criação tem realizado vários ataques que deixaram centenas de feridos. Em janeiro de 2017, JNIM através da Al Murabitun realizou um atentado à bomba, matando 79 pessoas e deixando mais 180 feridos. No dia da sua criação em 2017, o grupo realizou ataques coordenados contra o quartel-general do exército e a embaixada francesa em

Ouagougo (SANDOR, 2017). Entre março de 2017 e abril de 2018, o grupo assumiu a autoria de 119 ataques e 91 foram atribuídos a ele, assim, totalizando 210 ataques nesse curto período. Entre esses ataques cerca de 182 foram direcionados aos militares, policiais e juízes e outros 28 ataques foram direcionados aos civis. O mesmo autor aponta que em março de 2020, o JNIM raptou o principal líder do partido da oposição do Mali (a União para a República e a Democracia) Soumaila Cisse. A seguir será demonstrado através de um gráfico os números das pessoas mortas em cada ano pelo movimento Jaamaat Nusrat al-Islamm Wal Muslimen (JNIM), desde a sua criação em 2017 até 2020.



⁷Fonte: dados de database.

O gráfico mostra que, após a criação da JNIM em 2017, o movimento teve uma atuação muito forte, isso talvez seja uma forma de marcar território. Em 2018, de acordo com os dados de database, em 2017, os ataques do movimento deixaram 132 feridos e, em 2018, esse número subiu para 177.

No que diz respeito ao financiamento, segundo Lyammouri (2016), o movimento se sustenta através de proteção dos imigrantes ilegais, raptos, tráfico de drogas, vendas de armas, branqueamento de capitais e exploração ilegais de minérios. Segundo o mesmo autor, na atualidade, a maior fonte de renda dos filiados à Al-Qaeda na região vem de resgates dos reféns. Exemplo disso, somente em 2017, o grupo ganhou 8 milhões de dólares com os resgates de sequestrados, segundo Zimmerer (2019). Isso mostra a complexidade de combater esse grupo devido à quantidade de dinheiro que eles podem arrecadar. Portanto, a JNIM é um movimento

⁷Fonte de dados sobre números de mortos e de ataques do JNIM disponível em: https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?page=2&casualtie_type=b&casualties_max=&dtp2=all&perpetrator=30000,2176,40716,20299,40021&expanded=no&charttype=line&chart=overtime&ob=GTDID&od=desc#results-

que conseguiu aglutinar vários grupos com interesses e tornou-se o principal entre os grupos terroristas no Mali e na região. O grupo continua atuando deixando várias vítimas na região.

Falando do Movimento de Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJOA) em árabe o grupo é conhecido por *Jamā-at at-tawhīd wal-jihād figharb frafriqqiyā*. Este movimento foi criado em 2011, tendo como base étnica, os descendentes de árabes e os fulanis da região de Gao. O fundador do grupo é o mauritâniano Hamada Ould Mohamed Kheirou de 42 anos, ex-integrante AQIM. Ele aderiu ao Al-Qaeda de Magreb Islâmico (AQIM) em 2009. E a partir de 2010, começou a discordar com as lideranças da AQIM, acusando os líderes do grupo de racismo e de privilegiar os árabes argelinos. Em 2011, ele separou do AQIM e criou MAJOA com objetivo de juntar os muçulmanos negros, não árabes, da região. Isso levou a MUJWA a romper com maior parte dos aliados de Al-Qaeda da região e passou a ser único representante do grupo terrorista internacional Estado Islâmico (ISIS) no Mali (LYAMMOURI, 2016, p.20). É perceptível que a questão da raça passou a ser uma questão muito importante dentro dos grupos terroristas, principalmente no momento de definir aliados.

Em 27 de Junho de 2011, MUJOA lançou uma ofensiva para expulsar o Movimento Nacional de Libertação Azawad (MNLA) em Gao. Até 19 de novembro do mesmo ano MNLA já tinha sido expulso e MUJOA passou a controlar a maior parte de território de Gao e aplicou lei de sharia nos territórios dominados. Em agosto de 2012, o grupo proibiu as pessoas de ouvirem músicas afirmando que eram profanas. Entre 2012 a 2013, nove pessoas acusadas de roubo foram amputadas das suas mãos pelo grupo. Em novembro, um dos líderes MUJAO Bilal Hicham abandonou o grupo devido ao excesso de violência, ao sair ele afirmou que MUJAO não tinha nada de muçulmano (LYAMMOURI, 2016, p. 23). Com o passar dos tempos, as divergências acabaram impactando negativamente na atuação do grupo a partir de 2015, especificamente. O quadro a seguir mostra os principais ataques realizados pelo grupo.

Figura11. Os principais ataques do MUJAO

DATA	ATAQUE
04/ 2012	Rapto de sete diplomatas argelinos em Gão
27/1/2013	Ataque aos forças franco-malianas deixando 25 mortos
19/5/2013	Um Ataque em Arlit em Níger fez 24 mortos
18/02/2013	O grupo atacou Gão tomando câmara municipal e residência do governador
06/14/ 2014	MUJAO realizou um ataque em Tumbuktu matando 30 civis
22/02/2017	O grupo realizou ataques na cidade de Tiloa em Níger contra os militares, deixando 15 mortos e 19 feridos.

14/06/2020	O fez ataque à cidade de Diabaly no Mali matando 24 pessoas
------------	---

⁸Fonte: dados de Databasse

No Mali, para além das traições dúbias dos colonizadores, os povos do Norte, principalmente os tuaregues, fulanis, Songhoy têm poucos laços sociais e culturais que os ligam com povos do Sul. Esses povos não enxergam seus futuros dentro das fronteiras Maliana. Por isso, muitos acordos não avançarem e o Estado pouco faz para inverter essa realidade. Portanto, no Mali, o problema de terrorismo está longe de ser revolido tendo em conta as fragilidades das instituições e de própria postura do Estado maliano em relação as pessoas vulneráveis.

Na África ocidental, a ausência do Estado nas regiões mais pobres faz com que os grupos terroristas tornassem aliciantes do ponto vista econômico e securitário. Portanto, na Nigéria como o Mali, o Estado precisa assumir suas responsabilidades de garantir a segurança para todos e buscar a reconstituir tecido social que foi destruído no processo de colonização como forma de neutralizar o discurso segregacionista dos movimentos extremistas.

3.7 Considerações Parciais

A pesquisa evidenciou que o Terrorismo é um fenômeno muito complexo nos dois países em questão. Motivado por fatores diversos, os ataques terroristas ceifaram e continuam ceifando vidas de milhares de pessoas, fazendo vários deslocados e impactando negativamente a paz social.

No Mali especificamente, conclui-se que o terrorismo que assola o país é preocupante, porque o Estado maliano sucumbiu perante o avanço dos terroristas no norte do país. Percebe-se que o sistema securitário do país está falido, devido às sucessivas instabilidades políticas. Tudo isso é resultado das hierarquias étnicas, sociais e regionais implementadas pelo sistema colonial que alimentou ressentimentos históricos entre várias comunidades, principalmente no norte do país. Também, houve revoltas das comunidades marginalizadas pelo Estado maliano. Tendo essa situação, os grupos extremistas encontraram ocasião ou espaço favorável para expandirem as suas ideologias terroristas nessas comunidades e conseqüente integração dos seus membros nos grupos terroristas.

⁸Fonte de dados de database sobre ataques de MUJOA disponível em: https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?page=2&casualties_type=b&casualties_max=&dtp2=all&perpetrator=30000,2176,40021&expanded=no&charttype=line&chart=overtime&ob=GTDID&od=desc#results-table

Portanto, no Mali, o problema de terrorismo está longe de ser revolvido tendo em conta a falta do comprometimento do Estado em enfrentar o fenômeno. Atualmente, as comunidades dependem da ajuda externa para se protegerem dos grupos terroristas, mesmo assim, percebe-se que é pouco efetivo, tendo em conta as complexidades do problema no país.

O caso nigeriano não difere muito do Mali. A pesquisa evidenciou que o terrorismo na Nigéria é resultado de um sistema político dito de “dividir para reinar” implementado pela colonização britânica no país e que acaba levando o país a uma guerra civil sangrenta, conhecida com o nome de Guerra Biafra. Essa guerra deu estopim de surgimento dos movimentos separatistas na Nigéria. O Estado tentou eliminar esses movimentos com a transição democrática da década de 1990, infelizmente não teve sucesso. No século XXI, esses deram origem aos grupos terroristas, como exemplo, o Boko Haram. O grupo liderou ataques terroristas no país desde a sua criação. Hoje, as facções do Boko Haram e seus aliados continuam muito atuantes no país e são grande ameaça para as populações nigerianas. E o Estado nigeriano não consegue criar políticas públicas de segurança que seriam capazes de proteger todos os lugares habitados, muitas das comunidades continuam desprotegidas e estão à mercê dos grupos terroristas. Em vista disso, essa pesquisa evidenciou que os grupos terroristas têm aproveitado a ausência do Estado nas zonas rurais, para se apropriarem das comunidades que vivem nesses lugares, principalmente as mulheres para expandirem as suas atividades terroristas.

Portanto, não há como combater o terrorismo sem a presença do Estado nigeriano, de antemão, em todo território nacional para garantir a segurança nas comunidades. A Nigéria assim como o Mali demonstra, até então, ser incapaz de contornar a situação. A CEDEAO como principal organização sub-regional tem enfrentado o fenômeno, utilizando diferentes tipos de estratégias, como serão evidenciadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 - LUTA CONTRA O TERRORISMO NA ÁFRICA OCIDENTAL: UMA REFLEXÃO CRÍTICA DE ATUÇÕES DA CEDEAO NO MALI E NA NIGERIA

No capítulo anterior empreendeu-se bastante numa descrição histórica, política e ideológica dos grupos terroristas no Mali e na Nigéria e também os impactos desses grupos na atualidade. Feito isto, neste capítulo pretendemos a luz de uma abordagem crítica e analítica o papel da CEDEAO no combate ao terrorismo na sub-região, em especial nos dois países já mencionados.

Em termo contextual, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) é uma organização criada em 1975 em Lagos Nigéria, constitui como a principal organização da África Ocidental. Agregando no total de 15 países-membros, a saber: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Togo, Serra Leoa e Togo (CEDEAO, 2020). Emergiu-se numa perspectiva econômica, no sentido de criar uma integração econômica entre os países-membros, levando o contexto da sua criação a necessidade de uma integração econômica era urgência. Contudo, passando uns anos a organização percebeu que há uma necessidade de ampliar a sua agenda de atuação enquanto organização (econômica, política e de segurança), e, é por isso que, em 1978, criou-se um protocolo de não agressão entre os Estados-membros e, em 1981, novamente criou-se outro protocolo sobre assistência mútua na área de defesa, como consta no manual de diretrizes de mediação da CEDEAO de 2018.

No que diz respeito à área de Segurança observa-se que o ano de 1993 marcou significativamente a Comunidade, sobretudo, com a anexação da “Segurança” com um dos principais objetivos no tratado. O artigo 3º deste tratado estipula que um dos objetivos da CEDEAO é garantir a manutenção da paz e estabilidade regional, isso através do fortalecimento das relações de boa vizinhança e bem como a resolução pacífica dos conflitos entre os Estados-Membros (CEDEAO, 2018).

Em 1999, criaram o protocolo de Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos. Esse protocolo visa proporcionar aos países a melhor forma de lidar com os conflitos e combater as criminalidades. Neste caso, o protocolo é acionado em casos de violações graves e massivas dos direitos humanos. A CEDEAO criou dois conselhos para facilitar a aplicação do protocolo de Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, que são: Conselho de Mediação e Segurança e o Conselho de Secretariado Executivo. Esses conselhos são responsáveis por implementar políticas de resoluções dos conflitos, manutenção de paz e

também de definir as formas de intervenção das missões militares. Esta última acontece através de grupo de monitorização de cessar-fogo de CEDEAO (ECOMOG) (SARAMBE, 2018).

ECOMOG é um órgão muito importante nas dinâmicas da intervenção das forças da CEDEAO. Segundo Sarambe (2018 p.27), a ECOMOG tem seguintes funções:

- A) Missão de observação e monitorização da paz; (b) manutenção da paz e pacificação; c) ação e apoio a ações humanitárias; d) aplicação de sanções, incluindo embargos; (e) implantação preventiva; (f) operações de consolidação da paz, desarmamento e desmobilização; g) atividades policiais, em especial o combate à fraude e ao crime organizado; h) quaisquer outras operações que lhe sejam ordenadas pelo conselho de mediação e segurança.

Vale salientar que desde o final da Guerra Fria a CEDEAO tem utilizado as suas intervenções como uma arma para garantir segurança humana a fim de obter paz duradoura na região. De acordo com as diretrizes da CEDEAO de mediação de conflitos de 2018, a mediação consiste em juntar as partes em conflito como objetivo de gerir ou resolver os conflitos através de negociações e ajudando as partes envolvidas no conflito a chegarem num acordo mutuamente plausível, para evitar uso da violência.

O Conselho de Mediação e Segurança da CEDEAO é responsável para acionar uma missão de intervenção e de mediação de conflitos para atuar em qualquer Estado-membro em conflito, para evitar grave violações de direitos humanos. Mas também, as missões da paz da CEDEAO podem ser acionadas a pedido de um Estado-membro, ou a pedido da UA ou ainda da ONU. O líder de missão da mediação da paz normalmente é escolhido pelo Conselho de Mediação e segurança da CEDEAO. O mesmo conselho é responsável de decidir o meio de ação a ser adotado pela organização para atuar num conflito, como no caso de decidir se é necessário acionar o Painel dos Sábios, o envio de uma Missão de Mediação Política, ou intervenção das Forças Militares (FAC) (CEDEAO, 2018).

Para criação de uma missão da paz, a CEDEAO tem adotado certos critérios a serem seguidos pelos seus emissários, ou seja, a organização possui diretrizes próprias que orientam a sua diplomacia preventiva e de mediação, em busca de resolver os conflitos e todas as formas de violência na região. De acordo com as diretrizes da CEDEAO de mediação de conflitos de 2018, os princípios orientadores da mediação da CEDEAO são baseadas na experiência da comunidade internacional, das organizações regionais e sub-regionais, de líderes religiosos, da comunidade académica e dos especialistas em mediação. Os dez princípios ou diretrizes que orientam a atuação da CEDEAO são: intervenções precoces e atempadas; intervenções compreensivas e integradas; profissionalismo e competências; preparação em todas as etapas

da mediação; consentimentos; mediação com fundamentos culturais; imparcialidade e neutralidade; sensibilidade ao gênero e mediação com perspectiva de gênero; inclusividade e participação; coerência com as normas da CEDEAO e internacionais e, por fim, a sustentabilidade e colaboração. Esses princípios são fundamentais na profissionalização das missões de intervenção e de mediação de paz da CEDEAO, porque é neles que a organização se baseia para escolher os seus emissários (CEDEAO, 2018).

É importante mencionar que o conselho de segurança ou comissão de segurança da CEDEAO é composta também por chefes de Estado-Maior dos países membros da organização (CEDEAO, 2008). Isso acaba facilitando a criação de uma missão militar por parte da organização, quando é necessária.

No tange às intervenções militares, a CEDEAO não possui uma força própria. Ela depende de boa compreensão dos Estados-membros, mas tendo em conta o protocolo de assistência mútua de defesa de 1981, que obriga os países a comprometerem com segurança de outros Estados-membro, isso leva os Estados a disponibilizarem alguns membros das suas forças para atuarem nas missões da organização. Esses oficiais depois se juntarão sob orientação do Conselho da Segurança da CEDEAO para serem preparados pela comissão de segurança para representarem as missões da intervenção da CEDEAO. Segundo Toure (2017), essa dependência aos países acabou dificultando a atuação da CEDEAO, isso porque alguns países mostram indisponíveis em aceder seus oficiais para organização. Juridicamente as intervenções da CEDEAO são orientadas pelo protocolo de Não-Agressão de 1978 e o protocolo de assistência mútua de defesa de 1981. Com todas as suas reformulações ao longo do tempo, esses dois protocolos continuam sendo fundamentais para legitimar intervenções da organização.

Note-se que, desde a década de noventa, a CEDEAO tem tido papel fundamental em busca de pacificação da região. De acordo com o quadro de regulamentos de prevenção de conflitos da CEDEAO de 2008, a CEDEAO passou a desempenhar um papel preponderante como defensor da segurança humana e que busca criar condições que eliminam ameaças graves aos direitos dos povos e indivíduos e os meios de subsistência. Além disso, a CEDEAO tornou grande protetor dos direitos humanos e das democracias e busca promover desenvolvimento humano na região (CEDEAO, 2008).

O mecanismo de Prevenção e de Mediação dos Conflitos foi fundamental para lidar com conflitos civis e militares que ocorreram na década de noventa e também de impedir que outros conflitos surjam na região. Isto tornou a CEDEAO a primeira organização sub-regional a intervir num conflito no continente, devido a intervenção na guerra civil de Serra Leoa em 1990 (BIALLO, 2016). Contudo, os anos 2000 culminou com a expansão do terrorismo na região. A

CEDEAO como principal organização regional deixou de se preocupar somente com os conflitos militares que assolavam, até então, a África Ocidental e passou a se preocupar também em combater o terrorismo nos países-membros. Segundo Kante (2019) a CEDEAO tem tomado as medidas para reforçar a cooperação em matéria penal entre os seus Estados-membros com vistas a eliminar o terrorismo. Vale destacar que a CEDEAO tem usado seu mecanismo de Prevenção e de Mediação dos Conflitos para tentar combater o terrorismo na África Ocidental.

Em 2001, a CEDEAO criou o Protocolo sobre Democracia e boa Governança. Esse protocolo tem como finalidade garantir que Estados-membros respeitem os preceitos da democracia, isso para evitar os golpes do Estado, visto que esses são considerados um dos elementos que levam os surgimentos dos movimentos insurgentes. Em 2006, a CEDEAO criou uma Convenção sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre, para dificultar o acesso às armas aos grupos criminosos (SANI, 2021). A CEDEAO também criou um sistema de alerta precoce em 2008. É um órgão cuja função é monitorar, coletar informações e alertar os países sobre possíveis ameaças terroristas na região.

Todavia, etapa mais marcante de luta contra terrorismo da CEDEAO foi a criação da Estratégia para a Luta Contra o Terrorismo na África Ocidental, em 2013. Essa estratégia visa colocar em prática os instrumentos regionais e internacionais de combate ao terrorismo e também proporcionar aos países um espaço comum para definir ações de prevenção e erradicar o terrorismo e proteger os direitos humanos. A estratégia é baseada em três pilares, que são: prevenção, perseguição e reconstrução. A prevenção visa identificar áreas-chaves onde Estados-membros devem atuar para prevenir o terrorismo antes que ele surja; o pilar perseguir, tem como objetivo permitir que os Estados-membros da CEDEAO criem mecanismos de repostas rápidas, oportunas e eficientes ao terrorismo quando este ocorre e o pilar reconstruir visa curar as mazelas sociais, políticas e econômicas causadas pelos atos terroristas na região (CEDEAO, 2013).

Para implementação dessa estratégia, a CEDEAO criou algumas entidades a fim de garantir um acompanhamento sistêmico e eficaz da implementação destes mecanismos, entre eles: Manual de Formação Antiterroristas da CEDEAO, Grupo Intergovernamental de Luta Contra Branqueamentos de Capitais e Financiamento de Terrorismo (GIABA⁹), Unidade de

9 O Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Dinheiro (GIABA) é uma instituição especializada da CEDEAO e um Órgão Regional do tipo GAFI que promove políticas para proteger o sistema financeiro dos Estados-membros contra o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e o financiamento da proliferação de armas de destruição em massa. As Recomendações do GAFI são reconhecidas como normas mundiais contra o branqueamento de capitais (LBC) e de combate ao financiamento do terrorismo (CFT) (GIABA, 2023).

Coordenação Antiterroristas, Centro de Formação Antiterrorista da CEDEAO (CTTC), Tribunal de Justiça da CEDEAO, ECOWARN entre outras (CEDEAO, 2013). Vale salientar que, essas estratégias passaram a estruturar todas as políticas de combate ao terrorismo da CEDEAO, como será evidenciado na seção a seguir, começando com o Mali.

4.1-ATUAÇÃO DA CEDEAO NA LUTA CONTRA TERRORISMO NO MALI E NA NIGÉRIA

Tendo em conta os avanços dos grupos terroristas na África Ocidental desde o início do século XXI, o Mali e a Nigéria acabam chamando mais atenção devido a intensidade e a complexidade em lidar com a ação terrorista nesses países, levando em consideração as dificuldades dos dois países em combaterem os extremistas nos seus espaços territoriais, a CEDEAO com principal organização elaborou estratégias próprias para combater o fenômeno de terrorismo nos dois Estados-membros, para isso a organização mobilizou seus parceiros para atuarem em diferentes esperas para eliminando terrorismo nos dois países (KANTE, 2019).

A instabilidade política é um problema endêmico no Mali, já há muito tempo, contudo, a partir de 2011, às crises políticas ganham uma dimensão nunca antes vista no país, devido ao fortalecimento dos grupos extremistas no norte do país, induziu a queda do governo de Amhadu Tume em 2012, pelos militares. Essa crise acendeu um alerta para os Estados da região e a principal organização (CEDEAO) iniciou a procura de solução sustentável à crise maliana. Para isso, a CEDEAO organizou mais de duas dezenas de reuniões para formular um quadro jurídico, político e securitário para procurar e restaurar a ordem constitucional no país. Essas reuniões resultaram na criação de uma missão de mediação equipa alto nível, liderado pelo Blaise Campaoré (ex-presidente de Burkina Faso) para mediar o conflito (ADDANEY, 2015).

Para além da comissão de mediação da paz, a CEDEAO procurou intervir militarmente na crise de Mali. Isso levou a CEDEAO a criar a Missão da CEDEAO de Apoio ao Mali (MICEMA), com intuito de dar uma resposta regional ao conflito de 2012. Mas, a criação de missão da MICEMA acabou não concretizada devido à falta de verbas (TAJPAR e ALBUQUERQUE, 2015). Vale salientar que, a missão de mediação da CEDEAO tinha como um dos objetivos gerir o conflito e permitir que as partes chegassem a acordos satisfatórios tanto para crise política como para as violências dos grupos extremistas no Norte do país. Vale enaltecer também que, não somente falta de verbas que a CEDEAO criou uma missão militar para Mali, mas também devido à falta de comprometimento dos estados-membros.

Mas, as ações incessantes da CEDEAO na busca pela erradicação de conflitos percebidas pelos Estados-membros e por outras organizações parceiras como: ONU, OUA e etc. Sobretudo, na condenação sem equívoco a derrubada do governo maliano democraticamente eleito. Ao mesmo tempo, a organização não reconheceu a legitimidade do governo militar criado depois do golpe e exigiu o restabelecimento imediato da ordem constitucional no Mali.

Imediatamente, aplicaram sanções duras contra os golpistas, uma delas foi suspender o país em todos os órgãos de tomada de decisão. Além disso, aplicou-se também sanções diplomáticas a todos os envolvidos no golpe. Na mesma ocasião, foi exigida a soltura de todos os presos políticos, como consta no comunicado final da cimeira de chefes de Estado e de governo da CEDEAO de Abuja de 2012¹⁰. A organização, ainda, contribuiu com 3 milhões de dólares para socorrer as pessoas deslocadas por causa dos ataques terroristas no Mali (KANTE, 2019).

Nota-se que, nos primeiros momentos da crise a CEDEAO estava mais preocupada com a restituição do Estado maliano do que combater os grupos extremistas no Norte do país. Isso talvez seja a coisa mais fácil de se fazer na altura, porque seria muito difícil combater os terroristas num país sem governo de direito constitucional.

Em 2012, a CEDEAO cooperou com os seus parceiros internacionais, principalmente a UA e ONU para criação uma missão militar MISMA que depois foi substituída por MINUSMA¹¹ com o objetivo de garantir a paz e apoiar o exército Maliano a combater os ataques bárbaros de Ansar Dine, AQIM e MUJAO (KANTE, 2019). Todavia a atuação da CEDEAO no Mali começou desde 1994, quando a organização interveio junto com seus parceiros para negociar acordos entre Estado maliano e os Tuaregues do Norte, como no (CEDEAO, 2010). Isso mostra que o interesse da CEDEAO em pacificar o Mali não é algo recente.

Após ida e vindas nas negociações, a CEDEAO conseguiu um acordo, em junho de 2013, assinado pelo Estado maliano e os alguns líderes dos grupos terroristas. Esse acordo era temporário para garantir a realização das eleições presidenciais no país, a parte Norte ainda estava sob controle dos terroristas. Mas, como as negociações do acordo envolvia somente o Movimento Nacional de Libertação de Azawad (MNLA), isso levou outros grupos a contestarem o acordo, afirmando que os Tuareg não são o único grupo étnico existente no Norte

¹⁰Fonte, CEDEAO Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1uCxkuwFsHPYDoRcuvFHrXraSx_DZthqX/view?usp=sharing

¹¹ Missão Internacional Integrada das Nações Unidas para Estabilização da África do Mali

do país. A negociação com um grupo, num universo de cerca de dez grupos terroristas, talvez explica porque os acordos da CEDEAO não foram sustentáveis.

Para além dessas negociações, a CEDEAO atuou em outras frentes para combater terrorismo Mali. Por exemplo, em 2013, a Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO) procurou resgatar acordo Argel assinado na década de noventa entre Estado Maliano e movimentos insurgentes, com vista a pacificar os conflitos no Norte do país entre os movimentos extremistas e governo do Mali (CEDEAO, 2013). A CEDEAO adotou essa estratégia, talvez por acreditar que resgatar acordos que visava integrar os líderes dos grupos insurgentes nas forças malianas seria a melhor forma de restabelecer a paz. A estratégia não teve o resultado esperado, a CEDEAO não soube envolver todos os grupos nas negociações

Em 2016, CEDEAO através do seu Órgão Intergovernamental de Luta Contra Branqueamento de capital (GIABA) forneceu assistência técnica ao Mali na consolidação dos seus dispositivos de Luta Contra financiamento do terrorismo. Isso porque, a organização acredita que a única forma neutralizar o poderio dos grupos terroristas é bloquear seus meios de financiamento. E entre dias 20 a 24 de abril de 2017, a CEDEAO realizou vários seminários de sensibilização para líderes religiosos sobre financiamento ilícito do terrorismo, por acreditar que, os líderes religiosos são importantes no processo de luta contra terrorismo e na pacificação do país (GIABA, 2017).

Em 2019, a CEDEAO através do seu órgão especial GIABA que é responsável sobre combate ao Branqueamento de Capitais e financiamento o terrorismo na África Ocidental, realizou 13 sessões de capacitação de agentes da segurança maliana, com intuito de impedir a utilização dos meios ilícito para sustentar os movimentos terroristas no Mali, como consta no relatório da (GIABA, 2020). Isso porque, a CEDEAO entende que os grupos terroristas conseguem através de comércio ilegal, tráfico drogas e roubo de gados. Por essa razão, a CEDEAO decidiu capacitar agentes de segurança para combater esses crimes.

Vale salientar que, a CEDEAO para além de atuar diretamente na crise do Mali através da sua missão de paz, a organização também proferiu algumas recomendações e exigências ao estado maliano. Por exemplo, em 2017, a organização exigiu as forças malianas a retomarem os territórios do Norte e do Centro que estavam sob controle dos grupos terroristas, como mostra o comunicado final da reunião dos chefes de Estados da África Ocidental de Bissau de 2023. Grande parte do território foi tomado pelos terroristas em 2012, a CEDEAO entendeu que a reconquista do território por parte do Estado do Maliano, levaria os grupos terroristas a negociarem.

Conforme relatório de GIABA 2019, sobre Branqueamento de capitais de financiamento do terrorismo no Mali, a CEDEAO recomendou o Mali a organização ordenou as autoridades malianas congelamento imediato de bens aos todos aqueles que estão envolvidos no financiamento do terrorismo. Além disso, recomendou a Mali criar um tribunal e uma brigada de investigação especializada para tratar dos casos de terrorismo (GIABA, 2019). A CEDEAO acredita que existem pessoas poderosas economicamente, no país, apoiando grupos terroristas. Portanto, a melhor forma de combater o terrorismo é bloquear todos os meios financeiros das pessoas envolvidas com terrorismo.

Ainda o mesmo relatório de 2019 mostra que a organização recomendou a Mali a monitorar as movimentações financeiras das organizações de caridades, porque acredita que elas são usadas para financiar os grupos terroristas. Mas também, a CEDEAO recomendou ao estado maliano desenvolver meios rápidos e seguros, através de qual os Estados podem trocar de informações sobre financiamento do terrorismo. Isso porque, os grupos terroristas atuam em redes e não são localizados, a organização entendeu por bem que compartilhar das informações suspeitas pode impedir a propagação do fenômeno na região.

Portanto, Todas as políticas acima elencadas mostram que o esforço da CEDEAO para garantir o retorno à ordem constitucional teve alguns sucessos. Uma vez que, a CEDEAO ajudou a criar um governo de transição que organizou as eleições de 2013 e também a CEDEAO sancionou alguns líderes militares que participaram no golpe de Estado em 2012. Porém, no que tange combate terrorismo, atuação da CEDEAO no Mali não teve resultado esperado. Pois, a mediação da CEDEAO envolveu lideranças de poucos grupos extremistas, a grande maioria dos grupos foram ignorados, isso causou revoltas e ressentimentos dos demais, e acabou impactou negativamente nos acordos de paz. Outrossim, a CEDEAO não conseguiu mobilizar forças militares para combater os terroristas no Mali devido à falta de recursos econômicos e consenso político. Tudo isso contribuiu para péssimo resultado que a organização teve na luta contra terrorismo no Mali.

Falando da atuação da CEDEAO na Nigéria, que é o país com maior números de ataques terroristas na região. Segundo Hassan (2022), a Nigéria é país com maior taxa de mortos pelo terrorismo na região, de 2011 a 2022, as duas facções Boko Haram já registraram cerca de 30.000 mortes e deslocamento de 2 milhões de pessoas na Nigéria. Depois que esses ataques eclodiram em 2009, a CEDEAO como principal organização regional se comprometeu em ajudar o país a combater os terroristas.

Mas, a atuação da CEDEAO na Nigéria é explicada de várias formas, por exemplo, Tajpar e Albuquerque (2015) ainda afirmam que a CEDEAO não atuou militarmente na

Nigéria, como era esperado. Porém, a crise levou a organização a desenvolver estratégias anti-terroristas que buscam garantir a paz e ainda combater e prevenir a radicalização na Nigéria. Exemplo disso, em 2011, a CEDEAO criou cooperação com Centro de Treinamento Nacional de Defesa da Nigéria, para preparar as forças de segurança para combater terrorismo (CEDEAO, 2011).

Para além disso, Em 2014, a CEDEAO como principal organização criou comissão de Abuja, isso para conter os avanços do Boko Haram na Nigéria, o objetivo principal dessa comissão é garantir a colaboração e troca de informações entre os Estado-membros da CEDEAO para monitorar a expansão do grupo na Nigéria e nos outros territórios da África Ocidental (MEDU, 2023).

Percebe-se que as preocupações da CEDEAO sobre ataques do Boko Haram vão para além do território nigeriano, é por isso que a organização exigiu trocas de informações entre os Estados-membros, por acreditar ser a melhor forma de conter a sua expansão do grupo.

Por exemplo, em 2015, a CEDEAO pediu à UA a colocar o Boko Haram na agenda da cimeira de Joanesburgo para discutir formas de combater o grupo na Nigéria, mas também a nível continente. Na mesma cimeira foi criada uma cooperação de troca de informações entre CEDEAO, UA e o governo nigeriano como forma de neutralizar as forças dos extremistas na Nigéria. Em 2016 a CEDEAO liderou a Missão Humanitária das Nações Unidas para Maideguiri, no Noroeste da Nigéria. Essa missão tinha objetivo apoiar as vítimas do terrorismo (GIABA, 2016). Ainda, em 2016, CEDEAO através do seu Órgão Intergovernamental de Luta Contra Branqueamento de capital (GIABA) forneceu assistência técnica à Nigéria na matéria consolidação dos seus dispositivos de Luta Contra financiamento do terrorismo.

Segundo relatório de GIABA de 2017, a CEDEAO realizou, em abril do mesmo ano, vários seminários de sensibilização para alguns líderes religiosos sobre financiamento ilícito do terrorismo. Para CEDEAO, os líderes religiosos desempenham um papel muito importante prevenção de criminalidade e na coexistência pacífica entre as comunidades, por isso, eles são fundamentais no esforço regional de combate ao terrorismo (GIABA, 2017). Visto que, em várias tradições africanas, os líderes comunitários costumam ser os primeiros a atuar para dirimir os conflitos. É preciso ponderar que, na Nigéria como em vários os países da África Ocidental, existem regiões com pouca presença do Estado, os líderes religiosos funcionam como mediadores dos conflitos, principalmente na região norte e noroeste do país, onde a maioria da população são muçulmanos. Por isso, trazer eles nas estratégias de luta contra Boko Haram seria uma política acertada por parte da CEDEAO. Porém, isso não se comprovou, durante a pesquisa, que a CEDEAO tenha trabalhado junto aos líderes religiosos, de forma

como foi descrito pela organização, Segundo Ajayi & Buhari (2014) muitas comunidades nem se quer sabiam da existência de agentes da CEDEAO nos seus territórios. De igual forma, numa das entrevistas realizadas pelo Sani (2021), várias pessoas afirmaram não existiu presença da CEDEAO nas suas comunidades. Isso leva uma certa suspeição do relatório da GIABA de 2017. Pois, os próprios resultados da atuação da organização na Nigéria são contrário ao relatório da GIABA.

Em março de 2019, A CEDEAO e os seus parceiros internacionais, principalmente ONU realizaram várias sessões de formações, na Nigéria, para os intervenientes dos setores de supervisão, de regulação e de judiciário, com intuito de detectar e de impedir as movimentações financeiras do Boko Haram e seus aliados (CEDEAO, 2019). E em 2020, criou um grupo de trabalho multinacional que visa monitorar as movimentações do Boko Haram na Nigéria e nos países vizinhos (SANI, 2021).

As atuações da organização a combater os terroristas não ficaram nessas estratégias acima elencadas, a CEDEAO também faz várias recomendações que devem ser implementadas pelo Estado nigeriano. Exemplo disso, em 2020, a CEDEAO recomendou o Estado nigeriano a melhorar a sua compreensão dos riscos de financiamento do terrorismo no Norte e Nordeste do país. Também as autoridades nigerianas foram exigidas a partilhar informações financeiras sobre as facções Boko Haram com seus aliados regionais e internacionais. Além disso, as autoridades nigerianas devem aperfeiçoar os métodos para identificar e investigar terroristas e os seus financiadores, como também melhorar a qualidade de análises das Comunicações de Operações Suspeitas (COS) relacionado ao financiamento do terrorismo no país. A CEDEAO também exigiu a Nigéria aumentar os recursos destinados a combate ao financiamento do terrorismo (GIABA,2021).

Em 2020, a CEDEAO exigiu que o Estado nigeriano aumentasse a fiscalização das movimentações financeiras das ONGs, porque elas podem ser utilizadas para financiar ou ajudar nas movimentações financeiras dos grupos terroristas. Vale salientar que, a Nigéria possui cerca de 46.000 ONGs, porém somente 3.869 foram registradas nas agências de controle financeiras (CEDEAO, 2021). No relatório de dar GIABA 2023, sobre branqueamento de capitais financiamento do terrorismo, a CEDEAO recomentou a Nigéria de fiscalizar a utilização de novas ferramentas tecnológicas para FT.

Percebe-se que a CEDEAO está muito preocupada com a fiscalização das agências de transação financeiras do país, porque a organização acredita que uma das formas de neutralizar os grupos terroristas é bloquear seus meios de financiamento. Na Nigéria, a CEDEAO limitou-se dando formação para agentes técnicos e fazendo recomendações ao país, que é importante

para prevenir futuros ataques, porém não era o meio mais importante para pôr fim a um grupo bem armado como o Boko Haram.

Apesar da CEDEAO ter atuado de diferentes formas para garantir segurança no dois países, por exemplo: financiamento reuniões e conferências, fortalecimentos de conhecimentos técnicos dos agentes segurança nos países-membros, forneceu apoio logístico ao parceiros e facilitar troca de informações entre os Estados-membros, mas a organização depara com várias limitações, entre elas: limitações jurídicas, econômicas e política (SESAY, 2021).

Em termos jurídicos, Nadiliene (2016) aponta que, a CEDEAO teve dificuldades de lidar com as questões da soberania dos países, porque a autonomia dos Estados está em cima dos textos votados pela comunidade. Além disso, cada país procura fazer o máximo possível para proteger os seus interesses individuais em detrimento do coletivo. Isso acaba comprometendo os objetivos da organização. Porque a autonomia da CEDEAO exige que cada Estado-membro abre mão de uma parte da sua soberania e confiar algumas das suas prerrogativas à organização, mas os Estados da África Ocidental não querem abrir mão de um milímetro das suas soberanias, que é contraditório. A CEDEAO não conseguiu fazer valer os tratados, porque os seus líderes não conseguem distinguir os seus interesses e os interesses da organização.

No aspecto político, Suleman (2022) afirma que, a CEDEAO não foi capaz de impedir a interferência das potências ocidentais nos assuntos internos dos Estados-membros. A CEDEAO subiu perante as influências da França no Mali e das ONU na Nigéria. Ainda, a CEDEAO enfrentou e continua enfrentando dificuldades para combater o fenômeno terrorismo. As políticas da CEDEAO são recomendadas ou geridas por terceiros, isso devido ao impacto da neocolonização na região. Isso leva a CEDEAO priorizar as recomendações das potências do Ocidente em detrimento das ações comunitárias. Em termos econômicos, os países-membros da CEDEAO são recém-criados e têm muitas fragilidades economicamente. Além disso, muitos deles sofrem com as crises políticas constantes, que corroeram as suas estruturas econômicas. A maioria dos países-membros não pagam as suas contribuições financeiras na CEDEAO, entre os 15 Estados-membros, apenas cinco países têm as suas contribuições em dia, por exemplo, a Libéria tem vinte anos de contribuições atrasadas. Isso é obstáculo nos processos de resoluções de conflitos, porque essas operações exigem orçamentos enormes (NADILIENE, 2016).

Essas limitações acima citadas acompanhadas por desunião no seio da principal organização sub-regional podem explicar o fracasso da CEDEAO na luta contra terrorismo no Mali e na Nigéria, como será evidencia nas próximas seções.

4.2-CRÍTICAS ÀS ATUAÇÕES DA CEDEAO NA LUTA CONTRA TERRORISMO NO MALI

Na seção anterior, a pesquisa abordou sobre o mecanismo da CEDEAO de combate ao terrorismo e também sobre as formas como a organização atuou para combater os grupos terroristas no Mali e na Nigéria. Nessa seção, a pesquisa fará algumas críticas às atuações da CEDEAO para combater os grupos terroristas no Mali, e analisa porque a CEDEAO tem tido dificuldades em garantir segurança para as populações malianas, apesar da sua atuação desde de início da crise no Mali.

Posto isso, Okon (2021) mostra que a CEDEAO esteve na vanguarda de tentativa de combater os terroristas, depois que o estado maliano sucumbiu diante do avanço dos grupos terroristas em 2012. Porém, a sua atuação não foi capaz de atingir os ataques violentos dos terroristas no Norte de Mali. Isso porque a missão da CEDEAO para Mali foi marcada por várias lacunas e também bastante superficial (Guindo, 2018). Isso significa que a missão da CEDEAO não era suficientemente sofisticada para atender as exigências do conflito.

Segundo Tajpar e Albuquerque, (2015) a primeira lacuna de atuação da CEDEAO foi a sua incapacidade de mobilizar forças militares para combater os terroristas no Mali, esse fato é motivado por dois fatores. Por um lado, a CEDEAO não tinha recursos econômicos suficientes para sustentar a sua missão e por outro lado havia disputas entre CEDEAO e União Africana (UA) para assumir o protagonismo internacional na resolução da crise. A ONU, devido às pressões da UA, não apoiou a missão de intervenção da CEDEAO (MICEMA) e resolveu apoiar a Missão Africana de Apoio ao Mali (AFISMA) que acabou dando mais visibilidade à União Africana. Impede dizer que, as tensões entre CEDEAO e a UA dificultaram e atrasaram a criação duma força tarefa regional e continental para atuar na crise de Mali em 2012. Esse atraso fez a França ser o primeiro país a intervir na crise. A intervenção da França revela as limitações da CEDEAO como principal organização regional.

Nadieline (2016) mostra que, no Mali, a CEDEAO terceirizou as suas responsabilidades de combater os terroristas, porque à exceção do Níger nenhum país-membro queria enviar as suas tropas para Mali. Os representantes da CEDEAO estavam mais preocupados em proteger os políticos em Bamako, do que combater os ataques terroristas no norte do país. Por isso que a primeira ação da organização no Mali foi pedir soltura dos políticos presos, enquanto que as populações no Norte do país ficaram à mercê dos grupos terroristas. Enquanto a CEDEAO estava preocupada com a criação de um governo de transição que seria

responsável pela realização das eleições antecipadas no país, dois terços do território do território maliano estava ocupado pelos grupos extremistas.

Percebe-se que a missão de pacificação da CEDEAO estava mais interessada em atender interesses de alguns líderes políticos, do que próprio ajudar o Mali a livrar-se dos grupos extremistas. Talvez por isso que, o primeiro ato da missão da CEDEAO no Mali foi pedir a soltura dos políticos presos, enquanto que as populações estavam sob domínio dos terroristas

De acordo com Guindo (2018) os intervenientes da CEDEAO tiveram interesses próprios na crise do Mali, que acabou sobrepondo o papel da principal organização regional. Isso tornou a sua presença no Mali uma das atuações mais trágicas nos últimos. A amizade, parentesco, aliança política, pertencimento étnico falaram mais alto do que bem-estar geral do povo maliano. O autor ainda mostra que, atuação organização para defender amigos não é novidade, por exemplo, na guerra de Libéria na década de noventa, o presente da Nigéria (Babangida) mobilizou a organização para ajudar o seu amigo (Samuel Doe) presente do país, e por outro lado, o presidente de Costa de Marfim apoiava os rebeldes porque tinha problemas com presidente de Libéria.

Nota-se que existem relações de clientelismo no seio da organização, talvez isso seja um dos motivos de insucesso nas missões da paz da CEDEAO. A atuação da CEDEAO no Mali evidencia falta de comprometimento dos Estado-membros e falta coordenação dentro organização. A CEDEAO é reflexo dos líderes políticos da região, muitos deles só defendem seus interesses, cada país só aquilo que lhe convém. Conforme Bamidele (2016) A CEDEAO, ainda causa desconfiança e suspeita sobre a forma como organização tem gerido as insurgências, principalmente no Mali. No princípio, os dirigentes da principal organização regional não sabiam que tipo resposta seria apropriado para resolver problemas do terrorismo no Mali. Esse comportamento beira a negligência, e isso tem gerado questionamento de papéis CEDEAO para a região. Acredita-se que, essa dúvida da CEDEAO sobre o que deveria ser feita na crise de Mali explica a não concretização da sua missão militar para Mali.

Outra crítica a ser feita missão da paz da CEDEAO no Mali é sua incapacidade de conter a influência da Argélia na crise do Mali. Argélia devido à sua afinidade com os rebeldes tuaregues, o país tem assumido o protagonismo em todas as negociações com insurgentes e relegando a CEDEAO um ator coadjuvante. Além disso, o norte de Mali tem sido um lar para os terroristas argelinos. Por isso, a Estado Argélia não quer um poder do Estado no norte do Mali, porque isso implicaria retorno de vários terroristas ao solo argelino. Em suma, as pretensões da Argélia em manter os seus extremistas na fronteira com Mali e a incapacidade da

CEDEAO de controlar esta tendência representou grande lacuna na atuação da organização para combater os insurgentes no Mali (DIONE e TOGOLA, 2018).

A incapacidade da CEDEAO de influenciar a Argélia em interesses semelhantes na resolução do conflito continua a ser uma lacuna, uma vez que o Norte do Mali se tornou um porto seguro para os combatentes terroristas estrangeiros que foram forçados a sair da Argélia, e muitos deles desejam o espaço para a manutenção do financiamento do status quo caótico para a segurança e prosperidade da sua economia criminosa (AKON, 2021, P.48)

Outra limitação da CEDEAO no Mali tem a ver com influência francesa nas suas antigas colônias, principalmente o Mali. Ilustrando isso, Lamarche (2019) aponta que, a missão da CEDEAO se enfraqueceu no Mali devido à incapacidade da CEDEAO de prever as manobras políticas da França. Isso porque, em 2012, a França foi o primeiro país a intervir na crise do Mali e colocou as suas diretrizes. A CEDEAO devido sua falta de coordenação entre Estados-membros e teve que seguir as orientações da França. A mesma coisa aconteceu no golpe contra a Ibrahim Bubacar Keita, a França aceitou o golpe, a CEDEAO não conseguiu posicionar o contrário teve que juntar a França. Percebe-se que as fragilidades da CEDEAO acabam legitimando, de certa forma, o papel neocolonial de França no Mali e em toda a região.

Nota-se que, a CEDEAO não tem autonomia de decidir sobre nada, porque todas as suas decisões sofrem interferência externa. A França continua tendo vários interesses obscuros no Mali. De acordo com Idris (*et al*, 2014) A França busca garantir seus interesses neocolonialistas à custa da CEDEAO. Isso resultou em perda de voz coletiva por parte da organização em lidar com o desafio da insegurança na região.

Contudo, a intenção de França neutralizar a CEDEAO não é recente. Segundo Idris (*et al*, 2014) quando a CEDEAO foi criada em 75, a França não poupou esforços para impedir a sua existência, mas a CEDEAO conseguiu sobreviver às conspirações francesas. Infelizmente, a França virou o jogo, hoje, a CEDEAO é exemplo de subserviência francesa na região.

Outra lacuna na atuação da CEDEAO no Mali tem a ver com a falta de confiança das populações malianas na principal organização regional. Ilustrando isso Segundo Okon (2021) a CEDEAO não fiscalizou do próprio regime que se instalou no país depois de crise de 2012, ou seja, CEDEAO evocou tolerância zero para aqueles que tentam mudar a ordem constitucional no Mali, mas a organização não fiscaliza a corrupção e excessos dos que estão no poder. Mesmo com a presença da CEDEAO no Mali, o governo de Ibrahim Boubacar Keita estava envolvido em várias atividades criminosas, principalmente tráfico de drogas. Por isso, a organização é vista pelos grupos terroristas como cúmplice da corrupção praticada pelos agentes do Estado maliano (OKON,2021).

A CEDEAO estava preocupada pelas questões políticas no Mali e pouco fez para ajudou a combater os terroristas. Sesay (2021) mostra que, a CEDEAO carece de bases estratégicas, logística, militar e financeira para uma atuação autônoma dos conflitos, isso devido à falta de comprometimento dos Estado-membro da CEDEAO. Além disso, a missão CEDEAO tinha fracas canais de comunicação, isso também contribui no fracasso da operação de Mali. Outrossim, a organização carece de recursos humanos para lidar com fenômeno de terrorismo e que poderiam ser enviados nas zonas mais críticas, isso leva a CEDEAO depender muito dos países e das entidades doadores, como por exemplo França, UE, ONU e UA (NIWE, 2023).

Essa dependência tem gerado o questionamento do papel da CEDEAO na resolução do conflito no Mali. Porque é muito difícil acreditar que uma organização que não foi capaz de custear a logística de uma missão de intervenção seria capaz de combater grupos terroristas bem treinados e armados como os de Mali. Acredita-se isso reduziu a autonomia da organização, porque os países doadores passaram a interferir nas políticas de combate terrorismo da CEDEAO.

Outra contradição da CEDEAO no Mali é a escolha de Blaise Campaore como mediador do conflito, se esse já tinha participado diretamente da guerra de Agrecher Strip¹² em 1985, entre Burkina Faso e Mali. Visto que existem alguns ressentimentos contra a figura de Campaore e também ele era suspeito de apoiar rebeldes no Mali. Portanto, colocar essa pessoa como mediador mostra falta coordenação e isso sirva, talvez, de explicação dos motivos do fracasso da CEDEAO no Mali (GUINDO 2018). E Sesay (2021) argumenta que, a missão da CEDEAO não teve sucesso no porque, a Nigéria que é país mais pujante economicamente e militar não participou, com justificativa de que o país estaria focado em combater as atividades de Boko Haram.

Nota-se que, a CEDEAO é uma organização dependente em termos estratégicos operacionais, isso leva muitas pessoas a questionarem como pode ser considerado uma organização parcial. A maior parte dos recursos que são disponibilizados para seu funcionamento é financiada pela Nigéria. Segundo Adebajo (2002) a Nigéria fornece cerca 70% dos soldados das operações de manutenção de paz da CEDEAO. A influência que a Nigéria exerce sobre a CEDEAO gera falta confiança dos outros Estados-membros que um dos grandes fatores de fracasso das missões da CEDEAO.

¹² Foi um conflito militar que envolveu Mali e Burkina Faso em 1985, devido as disputas para posse um faixa de terra nas fronteiras de dois países.

No Mali, a CEDEAO não conseguiu mobilizar uma missão militar para intervir na crise, mas, a organização criou uma missão diplomática para atuar politicamente, onde a organização conseguiu ser ativo e buscando soluções políticas para pôr fim à crise. A CEDEAO deu sanções a várias chefias militares que lideraram o golpe e também buscou negociar com grupos terroristas. Porém, o seu desempenho no Mali não condiz com o seu papel, como principal organização regional, a CEDEAO limitou-se a tentar gerir politicamente o conflito, enquanto que a maior do território está sendo tomado pelos grupos terroristas.

Compreende-se que, a CECDAO fracassou na luta contra terrorismo no Mali devido aos problemas estruturais que cercam os países-membros que compõe a comunidade. Na década de noventa tropas da CEDEAO foram recebidas como heróis nas da Libéria, Serra Leoa e Bissau, devido às suas atuações para a manutenção. Infelizmente, no Mali, as forças francesas foram recebidas em Bamako como heróis invencíveis, porque a CEDEAO não cumpriu um dos seus objetivos da sua criação.

Acredita-se que, a CEDEAO tinha grande oportunidade para mobilizar uma força tarefa especial para tirar as populações do Norte de Mali nas mãos dos terroristas, mas devido à falta compromisso dos seus líderes escolheu a não fazê-lo, isso acabou tornando a sua atuação no Mali para combater os terroristas num fiasco.

4.3- ANÁLISE CRÍTICA DA ATUAÇÃO DA CEDEAO NA LUTA CONTRA TERRORISMO NA NIGÉRIA

Na Nigéria, a CEDEAO atuou em várias esferas para combater o Boko Haram depois de 2009, quando o grupo intensificou seus ataques no Noroeste do país, mas apesar desse esforço, as atuações da CEDEAO na Nigéria são consideradas limitadas e têm suscitado várias críticas. Uma das críticas que a organização recebeu, segundo Cambell (2018) foi a unificação das políticas públicas para atender as populações a nível federal, estadual e municipal, ou seja, a CEDEAO utilizou as mesmas estratégias em locais e realidades diferentes, sem levar em consideração as particularidades desses povos. Infelizmente, isso acabou frustrando a sua atuação no combate ao Boko Haram. Isso mostra que, a atuação da CEDEAO não conseguiu envolver as comunidades mais afetadas, nas suas políticas antiterroristas no país.

Vários nem sequer sabiam da presença da CEDEAO nos seus territórios. Segundo Ajayi & Buhari (2014) às comunidades no Norte e Noroeste da Nigéria souberam da presença dos representantes da CEDEAO, nessas regiões, através de internet, evidenciando que não existiu diálogo entre CEDEAO e as comunidades locais ao contrário do que foi apresentado na primeira

seção anterior, que a CEDEAO apoio às comunidades mais afetados pelos ataques dos terroristas na Nigéria. Acredita-se que essa incapacidade de criar políticas antiterroristas focadas nas comunidades locais levaram ao insucesso da CEDEAO na Nigéria, porque muitos atos da violência são relatados aos líderes tradicionais e às vezes não chegam às autoridades policiais. Por isso, as estratégias de combate ao terrorismo tinham dialogar com as tradições locais.

Outro questionamento da atuação da CEDEAO na Nigéria foi por não ter mobilizado uma missão militar para combater o Boko Haram. De acordo com Tajpar & Albuquerque (2015) a CEDEAO nunca atuou militarmente para combater ataques de Boko Haram. Isso aconteceu por duas razões: primeiro, a Nigéria não solicitou a mobilização de uma força militar da manutenção da paz da CEDEAO. Porque a Nigéria é membro da CEDEAO mais poderoso em termos militares, e devido orgulho nacional dos seus líderes políticos, o país não aceitou ajuda dos países mais pequenos, porque isso transmitirá a mensagem de fraqueza perante comunidade internacional; segundo razão de não intervenção da CEDEAO, é que atuação de Boko Haram estendeu para os países de fora da região, como na Camarões, Benin e Chade, isso levou a Nigéria buscar alianças fora da região, que resultou na formação da Comissão da Bacia Lago Chade (MNJTF) em Outubro de 2014. Essa razão de não intervir militarmente na Nigéria não é convincente, porque a CEDEAO poderia liderar essa comissão ou cooperar com outras organizações regionais para ajudar a Nigéria.

Acredita-se que a não atuação da CEDEAO, militarmente tem a ver com sua dependência à Nigéria. Segundo Sani (2021) a Nigéria apropria das ações da CEDEAO para ganhar prestígio internacional, devido a sua influência na organização, às vezes, fica distinguir a Nigéria e CEDEAO. Adebajo (2002) a Nigéria fornece cerca 70% dos soldados das operações de manutenção de paz da CEDEAO, o país também financia mais de 50 % dos custos das missões de estabilização da CEDEAO. Entende-se que, essas dependências internas e externas que a organização é submetida acabaram dificultando a elaboração das estratégias coesas para as situações mais críticas na região. Na Nigéria, a CEDEAO não teve protagonismo devido a sua falta de autonomia.

A CEDEAO é como um pato manco porque não conseguiu responsabilizar o governo nigeriano pela sua resposta para a situação. Alguns funcionários do governo (oficiais e militares) foram cúmplices da crise. A CEDEAO não conseguiu instaurar investigações para estabelecer a verdade sobre essas alegações ou para repudiá-los abertamente. A CEDEAO poderia resgatar a sua imagem manchada aos olhos dos nigerianos comuns se sancionasse o governo sobre questões

de corrupção ou inação em relação aos seus cidadãos (SANI 2021 p.154).

A CEDEAO não mobilizou seus fundos para combater atos terroristas do Boko Haram na Nigéria e posicionou-se como um verdadeiro parceiro de paz do governo nigeriano e do seu povo. Isso a permitiria cumprir o seu papel estratégico de garantir segurança na região, porque o Norte da Nigéria precisava de resposta coordenada dos Estados-membros para combater terrorismo (BAMFO, 2013). Isso colocaria CEDEAO como principal protagonista no combate ao Boko Haram. Mas, infelizmente, devido à inércia dos seus líderes políticos, a principal organização regional não passou de um simples ator com nenhuma relevância na crise da Nigéria.

Outro problema que se verificou nas estratégias da CEDEAO de combater ataques do Boko Haram na Nigéria foi a falta de um canal comunicações fortes, segundo Sani (2021) durante toda a sua intervenção na Nigéria, as comunidades mais afetadas pelo terrorismo desconheciam se CEDEAO chegou aplicar sanções a qualquer pessoa envolvida nos atos terroristas. Isso aconteceu devido à falta de autonomia da organização. Porque para proceder com uma investigação, a CEDEAO tem que recorrer aos líderes políticos, esses maioria das vezes tomam partido. Por isso, que não pode esperar investigação séria e independente por parte da CEDEAO, tendo em conta que existem várias denúncias de aproximação de alguns políticos nigeriano com grupos terroristas. Os próprios representantes da CEDEAO têm suscitado algumas suspeitas de corrupção, de acordo com Idris (*et al*, 2014) os representantes da CEDEAO chegavam com carros de luxo nas comunidades, possivelmente que alguns deles estavam beneficiando com a crise.

A CEDEAO não forneceu lideranças necessárias para combater os terroristas na Nigéria. Conforme Tajpar e Albuquerque (2015) a organização demonstrou uma falta de liderança forte na região, o que permite a persistência da insurgência do Boko Haram. O mesmo autor aponta que, o protocolo da CEDEAO sobre soberania interna dos países-membros sobre conflito impactou negativamente no poder institucional da organização para fazer cumprir algumas das suas políticas de prevenção ao extremismo violento na Nigéria. Porque a organização não pode intervir sem permissão do Estado em questão. Acredita-se que, o fracasso da CEDEAO no combate ao Boko Haram tem a ver com a sua falta autonomia jurídica e política sobre Nigéria, isso acabou neutralizando quase todas as margens de manobra que a organização tinha para atuar na Nigéria.

Outro problema que se verificou na Nigéria foi falta de prioridade por parte da CEDEAO, porque o seu projeto de reintegração carece de prioridades. A organização não criou nenhum projeto educativo para sensibilizar as populações a necessidade de reintegração e de reconciliação no país (SANI 2021). Vale salientar que, as mulheres vítimas de Boko Haram são estigmatizadas pelas suas comunidades, por esse motivo que a CEDEAO deveria criar uma estratégia que levasse em consideração as singularidades de cada comunidades e que ajudasse sensibilizá-las para permitir reintegração digno para essas mulheres. Parece que a CEDEAO se preocupou mais com as questões preventivas do que combater os ataques violentos do Boko Haram.

Outro desafio que a CEDEAO teve na Nigéria é a incapacidade de lidar com a questão da diversidade cultural do povo nigeriano, principalmente a questão das línguas locais. Os emissários da CEDEAO no Norte da Nigéria tinham dificuldade em se comunicar com povos locais. As negociações eram na língua do colonizador (inglesa) que a grande maioria das comunidades não entendiam (MAC GINTY, 2013). Eles recorrem às traduções, porém, essas traduções não só limitam a compreensão das comunidades do que está sendo negociado, mas também permitem as distorções das narrativas das vítimas.

Isso mostra que a CEDEAO não é só uma instituição muito limitada, como também a reproduz as práticas neocolônias de maneira consciente ou inconscientemente, isso ao submeter as comunidades a uma negociação numa língua que não compreendem. A CEDEAO como principal organização regional precisa de pessoal qualificado para dialogar com essas comunidades nas suas línguas sem preconceitos. Segundo (IDRIS *et al*, 2014)) os fatores que dificultam avanço da CEDEAO na agenda securitária na Nigéria são falta de consenso institucional, recursos humanos e financeiros limitados. Esses dois acabam minando a atuação da CEDEAO no combate à criminalidade.

A CEDEAO de década de noventa era vista como melhor organização sub-regional no continente, isso devido ao seu sucesso na manutenção da paz em Serra Leoa, Libéria e Guiné-Bissau. Esse optimismo e a resiliência que sempre caracterizou a organização se transformou numa entidade inexpressiva, impotente e sem nenhuma autonomia institucional, jurídica e política (SANI 2021). A atuação da CEDEAO perante avanços do Norte da Nigéria foi um fracasso, tendo em conta o que se espera de uma principal organização regional.

Parece que os Estados-membros da CEDEAO perderam interesse na instituição que outra hora foi muito importante para a região. Por isso, é difícil esperar da CEDEAO políticas eficazes que poderiam garantir paz e instabilidade para as populações nigerianas.

Portanto, é perceptível que a CEDEAO tem dado alguns passos dentro das suas limitações, mas há muitas coisas que precisam ser feitas. Cerca de cinco décadas depois da sua criação, a CEDEAO falhou na maioria dos seus objetivos para a região. Poucas coisas foram entregues, até então, para as populações. Parece que as promessas continuam sendo adiadas porque a CEDEAO em vez de progredir está se degradando, quase, em todos os domínios. Portanto, para combater os grupos criminosos na região é necessário que haja comprometimento e entendimento entre os representantes dos Estados na região

4.4. ANÁLISES DE RESULTADOS

Esta pesquisa foi desenvolvida através de metodologia qualitativa precedida por técnica de análise descritiva e crítica por acreditar ser a forma mais viável para responder à nossa pergunta de partida e os objetivos delineados. Nos primeiros momentos, foi problematizado o conceito de terrorismo e, depois, analisou-se o fenômeno de terrorismo na África Ocidental, principalmente no Mali e na Nigéria. Com isso, buscou-se descrever e analisar a atuação da CEDEAO nos dois países em questão. Estas etapas do trabalho foram desenvolvidas através dos artigos acadêmicos e livros que versam sobre a temática da pesquisa. Recorreu-se, também, aos relatórios anuais sobre terrorismo e os comunicados finais das cúpulas da CEDEAO sobre terrorismo. Por meio dos documentos apontados, foi possível fazer uma análise pormenorizada sobre o fenômeno do terrorismo no Mali e na Nigéria e assim como descobrir a forma que a CEDEAO usou para tentar combater os terroristas nesses países.

Sendo assim, no decorrer desta pesquisa observou-se que os debates sobre o fenômeno do terrorismo no cenário internacional continuam a suscitar várias divergências. Não existe consenso sobre que tipos de atos ou violências podem ser consideradas terroristas, visto que há manipulação do seu conceito, sobretudo, no âmbito político. Percebe-se que as organizações internacionais e os Estados nomeiam atos como terroristas de acordo com suas conveniências política, econômica e cultural. Essas divergências tornaram a sua definição muito genérica e tendenciosa. Isso tem sido obstáculo na criação de leis antiterroristas, sobretudo, quando uma pessoa ou grupo é considerado de terrorista por alguns e a mesma pessoa ou grupo é visto por outros como um herói que luta pela liberdade e autodeterminação do seu povo.

No continente Africano, sobretudo na África Ocidental, o problema do terrorismo é muito complexo. Cronologicamente, não há consenso sobre início do terrorismo na região. Os acadêmicos têm referenciado acontecimentos diferentes, às vezes antagônicos, como atos terroristas. Essas divergências têm fortalecido as atuações dos grupos terroristas.

Na Nigéria assim como no Mali, a pesquisa constatou que as faltas de coesão social e nacional, provocadas pela colonização britânica e francesa, respectivamente, continuam sendo um grande desafio para insegurança nos países, visto que as identidades étnicas, regionais e religiosas estão sendo exploradas por parte das figuras políticas corruptas, não só para mobilizar as pessoas, mas também como forma de protegerem os seus privilégios econômicos e políticos. Por outro lado, as mesmas identidades são usadas por parte das comunidades marginalizadas e negligenciadas para reivindicarem os seus direitos. Sendo assim, os grupos terroristas têm aproveitado esses antagonismos sociais e políticos para fortalecer as suas ações terroristas nos dois países.

Na Nigéria, os ataques das facções do Boko Haram e seus aliados continuam deixando elevados números de mortos, feridos e deslocados. Percebe-se que o Estado nigeriano não consegue criar políticas públicas de segurança que possam ser capazes de proteger todos os lugares habitados, muitas comunidades continuam desprotegidas e estão à mercê dos grupos terroristas, principalmente as mulheres. No Mali, devido aos conflitos intercomunitários e ausência do Estado nas regiões norte e centro do país, os movimentos extremistas passaram a ser meios de autodefesa aos ataques das comunidades rivais. Isso permitiu o surgimento e o fortalecimento de vários grupos terroristas, entre eles, Movimento de Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJOA) e *Jaamaat Nusrat al-Islamm Wal Muslimen* (JNIM). E o Estado Maliano sucumbiu ao avanço dos movimentos terroristas e sem nenhuma solução de curto prazo à vista para neutralizar esses movimentos.

Levando em consideração as dificuldades dos dois países em combaterem os extremistas, tem sido constatados os avanços dos grupos terroristas nos seus espaços territoriais no século XXI. Por isso, a CEDEAO, como principal organização regional, elaborou estratégias próprias para combater o fenômeno de terrorismo nos dois Estados-membros. As atuações da CEDEAO foram baseadas em financiamento das reuniões e conferências, fortalecimentos de conhecimentos técnicos dos agentes da segurança nos dois países, apoio logístico aos parceiros e facilitação da troca de informações entre os Estados-membros.

Com essas políticas acima elencadas, a CEDEAO foi capaz de garantir o retorno à ordem constitucional no Mali, pois ajudou a criar um governo de transição que organizou as eleições de 2013 e também conseguiu aplicar sanções a alguns líderes militares, que participaram do golpe de Estado em 2012. Na Nigéria, a CEDEAO, junto com os seus parceiros, conseguiu criar algumas políticas de prevenção, como por exemplo, a organização de várias formações de capacitação aos agentes de segurança e de finanças na Nigéria. Portanto, foram essas contribuições que a CEDEAO deu como tentativas de superar as crises causadas pelo

terrorismo nesses dois países. Contudo, no que tange combate ao terrorismo, verificou-se que a atuação da CEDEAO no Mali e na Nigéria não teve resultado esperado, devido a vários condicionantes, como a falta de autonomia política, neocolonialismo, falta de coesão interna na própria organização, a falta de comunicação com comunidades, entre outros.

Constata-se que a CEDEAO não goza da autonomia econômica, jurídica e política, o que a condicionou a não criar uma missão militar para atuar nos dois países. A organização não tem uma força operacional pronta para combater terroristas, visto que depende de boa vontade dos seus Estados-membros e muitos destes não têm exércitos preparados para lidar com os problemas do terrorismo. Por isso, a CEDEAO tem tomado uma postura passiva de ver os rumos de acontecimentos, sem fazer nada, ou atuar diplomaticamente, isso representou o fracasso do seu desempenho no combate ao terrorismo nos países em questão.

Percebe-se que, economicamente, os Estados-membros da CEDEAO são fracos e não conseguem autofinanciar as suas operações de paz. Todas as suas missões de intervenção a nível regional dependem de financiamentos externos. A falta de dinheiro é um dos motivos de CEDEAO não conseguir criar uma missão militar para atuar no Mali e na Nigéria. A CEDEAO não tem recursos necessários para efetuar as suas tarefas. A dependência fez com que a grande parte das políticas securitárias da CEDEAO fossem definidas pelas potências ocidentais. O grande problema dos países da região tem a ver com a falta de autonomia, principalmente a dificuldade de superar o neocolonialismo. Isto quer dizer que o impacto do neocolonialismo está sendo tão negativo para a região como foi o próprio processo da colonização. Devido à atuação da ONU, da França e dos Estados Unidos, a CEDEAO sucumbiu na crise de Mali de 2012 e na crise de Boko Haram na Nigéria depois de 2009.

Nota-se que as interferências dos países ocidentais nos assuntos internos dos países funcionam como lobby para as suas empresas multinacionais, cujo fim é garantir a manutenção de suas ideologias de exploração. Isso tem fragilizado a CEDEAO e os governos da região, pois enquanto os seus Estados-membros não tiverem autonomia econômica e política dificilmente haverá sucesso dessa organização na garantia da paz na região.

Os princípios que orientaram a CEDEAO a introduzir a questão de segurança nas suas agendas foram baseados na cooperação de todos os Estados-membros como forma de gerir, coletivamente, os problemas da segurança na região. Apesar disso, na prática, existem séries de contradições em relação a ideia de consolidação de paz na região por parte dos Estados-membros. O princípio de não violação da soberania dos países sempre é evocado para restringir as intervenções da CEDEAO e dificultar a criação das regras objetivas que podem combater o terrorismo na região. Além disso, ocorrem constantes impasses burocráticos no seio

da organização, devido à falta de comunicação e disputas desnecessárias entre líderes políticos dos Estados-membros. Percebe-se que há um grande problema de integração na CEDEAO, que acabou tendo um impacto na forma como essa organização atuou nos dois países em questão. Os líderes das missões de intervenção da CEDEAO são escolhidos, maioria das vezes, por afinidade ideológica, étnica e identitária, isto é, sem nenhum critério técnico. Por exemplo, a escolha de Balace Campoare, figura muito controversa, que era suspeito de apoiar os terroristas. Mesmo assim, ele foi indicado para liderar a missão da CEDEAO no Mali.

Para resolver os problemas do terrorismo constatados na região, a CEDEAO tem que ser capaz de superar as disputas internas e buscar formas de acomodar interesses de todos os países. Também é preciso que haja um comprometimento sério dos Estados-membros com diretrizes da organização.

Outro condicionante de insucesso da CEDEAO no combate ao terrorismo no Mali e na Nigéria, observado ao longo da pesquisa, trata-se da incapacidade de dialogar com as populações locais, principalmente com os líderes tradicionais. É notório que, em várias comunidades africanas, existem técnicas e métodos próprios para resolução dos seus conflitos, que funcionam como terapia social. Os chefes tradicionais estão munidos dessas técnicas para garantir a coesão da comunidade. Devido a seus papéis nas sociedades, os líderes tradicionais conseguem detectar e resolver problemas que poderiam resultar em conflitos. Entretanto, devido às consequências da colonização, os líderes tradicionais estão perdendo esses prestígios, sendo vistos como rivais para os governantes, que não querem mais partilhar os seus poderes com os representantes do poder tradicional. Isso é um dos motivos para a pouca consideração desses líderes, por parte dos emissários da CEDEAO, nos processos de resolução dos conflitos no Mali e na Nigéria.

Posto isso, as resoluções dos conflitos devem ser feitas de dentro para fora, levando em consideração os valores culturais dos povos em conflito. Ao contrário disso, seria, simplesmente, adiar o problema, visto que, para respeitar qualquer que seja norma ou acordo de paz, antes, a comunidade tem de sentir identificada com o mesmo. Por isso, as mediações de paz da CEDEAO devem espelhar nas formas de vida das comunidades locais, ou seja, os problemas locais devem encontrar soluções locais, pois só assim que podem ser eficazes as atuações da CEDEAO. Infelizmente, as atuações da CEDEAO nesses países foram centradas nas figuras das diplomatas e com pouca participação das comunidades, pois as suas estratégias antiterroristas são importadas, de fora para dentro, incompatíveis com as realidades locais. A CEDEAO como principal organização regional precisa de pessoal qualificado para elaborar uma agenda antiterrorista que dialoga com diversidades dos povos da região.

Portanto, a CEDEAO tem que trabalhar no sentido de garantir estabelecimento e a operacionalização plena dos seus dispositivos legais, logísticos, políticos e sociais para melhorar as suas capacidades de respostas ao fenômeno do terrorismo nos Estados-membros.

5-CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se iniciou com inquietações de que o Mali e a Nigéria tinham dificuldades de combater os grupos terroristas sozinhos. Percebendo as limitações dos países em questão, a CEDEAO assumiu a responsabilidade de enfrentar os terroristas. Dado isso, era fundamental estudar sobre a expansão do terrorismo na África Ocidental e fazer uma avaliação crítica da atuação da CEDEAO na luta contra terrorismo, no Mali e na Nigéria entre 2007 a 2020.

Diante isso, observou-se que o Terrorismo continua a ser um fenômeno muito complexo nos dois países. Motivados por fatores diversos, os ataques terroristas ceifaram e continuam ceifando vidas de milhares de pessoas fazendo vários deslocados e impactando negativamente a paz social. A CEDEAO e os dois Estados não conseguem criar políticas públicas de segurança que possam ser capazes de proteger as comunidades mais vulneráveis de ataques terroristas na Nigéria e no Mali, visto que a organização obteve por atuar diplomaticamente, através de negociações de paz sem usar a força. Perante isso, percebe-se a impossibilidade de conter os terroristas somente por via de negociações, tendo em conta a dinâmica e as proporções dos ataques terroristas no Mali e na Nigéria.

Ao longo da pesquisa, descobriu-se que a referida organização tem atuado apenas, diplomaticamente e sem grandes esforços para enfrentar o terrorismo nos dois países. Talvez, seja por isso que não teve influência no combate ao fenômeno em questão. Por um lado, verificou-se o fraco comprometimento dos países-membros da CEDEAO com as questões da segurança na região, o que afeta, negativamente, as estratégias da referida organização no combate ao terrorismo no Mali e na Nigéria. A pesquisa evidenciou que ocorrem constantes impasses burocráticos no seio da organização, devido à má comunicação, falta de comprometimento, clientelismo e disputas desnecessárias entre líderes políticos dos Estados-membros. Conclui-se que, efetivamente, a CEDEAO não teve papel preponderante no processo de combate ao terrorismo no Mali e na Nigéria, pois não conseguiu criar missão de forças para combater os terroristas nos países referidos. A organização atuou na sombra dos outros atores, como por exemplo, ONU, UA, entre outros.

Diante da metodologia proposta, percebe-se que a pesquisa poderia ser feita olhando a atuação da CEDEAO em um dos dois países, especificamente, tendo em conta as especificidades geográfica e geopolítica de cada um desses países, assim como a complexidade do próprio fenômeno em questão. Além disso, este trabalho poderia ser feito com um recorte temporal mais curto, levando em consideração o período de duração das missões da CEDEAO. Isto configura como uma das limitações deste trabalho. Portanto, fica o convite aos pesquisadores interessados na temática para futuros trabalhos, levarem em consideração as lacunas expostas e propor outros métodos, como, por exemplo, fazer análise comparativa entre os casos e pensar num recorte temporal mais curto.

REFERÊNCIA

A Tar Usman, Sharkdam Wapmuk: Africa's International Relations in a Globalising World: Perspectives on Nigerian Foreign Policy at Sixty and Beyond Rowman & Littlefield, 26 de out. de 2022. ISBN 17936469109781793646910

A. Harmon, Stephen. Sahara-Sahel Region Terror and Insurgency, In: Corruption, Smuggling, Jihad and the Malian War 2012–2013. New York: Ashgate Publishing, 2014

ABIMBOLA, Adesoji. The Boko Haram Uprising and Islamic Revival in Nigéria. Hamburg: GIGA. 2010

ACHARYA, Upendra D., War on Terror or Terror Wars: The Problem in Defining Terrorism. **Denver Journal of International Law and Policy**, [S.l.], v. 37, n. 4, 2009

Achille Mbembe. Sortir de la Grande Nuit: Essai sur l’Afrique De’colonise’. Paris: E’ditions La De’couverte, 2010. ISBN 978-2-7071-6670-8. Kindle edition

ADDANEY, Micheal. ECOWAS mediation in the Malian political crisis: Journal On Contemporary Issues of Law (JCIL) Vol. 2 Issue 2, 2015. Disponível em: <https://jcil.lsyndicate.com/wp-content/uploads/2023/06/ECOWAS-Mediation-in-the-Malian-Political-crisis-Michael.pdf>. Acesso em 25 FEV. 2024

Adebajo, A. The Liberian civil war: Nigéria, ECOMOG and regional security. Boulder Co: Lynne Rienner, 2002

Adedeji, Ademola. 1000 membros de Boko Haram en prison en attente de jugement – Mustapha: **The Punch** Lagos, 2009

Ajayi, AT e Buhari, LO (2014). Métodos de resolução de conflitos em África Sociedade tradicional. Um Jornal Multidisciplinar Internacional, 8(3), 138–157

AJAYI, Olayinka David. British colonial policies and the national challenge of unity in Nigeria, 1914-2014. Nigeria: História, Universidade de Ibadan. 2022, DOI: <https://dx.doi.org/>

ALBUQUERQUE, Adriana de Lins; TEJPAR, Johan. Challenges to peace and security in West África: The role of ECOWAS. Estololmo: Agência **de estudos de defesa de Estocolmo**, 2015.

ALLISON Simon. Good talk, little action The AU's counterterrorism architecture and why which is important. SOUTH AFRICA: **Institute for security Studies**, 2015

ANBAR, Hajar. Governance and popular practices legitimacy of jihadist groups in Mali a Framing Analysis of Advertising Materials. Filandia: Department of Social Sciences and Philosophy, 2019

ANTUI-BOASIAKO, Badu Kwame. Defining international terrorism: Historical reality and the African Experience: Stephen F. **Austin State University**, 2010

ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Prefácio Antônio Paim. Tradução Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Ed. da UnB: IPRI, 2002. (Clássicos IPRI, 4). Disponível em: Acesso em: 02 jun. 2014.

BAMIDELE, Oluwaseun. Roles of the Economic Community of African States West in the Fight against Insurgencies in Mali and Nigeria: **A Critical review Revisão da Pesquisa em Ciências Sociais da África Oriental**, Volume 32, Número 2, Junho de 2016, pp. 123-144

BANFO, Napoleon. The Political and Security Challenges Facing 'ECOWAS' in the Twenty-first Century: Testing the Limits of an Organization's Reputation. Giorgia: International Journal of Humanities and Social Science Vol. 3 No. 3; February 2013

BASSIDI Abdallah. British colonial rule in Nigéria (1900-1960). Argélia: **Universidade Ahmed Draia DE Adrar**, 2022.

BEHERA, Situ. A proliferação do terrorismo na África Ocidental. India: Pondicherry University, Índia, 2022

Bhattacharya, S. Gender, insurgency, and terrorism: introduction to the special issue, Small Wars & Insurgencies, [S.n] (2019) vol. 30, n° 6-7, pp. 1077-1088.

Boaz Ganor. "Defining Terrorism. Is One Man's Terrorist Another Man's Freedom Fighter?" Herzliya, The International Policy Institute for Counter Terrorism, p. 12. 1998

BOBBIO, Nortberto; MATTEUCCI Nicola; PASQUINO Gianfranco. Dicionário político. Brasília: Editora. **Universidade de Brasília**, 11 ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.). INS 85-230-0308-8

BOUTRON, Camille; myriam Le Basque. Combattants, terroristes ou victimes? Civil Conflicts »: **Research and Policy**, 2018, p. 1-7.

Brehima, Semear. La montée du terrorisme au Mali: un examen des causes historiques et des efforts internationaux. Echecs maliens et efforts internationaux. **Californie: Ecole Supérieure Navale**, 2018. Disponível: <http://hdl.handle.net/10945/61275>. Acessado em OUT. 2023

CABRERA, Jose Luengo: Symptoms of na Enduring Crisis: Prospects for Addressing Mali's Conflict Catalysts. Cambridge. Ed: **Harvard África Policy Journal**, 2014

Campbell, J. (2018). A polícia nigeriana necessita desesperadamente de reformas. Conselho sobre relações externas. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/nigerian-police-are-desperate-need-refo>. Acesso 20 FEV. 2024

CARVALHO, Veiga Brabara. Quem tem medo do terrorismo? a voz e o silêncio dos refugiados nigerianos no BRASIL vítimas do BOKO HARAM. Mina Gerais: **Faculdade de Direito de Sul Minas**, 2019

CEDEAO, CIMEIRA EXTRAORDINÁRIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO Abidjan, 27 de março de 2012

CEDEAO. Avaliação das capacidades de combate ao financiamento do terrorismo na África Ocidental. ABUJA: **GIABA**, 2020

CEDEAO. Declaração política da CEDEAO e posição comum contra terrorismo. Abuja, 2013
CEDEAO. Ecowas mediation guidelines. Abuja: Devolepen and published by Ecowas commission in partnership with the crisis menagement iniciative (CMI), 2018

CEDEAO. forty-sixth ordinary session of the authority of heads of state and government of ecowas. Abuja, 2014

CEDEAO. Guidelines on women, peace and the safety of. Developed and Published by the ECOWAS Commission in partnership with the Folke Bernadotte Academy, 2020. Disponível em: www.ecowas.int, Acesso 15 JAN. 2024

CEDEAO. Sixty-third ordinary session of the authority of heads of state and government. Bissau. July 2023

CEDEAO. Young Experts' perspectives on the ECOWAS Security Architecture. Abuja: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2011. ISBN: 978 978 914 295 8

Dandurand, Chaire Raoul. Les dilemmes de la résolution des conflits face aux. défis de la guerre au terrorisme: le Mali dans une perspective sahélienne. Canada: **Études stratégiques et diplomatiques Université du Québec à Montréal**. 2016. ISBN: 978-2-922844-69-6.

DESROSIERS, Marie-Eve; DAKUYO, Laure. Analyse critique du paysage de la sécurité et évaluation des politiques en matière de prévention du terrorisme en Afrique de l'Ouest : cas du Burkina Faz. **l'Université d'Ottawa**, 2016

DIALLO, Alpha Mamadou. Integração regional na África Ocidental (1960-2015): balanço e perspectivas. Foz do Iguaçu: **Revista brasileira de estudos africanos**. 2016

Dimir; Mustafá gulere ahmet. Uma comparação do terrorismo suicida global por região antes e depois do 11 de setembro ataques terroristas. eua: **revista de agressão, conflito e pesquisa de paz**, 2021. doi10.1108/jacpr-06-2021-0604

DUGARD, John. South West África and the "Terrorist Trial". **The American Journal of International Law**, [S.l.], v. 64, n. 1, p. 19-41, 1970.

DUTEIL, Mireilli. Afrique: le Mujao, la relève d'Aqmi? Les islamistes du Mujao viennent de perpétrer des attentats contre l'armée nigérienne et le groupe Areva. Quels buts poursuivent-ils? Explications, França: **Le point**, 2013. Disponível em: https://www.lepoint.fr/editos-du-point/mireille-duteil/afrique-le-mujao-la-releve-d-aqmi-23-05-2013-1671611_239.php. Acessado em 02 DIZ. 2023

EAC. Protocol on peace and security 2013 in: Treaty for the establishment of the East African Community. Tanzania, 2019. P.1096. INS78.9987.786. 02.2

EDGERLY, Ian. Violence in West Africa's Sahel Is Not About Terrorism. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2023/03/29/violence-in-the-west-african-sahel-is-not-about-terrorism/>. Acesso 16 Agos. 2023.

ENGLISH, Richard. *The Cambridge History of Terrorism*. Inglaterra: Editora: **Cambridge University Press**, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1017/9781108556248.009>

ESPOSITO, John. **Unholy War: Terror in the Name of Islam**. New York: Oxford University, 2002.

EWI Abang Martin; ANING Kwase. Assess the role of the African Union in preventing and combating terrorism in África: **Institute for security Studies**, 2015 DOI: 10.1080/10246029.2006.9627603.

EWI, A. Martin. The complex dimension of terrorism in West Africa. Pretoria, 2012. Disponível em: <https://www.oecd.org/swac/events/Terrorism%20in%20West%20Africa.pdf>. Acessado em 11 de AGOS. 2023

Fasure, Sola. A Loaded Season of Violence: **The Nation on Sunday**. (Lagos), 2009,

FREMONT, Bonafé, Marília. Batalha de Argel: uma perspectiva sobre a dificuldade de uma definição do terrorismo no direito internacional. Brasília, 2013

GALITO, Sousa Maria. **Terrorismo e globalização do fenômeno**: Lisboa. 2013

Ganor, Boaz. Dilemmas in Defining the Threat. In: *The Counter-Terrorism Puzzle: A Guide for Decision Makers*. Abingdon: **Routledge**, pp. 1-24. 2017

GARCIA, Isabel Maria. Mulheres e violência no Boko Haram: novas oportunidades para a prevenção da radicalização. Costa Rica: Revista Pensamento Atual - Vol 18 - No 31 2018

GIABA (2020), Medidas de luta contra o branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo – Mali (nov2020), Segundo Relatório de Avaliação Mútua, GIABA, Dakar. Disponível em: www.giaba.org acesso em Jan. 2024

GIABA (2021), Medidas de luta contra o branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo – República Federal da Nigéria, Segundo Relatório de Avaliação Mútua, **CEDEAO**, Dakar. Disponível em: www.giaba.org acesso em Jan. 2024

GIABA (2023), Medidas de luta contra o branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo – Nigéria, 2º Relatório de Seguimento Reforçado e Ferramenta Analítica da Nigéria, **GIABA**, Dakar. Disponível em: www.giaba.org acesso em Jan. 2024

GIEBA. RELATÓRIO ANUAL. Abuja: **CEDEAO**, 2017. Disponível em: www.giaba.org. Acessado em 1/02/2024

Global Terrorism Database (2022) – processed by Our World in Data. “Fatalities” [dataset]. Global Terrorism Database, 2022 [original data].

GONZÁLEZ, Silveiro Yoslan. Principais tendências do terrorismo na África rumo a 2025: **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. Porto Alegre | v. 5, n. 9, Jan./Jun. 2020 | p. 55-86

GUINDO, Hassane Djibiril Why didn't ECOWAS take a leading role in addressing THE Malian crisis? Califórnia: **escola de pós-graduação naval**, 2018. P.77

HABERMAS J (1987) The Theory of Communicative Action – A Critique of Functionalist Reason, Vol. II. (MCCARTHY T, trans), Beacon Press, Boston, MA.

HUNTINGTON, Samuel. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. New York: Touchstone, 1997.

Hussein Solomon. The African state and the failure of US counterterrorism initiatives in Africa: the cases of Nigeria and Mali. South African: South African Journal of International Affairs, 2013. Vol. 20, nº 3, 427–445, <http://dx.doi.org/10.1080/10220461.2013.841804>

IBRAHIM, Jibrin. O Estado e a Religião na Nigéria: Forças e Dy- dinâmica: *Afrika Zamani*, 5 e 6, 39-66,1998

IDAEWOR, O. Osiomheyalo. O domínio do terrorismo: aspectos dos desafios sociopolíticos na África Ocidental Pós-independência: Nigéria, Burkina Faso e Mali: **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. Porto Alegre, 2020. p. 87-106

IDRIS, Nem Azizan *et al.* The decline and disappearance of the role of ECOWAS in West África Regional security Malaysia: GEOGRAPHY Online™ Malaysian Magazine of Society and Space 10 issue 3 (188-200) © 2014, ISSN 2180-2491

J. Nneli Tobeckwuwu; U. Idachaba Enemaku. Reinvented Abroad: Agitation for Self-Determination by the Indigenous Peoples of Biafra Movement (Ipob) in South-East Nigeria In: Africa in Peace and Security. Addis Ababa: **Jornal AfSol**, Vol. 2(II.) 2018

James Gow, 'Funmi Olonisakin & Ernst Dijkhoorn. Deep history and international security: social conditions and competition, militancy and violence in West Africa: Conflict, Security and Development, 2013 13:2, 231-258, DOI: 10.1080/14678802.2013.796213

JIMENEZ, I. Andrea; DORIGA López E.; CEBALLOS, S. Lucía. Political risk report. Madrid: **Center for Global Affairs & Strategic Studies University of Navarra**, 2021

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and Interdependence, 4a Ed New York, 2001

Kim Cragin, Sara Daly, *Mulheres como terroristas: mães, recrutadoras e mártires*, Santa Bárbara (Califórnia), ABC-CLIO, 2009.

KI-ZERBO Josef. *Para Quando a África*. Rio de Janeiro: Pallas 2009, ISBN978-85-347-0399-4

KUBAI, Anne N.. Historical and Cultural Dimentions of Militia and Rebel Groups in África. In: OKUMU, Wafula; IKELEGBE, Augustine (Ed.). **Militias, Rebels and Islamist Militants: human insecurity and state crises in África**. Tshwane: Institute For Security Studies, 2010. p. 45-67.

LAQUEUR, W. *The New Terrorism: Fanaticism and the Arms of Mass Destruction*. London: Phoenix. [S.n].1999

Lecocq Baz; Giorg Klute. Tuareg separatism in Mali. Germany: IJ International Journal, 2013.nav DOI: 10.1177/0020702013505431

lex Braithwaite, Luna Ruiz, « Femmes combattantes, recrutement forcé et résultats des L'implication des femmes dans la violence armée. França: **Cairn.info**, 2019. DOI 10.3917/lcdm.033.0091

LOISEAU, Philippe. *L'administration et les rapports nomadeskédentaires. Nomades et commandants administration et sociétés nomades dans 1' ancienneA.O.F.* Éditions -- CARTILHA, 1993 ISBN: 2-86537-420-3

LOPES Carlos; Kararach. *George mudança estrutural EM África, Percepções deturpadas, novas narrativas e desenvolvimento no século XXI*. LISBOA, 2019 ISBN 978-989-671-696-7

LYAMMOURI, Rida. *Trust versus belief – Countering violent extremism in Mali by working with communities: The Broker* 2016

MAKINDA, Samuel. History and root causes of terrorism in Africa. In: OKUMU, Wafula; BOTHA, Anneli (Eds). **Understanding Terrorism in Africa: in search for an African voice**.Pretoria: Institute for Security Studies, cap.2, p. 15-23, 2007.

MARIA, **Sison.Terrorismo & imperialismo**. Amsterdam: [S. n], 2003. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-8/1204-terrorismo-a-imperialismo>

MEDU, kelvin. COLLECTIVE SECURITY: Role of ECOWAS in dealing with regional terrorism and coups d'état. Abraka: **Revista IOSR de Humanidades e Ciências Sociais (IOSR-JHSS)**, 2023

MILIÁN, Navaro, Ivan. *La Nueva Narrativa Del Terrorismo Internacional En África: Respuestas Y Resultados*. Barcelona: **Revista Comillas de Relações Internacionais**. 2018

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, caps. I (As altas rodas), X (O diretório político) e XII (A elite do poder)

Montclos De Pérouse Marc-Antoine. *Rethink the response to jihadist groups across the Sahel*. London: **Chatham House, o Royal Institute of International Affairs**, 2021

MOREIRA, Xavier Alexandre Laurence; DA SILVA, Dermário Gian. Terrorismo na África ocidental e setentrional. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2017

Morgan, A. ‘The Causes of the Uprising in Northern Mali: **Think África Press**, 2012. Disponível em: <http://thinkafricapress.com/mali/causes-uprising-northern-mali-tuareg>. Acessado em 29 Nov. 2022.

MUMA, Eric Che. The Impact of Anti-Terrorism Laws on Religious Freedom. [S.n]. 2017

NADIELINE, Lucien. O papel da CEDEAO na resolução de conflitos na África Ocidental. Zinguinchor: **universidade assane seek de zinguinchor**, 2016

NAVARRO, Gonçalves Vicente. Perspectiva estratégica de la situación en BURKINA FASO. EL APOYO INTERNACIONAL: **Revista Española de Relaciones Internacionales**. Madrid, 2019

Ndulu e O’Connell. “Governance and Growth in Sub-Saharan África”. **Journal of Economic Perspectives** 13 (3): 41–66. 1999

NIWE, Gentil. Why did ECOWAS ASMA failed to resolve the conflict in Mali between 2012 and 2013? Malmo: **Malmo University**, 2023.

NIXIN UKE, Enun. Atores não Estatais, Terrorismo e Segurança Humana na Nigéria. Uma Avaliação de Boko Haram insurgência de 2009-2019. In *Jornal Africano sobre Terrorismo UA*. Argelia: ACSRT, 2021

NJOKU, Emeka. Globalization and Terrorism in Nigéria. Lagos: **University of Ibadan**. 2011. Disponível em: <https://www.foreignpolicyjournal.com/2011/08/13/globalization-and-terrorism-in-nigeria/view-all/>. Acessado em 02 Set. de 2022.

NKRUMAH, Kwame. Neocolonialismo: último estágio do Imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

NKWI, Walter Gam. Terrorismo na história da África ocidental: uma avaliação do século **xix**. Editora, **Revista Brasileira de Estratégia de Relações Internacionais**, 2015.

NWANKWO Chiawo e Francis Falola. Boko Haram: outras 140 crianças, mulheres resgatadas, 780 mortas apenas em Maiduguri – Cruz Vermelha, vítimas submetidas a enterro em massa: **The Punch**. Lagos, 2009

OKON, Ndem Enoch Mali: ECOWAS Responses to the Conflict in MALI (2012–2021). Nigéria: **Department of Political Science University of Calabar**, 2021. p.36-53 DOI:10.24193/csq.37.3

Olawale Ismail. Radicalização e extremismo violento na África Ocidental: implicações para a segurança africana e internacional, *Conflito, Segurança e Desenvolvimento*, 13:2, 209-230, 2013. DOI: 10.1080/14678802.2013.796209.

OLIVEIRA Ziebelle Guilherme. **A securitização do terrorismo internacional após 11 de setembro de 2001: o caso da África**: Porto Alegre, 2019

Omididan, Ismail. Revealed! How Yusuf's father started Boko Haram ideology in the 1960s. Lagos: **Saturday Sun** (Lagos), 2009.

Omuoha, F. C. "Terrorism and Transnational Organized Crimes in West África: Regional Expose. Cambridge: **African Journal for the Prevention and Combating of Terrorism** 4 (1), 2013: 67-119.

ONU. Transnational Organized Crime in the West African Region. Viena: **ONU**, 2005
Disponível: file:///C:/Users/iero/Desktop/TESE%20UFPR/transnational_crime_west-africa-05.pdf. Acesso em 03 de Mar. De 2023.

PIERRE, Saint, Luis, Hector. 11 setembro: do terror injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado. **Revista de sociologia e política:** São Paulo. 2014

PIKE, Jhon. Mali História. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/africa/ml-history.htm>. Acessado em 28 Nov. 2021.

POLLICHIENI, Luciano. A case of violent corruption: JNIM's insurgency in Mali (2017–2019). Nottingham: **Taylor & Francis Group**, 2021. DOI: 10.1080/09592318.2021.1902630

Poudiougou, Marie Essiko. The Republic of Mali: Crisis in Northern Mali. Orem: **Utah Valley University**, 2015

PRZEWORSKI, Adam. Crises da democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Rapoport, David C. Waves of Global Terrorism. New York: **Columbia University Press**, 2022

RAPPAPORT, C. David. The Four Waves of Rebel Terror and September 11: **Department of Political Science University of California at Los Angeles.** Los Angeles. [S. n]. 2002

RECMANOVIL-CESEZ, Dubrvka. Doing critical information systems research - arguments for a critical research methodology. Sidney: European Journal of Information Systems, 2011. 20, 440–455. doi:10.1057/ejis.2010.67

Relatório índice global de terrorismo. Publicado por Agencia Econômica e Paz (**IEP**) em 2019.

REZENDE, Pereira, Lucas; Schwether, Diniz, Natalia. Terrorismo: a contínua busca por uma definição. Brasil: **revista brasileira de estudos de defesa.** 2015

ROBES PEIRRE. História do terrorismo da antiguidade à alcaida. Editor Gerard Chaliand e **Arnaud Blin.** 2017

ROSAND, Eric. Countering Terrorism and Building Cooperation in North Africa: The Potential Significance of the **UN Global Counter-Terrorism Strategy (ARI).** Real Instituto Elcano, Briefing Paper, 7p. 2009.

SADC. Revised Edition Strategic Indicative Plan for the Organ on Politics, Defence and Security Cooperation. Maputo: SADC. 2010. Disponível em: https://www.sadc.int/sites/default/files/2021-08/03514_SADC_SIPO_English.pdf. Acesso 12 Juh. 2023.

SAID, Edward. (2007) **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras. Acesso em 10 maio 2021.

SALES, Aparecida Ruth Philippini. Islã e islamismo: “Boko Haram”, uma ameaça FUNDAMENTALISTA NO CONTINENTE AFRICANO. Guarujá: **Itro@Ciencia Revista Científica**, 2016

SAMUEL, Malik. Boko Haram's deadly trade an economy of violence in the Lake Chad basin: **security studies institute**, 2020

Sandor, Adam. « Insécurité, rupture de la confiance sociale et gouvernance des acteurs armés au centre et au nord du Mali. » Président Raoul-Dandurand en études stratégiques et diplomatiques. Québec: **Université du Québec à Montréal**, 2017

Sangaré Yalla e J. McSparren Jason. Recognizing conflict in central Mali: drivers and history, In: Journal of Centric Solutions In: África in Peace and Security. Adis-Abeba: **Jornal AfSol**, 2018

SANGARE, Abubacar; ABATAN, Jaemes Ella. Katiba Maçona et Boko Haram inclure les fammes á quelles fins?: **Institut d'études de sécurité**, 2021

SANI, Mohammend Murtala. Exploring the role of the ECOWAS conflict prevention framework in light of a terrorist insurgency: the case of Boko Haram in northern Nigeria. Manitoba: **Universidade de Manitoba**, 2021

SANTOS, Boaventura de sausa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, Outubro 2007: 3-46

SARAMBE, Aurelle Lalloux. MECHANISMS FOR THE FIGHT AGAINST TERRORISM IN WEST AFRICA: WHAT IMPACT? Canada: **The University of Ottawa**, 2018.

SAUSA, Milhomen Rodolfo. A convenção global das nações unidas sobre terrorismo internacional: necessidade premente e história inacabada: **Revista internacional academia paulista de direito** n. 4 nova série 2019.

SCHERER AG. Critical theory and its contribution to critical management studies. In The Oxford Handbook of Critical Management Studies (ALVESSON M, BRIDGAM T and WILLMOTT H, Eds): Oxford University Press, Oxford, U.K. pp 29–51, 2009

SCHMID, Alex. Terrorism – The Definitional Problem. **Case Western Reserve Journal of International Law**. v.36, n.2, 2004.

Schmid, P. Alex. Defining Terrorism. : **ICCT Report**, 2023 DOI: 10.19165/2023.3.01

Schmidt, E. From the Cold War to the War on Terror, 1991–2010. In Foreign Intervention in África: From the Cold War to the War on Terror (New Approaches to African History, pp. 193-

226). Cambridge: England: **Cambridge University Press**, 2013.
Doi:10.1017/CBO9781139021371.010

Schmidt, Elizabeth. "África and the War on Terror," United States Foreign Policy History and Resource Guide website, 2021, <http://peacehistory-usfp.org/africa-and-the-war-on-terror>.

SESAY, Amadu. A CEDEAO e os limites da pacificação na África Ocidental. IN: Adetula, Victor. Regional economic communities and peacebuilding in África lesson from ECOWAS and IGAD. New York: **Routledge**, 2021

SIGSWORTH, Romi. Counter-terrorism, human rights and the rule of law in West Africa. Canada: Institute for Security Studies, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/iero/Desktop/TEXTOS%20PARA%20NOVO%20PROJETO/AFRICA%20OCIDENTAL.pdf>. Acessado em 25 Out- de 2022

SILLIERS, Jakie. África e terrorismo. *ÁFRICA SUL: African Security Review*. 2004

SMITH, Meagan; M. Zeigler Sean. Terrorism before and after 9/11 – a more dangerous world?. Washington: **Sage**, 2017. <https://doi.org/10.1177/205316801773975>

SOUZA, COSTA de Dimas. Terrorismo uma análise conceitual e histórica, e a busca pelo consenso legal: **Três Pontas**. 2017

STAMPNITZKY, Lisa. Disciplining Terror: How Experts Invented "Terrorism". New York: **Cambridge University**, 2013.

STANICEK, Branislav; BETANT-RASMUSSEN Mathilde. Jihadist networks in sub-Saharan África Origins, patterns and responses. **European Union**, 2021

SULEIMAN, Dam Muhammad. Como a África Ocidental pode conter o jihadismo: **Curtin University**, 2022

SULEIMAN, Dam Muhammad. How coastal West África can stem the jihadist wave: **Curtin University**, 2022. Disponível em: <https://theconversation.com/how-coastal-west-africa-can-stem-the-jihadist-wave-190009>

THIAM, Adam. Centre du Mali: Enjeux et dangers d'une crise négligé. 2017

THIONG'O Ngugi Wa. Descolonização Mental: A política da linguagem na literatura africana. 2021

U. IDACHABA, Enemaku; J. NNELI, Tobeckukwu. Re-Invented Abroad: Agitation for Self-Determination by the Indigenous People of Biafra (Ibop) Movement in South-Eastern Nigeria in: Journal of African-Centred Solutions in Peace and Security. Addis Ababa: Institute for Peace and security Studies- IPSS, 2018

UA. African Peace and Security Architecture. Adis Abeba: **Comissão da União Africana, Departamento de Paz e Segurança**, 2016

UA. VI retiro anual de enviados especiais mediadores na promoção de paz, segurança e estabilidade em África. Namibia: **Addis abeba university**, 2015

UA. Weapons, possessing mute the future: Achieve a conflict-free África. Tabzania: **Accord**, 2015.

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime “Tráfico de Armas de Fogo na África Ocidental”, em Crime Organizado Transnacional na África Ocidental: Uma Avaliação de Ameaças. Viena: **UNODC**, 2013 fevereiro, p. 33-37. Disponível em: <https://www.unodc.org/toc/en/reports/TOCTAWestAfrica.html>

UNODC. Nigeria Training Module on Gender Dimensions of Criminal Justice Responses to Terrorism. Nairobi: ONU, 2019

UPND. Journey to extremism in AFRICA: Pathways to recruitment and disengagement. Mauritanea: UNO, 2023. Disponível em: undp.org/prevent-violent-extremism.

VENTURA, Paulo João. O terrorismo integrista no norte de África e a situação geoestratégica da península ibérica: **Instituto de defesa nacional**. [S. l.] 1996

WALT, Kenet. Theory of International Politics. Long Grove: **Waveland Press**. 2010

WALTHER, J. Olivier. Femmes et conflits em afrique de l’ouest. Floride: OCDE, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/d5004dd3-fr>. Acesso 03 Ago- 2023.

Walther, Oliver. “Women and Conflict in West África”, Notas da África Ocidental: OECD Publishing. Paris. No. 28, 2020. <https://doi.org/10.1787/d5004dd3-en>.

WARNER, Tricia Baconjason *et al.* Tweante years after 9/11. New York City: E. **CTC Sentinel**, 2021

Weiss, Caleb. “Análise: Fusão de Grupos Al-Qaeda Ameaça a Segurança na África Ocidental:” Long War Journal do FDD, 2017.

WIGHT, Colin. **Teorizando o terrorismo. O estado, a estrutura e a história**: Washington. 2014

WOODWARD, Bob. **Veil: The Secret Wars of the CIA 1981 – 1987**. New York: Simon & Schuster, 1987

WRIGHT, Colin. **Teorizando o terrorismo. O estado, a estrutura e a história**: Washington. 2014

YAHAYA, Mahamane. L’impact de l’aide publique au développement sur les Politiques publiques des pays de l’Afrique de l’Ouest: le cas du Niger et du Mali. França: Université Jean Moulin Lyon, 2010

Yoroms, G. J. “Counter-Terrorism Measures in West África.” In Understanding Terrorism in África: Building Bridges and Overcoming the Gaps, editado por Wafula Okumu e Annedi Botha. Pretoria: **Institute of Security Studies**, 2007

ZIMMERER, Megan. Terror in West África: an assessment of the threat from Al Qaeda's new affiliate in Mali, *Critical Studies on Terrorism*, 2019. 12:3, 491-511, DOI:10.1080/17539153.2019.1599531